

É TUDO VERDADE

ROMILDO SANT'ANNA

É TUDO VERDADE

© 2007 by Autor(a)

Direção Geral

Henrique Villibor Flory

Supervisão Geral de Editoração

Benedita Aparecida Camargo

Diagramação

Rodrigo Silva Rojas

Foto de capa

Jorge Etecheber

Ilustrações de capa

Pelicano

Capa

Marcelo Santil

Revisão

Rony Farto Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Acácio José Santa Rosa (CRB - 8/157)

S232e

Sant'Anna, Romildo.

É tudo verdade / Romildo Sant'Anna; prefácio de Gilberto Mendonça

Teles. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

p. 218, 21 cm

O volume reúne 82 crônicas do autor

ISBN - 978-85-7473-334-0

1. Crônica e cronistas. 2. Crônica Jornalística. 3. Crônica brasileira. 4. Literatura brasileira - Crônicas 5. Literatura - Gêneros literários. 6. Jornalismo. I. Teles, Gilberto Mendonça, II. Título.

CDD
- 869.93
- 869.935
- 869.9308
- 869.94

Índices para catálogo sistemático

1. Crônicas : Literatura brasileira 869.93
2. Crônicas: Século 21 : Literatura brasileira 869.935
3. Literatura brasileira: Crônicas : Coletâneas 869.9308
4. Literatura brasileira: Crônicas 869.94

Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.

Todos os direitos desta edição, em língua portuguesa, reservados à Editora Arte & Ciência

Editora Arte & Ciência

Rua dos Franceses, 91 - Morro dos Ingleses
São Paulo - SP - CEP 01329-010
Tel.: (011) 3284-8860
www.arteciencia.com.br

Editora UNIMAR

Av. Higyno Muzzy Filho, 1001
Campus Universitário - Marília - SP
Cep 17.525-902 - Fone (14) 2105-4000
www.unimar.com.br



Papel Reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.

Sumário

Prefácio de Gilberto Mendonça Teles	
O Cozinheiro de emoções	9
Graciosa Madalena	29
Crônica de parafusos	31
Zeróis palacianos	33
A inesquecível final de 70	35
Irmãs Galvão	38
Dissertação sobre os grilos	39
Fundação do Brasil	41
Caras e nomes	43
Índios	46
Ao cosmonauta caipira	48
Livros à mancheia	51
Catilinárias brasileiras	53
O Masp sem luz	55
Bruta constipação	56
Sagaranas só de bois	58
Os bruzundangas	61
Vigilante rodoviário	64
Náufrago da utopia	66
Crônica para um médico	67
Elsa & Fred, o novo cinema argentino	69
Zé Fortuna e guarânicas em brasileiro	71
Fábula do ódio caímico	74
Professor Miziara	75

Telemarketing e aporrinhações	76
Viste Koyaanisqatsi?	79
Piazzolla, bandoneón e paixão	82
Da intermitente morte	85
Crônica da miséria	87
Comidas e vidas de cachorro	89
Violinha persistente.....	92
O mano Pelicano	95
Sertões e guerreiras donzelas.....	98
Yêda e Rufino.....	100
O sorriso da soldada.....	103
Sim ou NÃO, Não ou SIM.....	105
Ginger & Fred	106
Lembranças de Darcy.....	109
Maravilhosos retornos	111
Entreveros do Bonfim	114
É tudo verdade.....	116
Pantaleão e as visitadoras	119
Dom Quixote.....	121
Parnaso 78rpm.....	123
Discussão de acarajés.....	126
Pequena enciclopédia	129
Ruas e nomes	131
Deambulantes camelôs.....	133
Sertão na cidade	135
Das flores calmas do ipê	138
O Silva e as drogas.....	141
Criadores de sacis	144
Toscano	147
Sobrenomes e apelidos.....	149
Dinorath e o trabalhador.....	152
Os filhos de Antônio	154
Vamo batê lata	155

O ébrio	157
Supremo tribunal	159
Véio Tatau	160
As invasões bárbaras	163
Anjos caídos	166
Vós fumáveis	169
Adocicados pronomes.....	171
Negros blues.....	174
Em palpos de aranha	177
Telemarketing e aporrinhações	179
O companheiro	182
A dor de Clarice	184
A ceia	187
Hinos de guerra.....	190
Crônica dos sapatos.....	193
Millôr Fernandes.....	195
J. Pinto Fernandes e a quadrilha.....	197
Outra crônica do dia	200
O xerife.....	202
Maravilhosa cartilha Sodré	204
Ratos equatorianos	207
Adoniran e uma aflição resignada	208
Orgia dos sarcófagos.....	211
Padroeira do Brasil	213
Manual do blefador.....	214
Cronista escreve à mãe.....	216

Prefácio

O Cozinheiro de emoções

Acabei de ler o livro *É tudo verdade*, de ROMILDO SANT'ANNA. No ano passado, ele me honrou com o pedido de um prefácio no momento em que, depois de um Doutorado, jantávamos num restaurante de São José do Rio Preto, onde ele foi professor da UNESP. Atualmente, ensina jornalismo e comunicações na Universidade de Marília. O meu contato com ele vinha de novembro de 1979, quando, no intervalo de um exame de Livre-docência, escrevi no quadro-negro o poema "Etnologia" ("*Ainda / há índios*"), que na hora lhe dediquei. Qual não foi a minha surpresa quando, dias depois, recebo no Rio de Janeiro uma excelente análise desse poema minúsculo, que foi no ano seguinte publicada em *O Popular*, de Goiânia. A fortuna crítica de *Sociologia goiana*, onde está esse poema, começava assim antes da publicação do livro, que só se daria em 1982, pela Civilização Brasileira.

Agora, ao comemorar os 40 anos de crônica jornalística, em parte resultado de sua atividade de colunista em jornais e comentarista de televisão, Romildo Sant'Anna continua dividindo a sua atividade intelectual entre o magistério, orientação de teses e o jornalismo, e sente, como ele me escreve, "*um gostinho de realização profissional e um modo inusitado de ser feliz*". Mas acrescenta, em tom de humor e de ironia: "*Na minha carteira profissional encontra-se carimbado pelo Ministério do Trabalho: 'jornalista em caráter provisório'*".

Experiência é que não lhe falta no trabalho intelectual, principalmente neste de cozinhar emoções, para aproveitar aqui e no título deste prefácio uma de suas imagens na definição do cronista. Iniciou-se como jornalista a partir de 1967 em jornais de sua cidade – *Diário de Região*, *Folha de Rio Preto*, *Dia e Noite* e *Folha Caipira* – estendendo a sua colaboração a jornais de outros Estados, como *O Popular* (de Goiânia), além da *Folha de S. Paulo* e revista *Globo Rural*. É hoje comentarista do jornal “Tem Notícias 2ª Edição”, da TV TEM, afiliada à Rede Globo de Televisão. Para todos esses órgãos de imprensa escreveu crônicas e crítica de arte, valendo-se de uma linguagem atraente por força de sua capacidade estilística de misturar a observação cotidiana com uma cultura literária invejável, como se pode ver nos textos publicados neste livro. Aliás, antes de sair em livro, suas crônicas foram publicadas, entre 2006 e 2007, na rede de jornais “Bom Dia” e nos portais www.alomusica.com.br, do Rio de Janeiro, e www.triplov.org (ciber-arte, ciber-idéias), de Lisboa.

A sua atuação como escritor lhe tem valido prêmios como o “Casa das Américas”, com o livro *Silva: quadros e livros*, prefaciado por Boris Schnaiderman e com edição em Havana. Na verdade, Romildo Sant’Anna é detentor de inúmeros prêmios em crítica de arte, literatura, teatro e cinema, com destaque para o “Prêmio Estímulo” (Prêmio Governador do Estado de São Paulo), obtido com o ensaio sobre “A poesia modernista de Rubén Darío”. Seu livro *A moda é viola – “Ensaio do cantar caipira”*, de 2002, foi adaptado para teatro como “Puro Brasileiro” e teve representações no Teatro Nacional de Lisboa e Teatro Nacional do Porto. O mais recente, *Liberdade é azul*, de 2004, é um livro de crônicas que, pelo gênero, tem a sua continuidade neste *É tudo verdade*, no qual se apura o seu talento de descrever com arte os fatos diversos da vida e da cultura brasileira.

A continuidade de que falamos pode parecer paradoxal, uma vez que se trata de livros de textos variados, fechados cada

um no seu tema, na sua representação de pequenos comentários adequados à natureza da crônica. A partir dos títulos assertivos – *Liberdade é azul* e *É tudo verdade* –, pode-se perceber o sentido dessa continuidade na acepção mais popular da linguagem da crônica, isto é, a sua inclinação para o relacionamento das coisas e dos fatos, como se no fundo tudo fosse mesmo uma só realidade: a liberdade, a verdade, o azul, tudo. O tom asseverativo independe do atributo, mas precisa dele, seja substantivo, adjetivo ou pronome. A diferença aparece na ordem dos fatores, como no título acima: uma coisa é dizer “Tudo é verdade” (ou “Verdade é tudo”) e outra “É tudo verdade”. A maneira de enunciar *sobrede-termina* a significação e, neste caso, dá uma rasteira no leitor que espera a interrogação. Não se interroga, afirma-se. O verbo *ser*, com a sua essência, substantiva o segundo termo da frase, que se faz nominal e concreta.

E é por aí que o autor (e seus leitores) andam no arame esticado no espaço da crônica, equilibrando-se entre a linguagem que pretende o “real”, o verossímil, o “verdadeiro” (*É tudo verdade*) e, ao mesmo tempo, deseja outro tipo de *real* – o (in)verossímil, o “mentiroso” (“*Os poetas enganam muito*”, escreveu Sólon), o da poesia. Ora, Romildo Sant’Anna é um escritor capaz de saltos e prestidigitações: o grácil da sua escrita leva o leitor à levitação, ao circo da alegria, ao círculo de um prazer que só se obtém nos grandes escritores.

*
* *

Como se trata de um bom, de um excelente livro de crônicas e como não disponho de capacidade para forjar agora novas observações sobre o gênero, tomo a liberdade de transcrever aqui alguns tópicos, um tanto didáticos, do que escrevi há pouco tempo sobre *As melhores crônicas de Lêdo Ivo* (Global, 2003). É como

se no circo do livro de Romildo aparecesse um palhaço dando cambalhotas, que já foram dadas. Mas nisto reside um dos motivos do humor – uma repetição inesperada:

Parece mais fácil dizer que não há uma teoria da crônica (ou da entrevista, da resenha crítica, dos poemas circunstanciais, enfim, desses “pequenos” *gêneros* — ou *espécies*, para ficarmos na terminologia de outras ciências empregada pela poética) do que partir para um estudo indutivo que faça emergir do conjunto dos livros de crônicas, do romantismo para cá, as linhas teóricas do gênero que incontáveis estudiosos teimam em chamar de “menor”. Apesar de continuamente praticadas, essas formas literárias não ganharam a consideração dos gêneros tradicionais nos manuais de literatura. O *conto* é uma dessas “espécies” que a crítica, a história literária e, na esteira delas, os professores, tiveram de engolir, mas sem estudá-lo bem, preferindo sempre compará-lo com o romance, como se faz ainda hoje. No início do século XX, e já depois da morte de Machado de Assis, Sílvio Romero tem a “coragem” de escrever que considera “*o conto uma forma elementar e secundária em literatura*”.

Na época de Aristóteles também não havia uma teoria da tragédia, da épica, da lírica e da sátira. Que fez ele? Juntou os textos produzidos desde Homero e Hesíodo e tratou de sistematizá-los, extraindo daí os elementos teóricos da sua *Poética* (ἡ ποίησις...), de que até hoje se valem os estudiosos. É bem verdade que o termo *poética* está praticamente ausente dos dicionários especializados em retórica, poética, teoria literária, filologia, lingüística, semiologia e comunicação, aparecendo quase sempre dentro de um verbete maior como Narrativa, Jornalismo ou História. Mas a crônica (os livros de crônicas) existem e já são históricos na literatura brasileira [...]. O que se tem de fazer para a consti-

tuição de uma teoria da crônica é simplesmente se debruçar sobre esse *corpus* de narrativas especiais chamadas crônicas, fazendo sair dele os elementos que configurem esse tipo de texto, descobrindo o sentido proteiforme próprio das crônicas dos escritores mais notáveis. É daí que vem a teoria, indutivamente...

A crônica foi inicialmente um gênero histórico, com os fatos cronologicamente alinhados. No séc. XVI muitos cronistas começaram a misturar a realidade com o fantástico proveniente dos medos e superstições das terras exóticas da Índia e da América. Evoluiu no séc. XIX para artigos de periódicos sobre fatos da atualidade, como em José de Alencar e Machado de Assis, o mais importante dos nossos cronistas no passado. No séc. XX tornou-se um dos principais gêneros do rádio e do jornal, chegando à televisão e agora à internet. Continua gênero narrativo, como na *Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel García Márquez. Difere entretanto da história porque esta compara, estuda e interpreta; a crônica, não.

Está mais perto do *conto*, pela sua estrutura e tamanho. E limita-se às vezes com a poesia. Mas se o conto possui *narração* e *descrição*, a crônica mais comum não passa de pura *descrição*: é como um avião que não consegue levantar o vôo para a ficção. O problema é que, dependendo do talento do cronista, ela levanta vôo... e o leitor, com mania classificatória, fica em dúvida: crônica ou conto? Seja o que o Leitor quiser. Com isto, às vezes ela se apropria de categorias narrativas da ficção, e o que era uma pessoa real, cotidiana, adquire *status* de personagem e de ficção. O termo pode ser visto hoje como texto jornalístico desenvolvido de forma livre e pessoal a partir de fatos e acontecimentos da atualidade: o tema pode ser literário, político, esportivo, artístico ou qualquer amenidade cotidiana. A crônica está assim num

meio-termo entre o jornalismo e a literatura, limitando-se com o conto, a poesia e o ensaio e encontrando nessas margens os elementos que a faz especial e própria, a ponto de escapar à classificação dos manuais de literatura... Um boa diferença está na observação de que o cronista sobrepara sobre os fatos, fazendo que se destaque o seu enfoque estilístico, a sua linguagem pessoal. O tratamento estilístico de tudo isso é que faz o leitor levantar...

No estudo sobre a *Seleção em prosa e verso*, de Drummond, em 1971, já havíamos procurado definir a crônica a partir dos textos ali reunidos:

O aspecto subjetivo e indefinido da crônica, em cuja evolução se percebem transições da área científica para os vastos territórios da literatura, dá-lhe características de uma espécie literária que encontra a mais ampla ressonância no espírito criador [...]. O escritor move-se com a mesma naturalidade de invenção e linguagem pelos domínios da poesia e da crônica, ingressando de vez em quando numa zona em que se torna quase sempre difícil dizer se caminhamos no terreno da crônica ou se flutuamos no reino da poesia: no terreiro, portanto, das prosas poéticas e dos poemas em prosa. E a seguir anotamos que, de um modo geral, as crônicas de Drummond “*não se nutrem de reminiscências. Elas se encontram presas ao burburinho da cidade, à linguagem dos adolescentes, dos comerciantes e dos acontecimentos que diariamente, no ônibus ou na praia, conseguem impressionar o espírito do escritor*”.

A maioria dos dicionários especializados em literatura não consigna o termo *crônica*. Uma bela exceção é, no Brasil, o *Dicionário de termos literários*, de Massaud Moisés, de 1974, onde existe um bom verbete sobre a crônica. Nele se lê, inicialmente, que ela “*se limitava a registrar os eventos, sem aprofundar-lhes as causas ou dar-lhes qualquer interpre-*

tação” e que a partir do século XIX os textos denominados crônicas “*ostentam, agora, estrita personalidade literária*”. O prestígio dessa espécie de narrativa curta cresceu entre os escritores, a tal ponto que a crônica tem sido considerada uma autêntica criação da literatura brasileira. Tem o seu lugar de produção no rádio, no jornal e na revista, aparecendo mais tarde em livro. Pela concentração de observações que nos parecem importantes, vale a pena a transcrição de uma parte desse verbete:

Na verdade, classifica-se como expressão literária híbrida, ou múltipla, de vez que pode assumir a forma de alegoria, necrológio, entrevista [*sic*], invectiva, apelo, resenha, confissão, monólogo, diálogo, em torno de personagens reais e/ou imaginárias, etc. [...] A análise dessas várias facetas permite inferir que a crônica constitui o lugar geográfico entre a poesia (lírica) e o conto; implicando sempre a visão pessoal, subjetiva, ante um fato qualquer do cotidiano, a crônica estimula a veia poética do prosador; ou dá margem a que este revele seus dotes de contador de histórias. No primeiro caso, o resultado pode ser um autêntico poema em prosa; no segundo, um conto. Quando não se define completamente por um dos extremos, a crônica oscila indecisa numa das numerosas posições intermediárias.

Depois de muito bem caracterizá-la e de louvá-la, como se viu, resvala numa contradição ao dizer que se trata, afinal, de um “*produto literário inferior*”.

Em *A crônica*: “O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil” (Org. da Fundação Casa de Rui Barbosa, de 1992), o capítulo mais importante é sem dúvida “A vida ao rés-do-chão”, de Antônio Cândido. É incrível, entretanto, como um grande crítico como ele não consegue fugir à falta de tradição de estudos sobre a crônica, valendo-se da facilidade da repetição invertida para dizer a mesma coisa no

mesmo parágrafo: “*A crônica não é ‘um gênero maior’ / ‘a crônica é um gênero menor’*”. Ainda bem que, logo a seguir, rompe o círculo vicioso do maior / menor e nos oferece estas preciosas observações:

Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição.

Mais adiante percebe a relação de crônica e poesia, e escreve que “*a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas*”. E que, em vez de mostrar o grandioso e o pomposo, “*pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, — sobretudo porque quase sempre utiliza o humor*”. Faz o elogio da crônica (especialmente as de Drummond, Rubem Braga, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos), acrescentando que Num país como o Brasil, onde se costumava identificar superioridade intelectual e literária com grandiloquência e requinte gramatical, a crônica operou milagres de simplificação e naturalidade, que atingiram o ponto máximo nos nossos dias.

O ensaio-crônica “Os dias que passam”, de Lêdo Ivo, é uma oportuna e ambiciosa discussão sobre a crônica na literatura brasileira. O escritor ataca e, ao mesmo tempo, elogia a natureza e estrutura da crônica, procurado vê-la por todos

os ângulos possíveis, sem deixar de pagar tributo à moda de dizer que se trata de um “gênero menor”. Cita todos os cronistas da nossa história literária, enfrenta a relação **autor ? crônica ? leitor**, nega à crônica o poder de criação, classifica-a como gênero híbrido entre literatura e jornalismo, diz que ela depende só do leitor e se mascara de crítica de costumes, com tendência ao envelhecimento; escreve que ela não tem evolução e que os cronistas “vivem” no cemitério dos textos mortos. Mas como não faz uma sistematização, o seu ensaio se deixa ler também como crônica. Uma crônica sobre a crônica, um dialeto, isto é, uma *linguagem* que se quer *metalinguagem* que se quer *linguagem*. Ao escrevê-la, Lêdo Ivo veste inicialmente a roupa do ensaísta, depois a do crítico, depois, novamente, a do cronista, mas sempre agasalhado pelo sobretudo do artista. O resultado é que o leitor fica vacilante entre o que é e o que não é uma crônica, mas sabendo, no fundo, que deve ser assim mesmo, sobretudo depois de ler as melhores crônicas desta antologia.

*
* * *

Para ver de perto a verdade (as verdades) deste livro, o melhor é mesmo partir para outro tipo de leitura e anotar as observações possíveis para este prefácio. Dizer, por exemplo, que as oitenta e duas crônicas reunidas sob o título de *É tudo verdade* formam um painel, de aparência descontínua, que, no fundo, está descortinando o sentido maior da realidade brasileira, fragmentada em cada crônica. Elas podem, no entanto, ser “lidas” ou classificadas através de pelo menos cinco conjuntos temáticos, a saber: 1) o da *Metalinguagem* (sobre a própria crônica); 2) o da *Linguagem* (sobre o nome, a etimologia e fatos de gramática); 3) os *Fatos diversos* (coisas, gentes e acontecimentos – o futebol, o

índio, o cosmonauta de Bauru); 4) a *Política* (a anistia, a tortura, a corrupção e o desgoverno); e, o que mais ocupa a atenção do cronista, 5) As *Artes* (as coisas artísticas: *cinema, pintura, música* – sobretudo a popular – e, no fim de tudo porque presente em tudo, a **literatura**). É certo que esta classificação não é rigorosa e não exclui a possibilidade de um texto se relacionar também com dois ou três outros conjuntos. É apenas um método um tanto didático para não me perder entre tantas crônicas, muitas delas verdadeiramente deliciosas, pois garanto que as provei.

1) **Metalinguagem** — A partir da crônica que dá título ao livro, pode-se captar como o autor vê o gênero em que escreve e como sublinha a sua função (a da crônica), dizendo e não dizendo, numa linguagem que sugere mais do que está enunciado. Assim logo de início diz ele que “*A diferença do historiador e o cronista é que, enquanto aquele faz o possível pra contar a história no traço dos fatos, este cozinha os fatos no pulsar das emoções. Previno: não é o que se verá neste escrito, que se pretendia uma crônica, pois, rigorosamente, é tudo verdade*”. Seguem-se então a simples exposição dos fatos, acrescida de comentários irônicos sobre a propaganda eleitoral e sobre os nomes e apelidos com que se vestem os candidatos a vereadores. Todos eles se dizem “*abnegados, arautos impolutos do decoro, ardorosos defensores do interesse coletivo. Enfim, a casta que faz ouvir do povo heróico o brado retumbante da dignidade e da fé. Ou não?*” Não precisa dizer mais nada: é só expor os fatos; o leitor já está preparado para perceber o não-dito da ironia que vai surgindo de cada parágrafo.

Esses apelidos levam diretamente às observações sobre 2) **Linguagem** — às preocupações com a gramática e às crônicas sobre nomes e sobrenomes, chegando a vasculhar as etimologias de alguns. Aí estão para comprovar os textos que se denominam “Caras e nomes”, “Ruas e nomes”, “Sobrenomes apelidos”, “Adocicados pronomes”, Telemarketing e aporrinhações”, “O professor Miziara”, além dos que se denominam “Sagaranas só

de bois”, “Crônica para um médico”, “Splash!”, “Em palpos de aranhas”, “Adoniran e uma afeição resignada”, “Padroeira do Brasil” e “Bruta constipação”. Tomo para exemplo deste conjunto apenas “Caras e nomes” para mostrar a pesquisa e a cultura literária que se entremostam nas crônicas de Romildo Sant’Anna, como neste parágrafo:

Nomes próprios mantêm vivas as aspirações secretas de um povo. Os primitivos nomeavam bebês pelas qualidades de animais e da natureza. Kevin Costner veio a ser o corajoso “Dança com Lobos”, no comovente filme indigenista. No cozimento místico dos “civilizados”, e sendo a criança uma dádiva de Deus, surgiram os *Deodatos*, dados por Deus, *Teodoros*, presentes de Deus. *Lúcias* são umas que nascem ao romper da luz; outras são mesmo *Auroras*, obrigadas a bilhar. Umas são *Áureas* e *Lindauras*, lindas com ouro; outras *Rosas*, *Margaridas* e *Sílvias* silvícolas, filhas das selvas. As religiões nos legaram nomes de deuses, profetas, evangelistas e santos de todo o dia. Passamos também a costurar palavras em nossos nomes. *Renata* é a re-nascida (pelo batismo), *Nonato* é o não nascido (em parto normal). *César* quer dizer “cortar”. Daí os *Cesários* e cisões cesarianas. Em plagas secas e severas, há infindáveis *Severinos*, filhos de tantos já finados *Zacarias* (de quem, noutros tempos, Javé um dia se lembrou). Há *Eugênia*, bem nascida, e uma pra sempre bastarda, na acidez irônica de Machado de Assis. Caetano Veloso diz que gosta de Pessoa na pessoa, da rosa no Rosa. Além desses, eu acrescentaria o nome de *Graciliano*, tão gracioso e múltiplo que é *Ramos*.

Ou seja – eu acrescentaria –, alguém que sendo paradoxalmente gracioso por todos os lados, escreveu uma obra das mais fortes e nada graciosa na moderna ficção brasileira.

No conjunto 3) — Os **faits divers** (naquilo que constitui a natureza mais íntima da crônica moderna), há textos com o título de “Graciosa Madalena”, “Inesquecível final de 70”, “Dissertação sobre grilos”, “Índios” [este sobre o meu poema], “O cosmonauta caipira”, “Vigilante rodoviário”, “Comidas e vidas de cachorro”, “Discussão de acarajés”, “De ambulantes camelôs”, “Crônica de parafusos”, “Vós fumáveis” e “Amigos”. Destaco para comentário a “Dissertação sobre grilos”, que considero obra-prima na escrita divagante de uma crônica. Começa com um tom de descrição escolar:

O grilo. Não há bicho mais chato no mundo, o grilo. Sempre à espreita, mas secreto salteante, semelha um graveto robótico e pardacento. Construído de engenharia de peças e engrenagens lacônicas, e onipresente no ruído penetrante, o grilo tem por ofício rasgar as cortinas da noite. Dizem que o potente instrumento sonoro do bicho localiza-se na nervura das asas anteriores, apenas dos machos. Às grilas, silenciosas e certamente mal-amadas (por isso nunca propiciam berço, carinho e tetas aos grilinhos), é dada a prerrogativa de gerar a alta densidade demográfica dos grilos, no moto-contínuo de sua relação estridente com a humanidade.

Dizendo-se leigo no assunto, o narrador observa com humor e ironia que não teve “*acesso às certamente perspicazes e esclarecedoras reflexões semióticas sobre o cri-cri, onomatopéia eloqüente, multimidiática, intertextual do desamado inseto*”. Em seguida fala de nomes derivados de animais, como *gatuno*, *cachorrada* e *borboleteante* para chegar aos derivados do grilo: “grilado”, “grilo”, “motor grilando”, “bicho-grilo”, enfim, toda uma semântica de sentidos físicos e psíquicos. E acrescenta, numa bela alusão crítica aos problemas das invasões de propriedades, que o “*o grilo é pior que seus primos, os gafanhotos*”:

Fez-se comparsa de um dos maiores cancros instalados no Brasil: o grileiro. Grilos, grilagens relacionam à apropriação de terras públicas e particulares, por meio de títulos e documentos falsos. Grileiros, ainda hoje mobilizam o Judiciário, Ministérios e CPIs, quase sempre inócuos, pois, charlatões astutos, são amigos de comendadores, senadores e bacharéis. A injustiça agrária, a discrepância entre riqueza e miséria, as tensões e matanças no campo, o extermínio aos indígenas, o coronelismo em suas diversas nuanças são, em grande parte, herança da grilagem, dos grileiros e (ou dizer), do pérfido bichinho, o grilo.

Num pequeno parágrafo, toda a história da ocupação humana do Brasil, desde as capitânicas hereditárias. Mas não deixa de ser inteligente o símile que se estabeleceu entre os grilos, que pulam de uma moita para outra, e os sem-terra que vêm fazendo o mesmo na atualidade. O pior grileiro, me parece, são os rábulas, os pequenos e falsos advogados que se enriquecem nas causas de grilagem. Mas a metonímia proposta por Monteiro Lobato não deixa de ser bastante verdadeira, como se lê nas palavras de Romildo Sant'Anna:

Monteiro Lobato, em *A onda verde e o Presidente Negro*, revela a receita: primeiro, falsificava-se a escritura de determinado latifúndio; em seguida, para dar-lhe aparência antiga, colocava-a numa caixa infestada de grilos. Após semanas, corroída e amarelada por substância liberadas pelos bichos, a papelada parecia envelhecida, autêntica.

Veja-se o comentário final do cronista e a sua oportuna e irreverente alusão a um dos nossos hinos (não o *nó suíno*) patrióticos: “*Eis, pois, a orquestração monótona do grilo e a alquimia*

esperta de seu mais sórdido transgênico: o grileiro! Eles nos atam às amarras do antigo. São os soberanos que abrem as asas sobre nós".

No conjunto 4) — temas **Políticos** estão textos cujos nomes já apontam para o sentido crítico, irônico ou humorístico, da política brasileira. Basta mencionar “Zeróis palacianos”, “Fundação do Brasil”, “Catilinárias brasileiras”, “Os bruzundangas”, “Sim ou NÃO – Não ou SIM”, “Maravilhosos retornos”, “Os filhos de Antônio”, “Vamo batê lata”, “Supremo Tribunal”, “Anjos caídos”, “A dor de Clarice”, “Ratos equatorianos”, “A orgia dos sarcófagos” e “Náufragos da utopia”. Os principais problemas da vida pública brasileira aparecem direta ou indiretamente nas crônicas deste livro: a fundação da corrupção com a “Carta” de Pero Vaz de Caminha, a propaganda enganosa, o nepotismo, os exilados pelo golpe de 1964, os torturados, o desmoroamento da utopia da esquerda e todas as mazelas que estamos vivendo no atual governo. Romildo se vale do belo e atual livro de Lima Barreto, *Os bruzundangas*, lugar utópico onde o escritor situou o espaço brasileiro no início da década de 1920. Veja como o cronista de *É tudo verdade* fala de *Os bruzundangas*:

Com malandrice carioca e estilo ágil, próximo da caricatura e zombaria, o afro-brasileiro Lima Barreto é mestre da ficção de escárnio. Nas raízes do imaginário país grassam oportunistas, apaniguados, retrógrados e escravocratas de quatro costados. Sobre os usos e costumes das autoridades, escreve que não atendem às necessidades do povo, tampouco lhe resolvem os problemas. Cuidam de enriquecer e firmar a situação dos descendentes e colaterais. [...] Enquanto isto, a população é escorchada de impostos e vexações fiscais; vive sugada para que parvos, com títulos altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios e aposentadorias duplicados, triplicados, afora os rendimentos que vêm de outras e quaisquer origens.

O cronista de São José do Rio Preto conclui dizendo que “*O presidente de Bruzundangas, que deve ser um deslumbrado e completo idiota, chamam-no “Manda-Chuva”; à justiça, “Chicana”*”. Bastaria a linguagem alegórica e sarcástica de Lima Barreto, que confundia o Brasil com o Rio de Janeiro (aquela *República dos tolos*, segundo o poema herói-cômico do Pe. Zeferino de Abreu), para que o leitor perceba a oportuna lembrança de Romildo em presentificar no seu livro o livro um tanto esquecido de Lima Barreto.

Agora, o que considero o mais forte, o melhor no livro de Romildo Sant’Anna está no último conjunto temático, 5) o das (as coisas artísticas: *cinema, pintura, música* – sobretudo a arte popular – e, no fim de tudo porque presente em tudo, a literatura). É conhecida a admiração do autor pelo **Cinema**, com experiência em alguns filmes. É um aficionado, como se vê em várias de suas crônicas, entre as quais, “Elza & Fred”, sobre o novo cinema argentino; “Telemarketing e aporrinhações”, a partir da comédia *Deus é brasileiro*, de Cacá Diegues; “Viste Koyanishqatsi?”, de Godfrey Reggio; “Crônica da miséria”, onde fala do *Abril despedaçado*, de Walter Salles Jr.; “Ginger & Fred”, sobre os grandes dançarinos Ginger Rogers, Fred Astaire e Gene Kelly; e “As invasões bárbaras”, sobre o filme de Denys Arcand, numa oportuna relação com a *Carta* de Pero Vaz de Caminha. É neste texto que o cronista se declara “bisneto de uma jovem restante da nação pataxó”, indígenas que ainda resistem no centro de Minas e no sul da Bahia.

Há também crônicas sobre pintores e **Pintura**, entre as quais “O MASP sem luz”, “Entreveros do Bonfim”, “O Silva e as drogas” e “Toscano”. Mesmo falando de arte, não deixa de criticar os políticos, como no caso do corte de energia no MASP por inadimplência. Eis como termina o texto que escreveu sobre o pintor José Antônio, que visitou com um cineasta e sobre o qual escreveu um livro premiado e editado em Cuba:

Solene, atropelando sonhos, José Antônio assegurou que retratava os nus femininos “com modelos ao vivo, contratadas por hora, como os grandes clássicos”. Mas os “auto-retratos de mim mesmo [sic] eu pinto de cabeça, lembrando o que sou”. E, aos olhos do curioso cineasta, persistiu ufano e saudosista, a remexer os romances do passado. E a elogiar os predicados de sua nova e doce musa Graciete. E a considerar uma droga a pintura atual que não fosse sua.

Com bom humor e cheio de poesia, arremata, numa bela alusão ao cavaleiro da Triste Figura. “*Tudo, tudo, passeando pelos cômodos de si, palco improvisado da glória ungida pela loucura dos deuses. A pelejar num cavalo de madeira soltando faísca dos cascos e das ventas, entre as cortinas dos sete mil cabedais [...]. Eis o Silva, alegre figura, desfolhada — quem sabe? Doutra romance de cavalaria*”.

A **Música** popular é, se não o tema preferido, o mais comum neste livro, destacando-se “Zé Fortuna e guarânias em brasileiro”; “Piazzolla, bandoneón e paixão”; “Violinha persistente”; “Parnaso 78rpm”; “Sertão na cidade”; “Das flores do ipê”; “O ébrio”; “Negros blues”; “Hinos de guerra”; “Adoniran e uma aflição resignada”; “Outra crônica do dia”. Fala-se em tango, em moda de viola, em Pixinguinha, Sílvio Caldas, Vicente Celestino, Adoniran Barbosa e tantos outros cantores e compositores conhecidos. Não é portanto de admirar que um de seus melhores livros é *A moda é viola – Ensaio do cantar caipira*, como se disse acima. Merece citada a síntese histórica que o cronista escreveu em “Violinha persistente”:

Do dedilhado cortês ao rasqueado popular, as cordas dessa música vieram zunindo ao vento que empurrou as primeiras caravelas. Trouxeram o som que se firmou no coração mestiço do Brasil. Tomou formas diferentes em cada re-

gião, adaptando-se às colorações culturais. Na zona caipira firmou-se no molde artesanal da cintura fina, e no tinido sentido da graça chã. Com seu ponteados feminino, emoldura letras de cururus, cateretês, modas-de-violão, recortados mineiros e todas em geral. Plange no peito de cantadores alembando idealizadas paixões, amores perdidos, crenças e saberes, alentos e desventuras, enfim, a identidades da gesta mais sentida do Brasil.

É aí que fala comovido da viola-de-cocho, vendo-a como *“pantaneira, imponente na humildade, esculpe o passado primitivo de músicos artesões, e realiza o milagre do pertencimento cultural que só a tradição possibilita”*. A linguagem do cronista adquire tonalidades poéticas sem perder o teor científico ao descrever esse instrumento musical ainda pouco conhecido no repertório da música regional:

Esse misterioso instrumento, no coração do caboclo, morenos e cafuzos, é feito do tronco inteiriço de árvores aquáticas esculpidas a machado, como o sarã e a ximbuva. Cortadas em lua minguante, são madeiras leves, resistentes e sonoras. Em artesanía primária, faz-se um cocho escavado na madeira. O tampo, quase sempre sem orifício pra não entrar “bitcho”, é feito da raiz de figueira e colado com o ingrediente que medra no sambaré – uma orquídea que se instala em espécies de palmeiras –, ou com o preparo feito do cozimento da bexiga de piranha. O cavalete, pestana e cravelhas são de cedro, mogno ou aroeira. Com apenas três trastos feitos de barbante untado com cera de abelha ou embira retorcida que dão o “sintoma sonoro” meio chocho à violinha, o encordoamento é feito das tripas de macacos, línguas de tamanduás ou nervos de cobras. Hoje em dia,

usa-se a linha de pesca, que não esquece a herança ancestral da sonoridade sorumbática e taciturna dos indígenas.

Finalmente, o tema da **Literatura**, deixado de propósito para o fim, é onde as crônicas de Romildo Sant’Anna adquirem a espontaneidade de um peixe dentro d’água. Há texto como “Livros à mancheia”, em que se fala de Castro Alves e se trata do pensamento de Marshall McLuhan sobre o desaparecimento do livro: o autor aproveita para criticar as nossas bibliotecas e livrarias:

as bibliotecas transformaram-se em museus de antigüidades e os sebos, reduto deliciante dos que bebem livros. As livrarias, na maior parte, são butiques de *best-sellers* frugais, cultura ornamental e livretos de auto-ajuda. Há autores que, parodiando a banalização da “aldeia global”, lançam títulos grosseiros como *Como se dar bem na vida mesmo sendo um bosta*. Esses vendem, são comentados por colonistas e sinalizam os tempos que voam.

Em “Da intermitente morte”, cita versos de Álvares de Azevedo, Shakespeare e comenta o livro de José Saramago. Em “Sertões e guerreiras donzelas”, faz um retrospecto de personagens femininas que se vestiram de homem, passa por Joana D’Arc e chega ao *Grande Sertão: veredas*, para nos relembrar uma das mais belas cenas do grande romance:

O romance de Guimarães Rosa se faz de uma longa confidência de Riobaldo a um desconhecido. Previne o narrador que as coisas passadas têm a astúcia de se remexerem dos lugares. “*Viver é um descuido perseguido*”, suspira. E acrescenta: “*sertão é dentro da gente*”. Vivendo como jagunço, aproxima-se de um companheiro, o audaz Reinaldo, apeli-

dado Diadorim. Endurecido pela aspereza das lutas, oscila entre o desejo e a repulsa àquele jovem, enamora-se dele. Só depois de morto, e ao vê-lo sem roupas, descobre-o como donzela. Maria Diadorim. Murmura: *“aqueles olhos eu beijei, e as faces, a boca... não sabia por que nome chamar, e exclamei me doendo: meu amor”*.

Cada crônica tem lá o seu quê de beleza, como a sobre “Yêda e Rufino”, a conversa da poetisa goiana com o livreiro de São Paulo; as “Lembranças de Darcy” Ribeiro, de seus romances; e as referências a Vargas Llosa (“Pantaleão e as visitadoras”), a Cervantes (“Dom Quixote”), a Salvatore D’Onofrio (“Pequena enciclopédia”, a Monteiro Lobato (“Criadores de sacis”), e a lembrança de velhos amigos, radialistas, desenhistas, escritores como Dinorath do Valle, Millôr Fernandes e até o J. Pinto Fernandes do poema de Drummond que acaba entrando na história.

É tudo verdade neste livro de Romildo Sant’Anna – daquela verdade que mistura o que vem de fora com o que é cozido lá por dentro no fogo das emoções, quase que no calor da hora do jornalismo e da poesia.

Gilberto Mendonça Teles
Rio de Janeiro, 20 de julho de 2007.

Graciosa Madalena

Um predicado da mãe nossa eram histórias comoventes. No cuidado de manter aceso o lenho do fogão, alentava-nos de algum mistério da vida. Assim, que se seguiram diário em nossa casa fábulas como as de santa Maria Goretti. Órfã de pai, deixava o de comer pra dar aos irmãos menores. Certa vez, estando a mãe em lida na roça, se lhe acercou um vil de pouca barba, grosseiro em palavras, obsceno em desejos. Ante a recusa da menina, e bebido em ódio, traspassa-lhe o peito com o punhal. Caída em sangue, balbucia o perdão ao malvado. Encolhíamo-nos em gesto de horror e comoção. Um dia, com a história latejante na cabeça, quis conhecê-la em figura. Era pior do que narrara nossa mãe. Jazia sob o altar da igreja, em manta azul de cetim, dormida num caixãozinho de vidro. Era certo que, tendo sobrevivido por milagre, fora enterrada viva. Guardei em secreto o mais sufocante dos meus medos. E, toda vez, pedia à mãe que repetisse a nossa história predileta: a graciosa Madalena.

Sou camarada vivido, misturado em fábulas. Entrevejo nossa mãe na bruma da fumaça, buscando fios que a enredavam em histórias. Madalena, a pecadora. Perguntei de seu pecado. Desconcertada, pois não se diziam palavras feias, a mãe explicou-nos com um enigma: luxúria. Fiz sinal de entendimento. Na nossa casa o que nunca houvera foi luxo (que nem a casa da Goretti). E mesmo que fôramos abastados, haveria sempre a provocação do rabino: atira a primeira pedra! Na centelha das idéias, esta era uma cena inesquecível: o desafio à tomada de consciência e a

deposição de todas as armas. Amortecidas as fúrias, Madalena se alevanta alumbrada, plena, e beija um homem por primeira vez. E, a partir daí, vagaria noutras ondas do destino.

Pecadora? Não. Imagem difusa no espelho de nós. Eia, Musa dos quatro evangelhos, dos quatro cantos da terra, nos quatro elementos da natureza. Maria dos quatro mares, das quatro fases da lua, dos quatro pontos cardeais. Sombra do pecado em toda gente, envergada nos quatro braços da cruz. Certo dia, vindo a saber que o salvador visitava um fariseu, eis que adentra a dama da cidade. Quebrando as normas da casa, lentamente se aproxima. Traz num frasco de alabastro a essência dos perfumes. Em silêncio, banha os pés do convidado e, afagando-os levemente na face, enxuga-os nos cabelos. Parecera tresloucada não fosse a leveza do gesto. Após, na surpresa em que viera, afasta-se delicadamente, alumbrando-se dos raios de luz que despejavam as frestas do telhado. Fechando a porta, dissipam-se no chão os rastros da carícia que nos modifica por dentro.

Pecadora? A mulher seguiu em aflição a pirambeira do calvário e ajoelhou-se em frente da cruz. Ah, noiva morena dos injustiçados, enfermeira dos impuros, testemunha de um santificado granito fincado no átrio das igrejas. Eia, a Pietà que artista algum esculpiu e repousa na alma da gente. Eia, vós, Madalena, guardiã do sepulcro, e que viu o ressurgir dentro de si, gestante do amor! Em luto, aportou nalgum lugar, cheia de graça, a afagar no colo uma criança. O destino seguiu sua senda de contos por contar, de um fogaão em lume no coração das infâncias e pra que houvesse a sagração dum encanto: ser cronista de tantas histórias, viver.

Crônica de parafusos

A palavra-parafuso não se sabe donde veio, se do grego, aramaico ou do latim. A coisa-parafuso existe pra andar à roda de si, como o tempo pontiagudo escavando a eternidade. Metálico, é sulcado pela fenda funda na cabeça, estigmatizando-lhe o sinal de subtração ou adição, depende da chave. Viver na lua é ter um parafuso de menos, ou de mais – quem sabe? –, girante aqui no mundo. Gente baratinada é que entrou em parafuso, no obscuro dos pensamentos e inebriantes vinhos. Parafusos, coisas, tempos e palavras são a quintessência do giro sem fim. Não se sabe aonde chegar. Como alguém, desparafusado, a escrever a crônica de parafusos.

Toda santa hora os humanos raciocinam, parafusam idéias. Não há outro jeito de pensar, senão com palavras! Não há outro modo de existir, senão com palavras! Como disse o filósofo, se parafuso, logo existo. E, parafusando, é assim que, num enlevo, a criança põe-se a pensar sem saber que pensou. Para o cronista, porém, atarraxado em palavras, o descobrimento de si e do mundo o colocou à anteporta da loucura. Loucura – confessa – donde poucas vezes conseguiu sair.

Indaga: “Hoje, segunda-feira, segundo dia da semana... Por quê?”. É óbvio, a segunda deveria ser a primeira-feira. Até se diz, convidativamente: “bom fim de semana!”. E o camarada vai pra casa descansar. Também com o Altíssimo assim se deu. Pra aplacar a solidão primordial de ser único, fez a lida insana de criar o mundo, parafusando cada coisa em seu lugar. Após seis

dias, porque ninguém é de aço, descansou. Sucede que, sendo o Senhor o “dominus”, o que domina e denomina, criou o dia de si: o domingo. Ora, se até na lógica divina extensiva à humana o dia do Senhor representa o fim, como pode ser o princípio? Definitivamente, a segundona brava é a primeira-feira, cê não acha?

Outras minhocas esquentavam os parafusos do cronista: “Os nomes que dão aos meses, que absurdo!” Aprendera em criança que novembro, que lembra nove, é o mês onze; dezembro, que lembra dez, é doze; setembro, que lembra sete, é o mês nove. Não saiu da rota em parafuso até que enxergara, por meio de outras palavras, que os anos na antiga Roma começavam em março. Júlio César alterou o calendário e, numa ajeitada, o papa Gregório o reformou. Então, fevereiro, no passado, seria pra nós dezembro, fim de ano. E, só assim, novembro seria de fato nove. Contudo, inda mais encasquetado, o cronista pergunta: “Se resolveram mexer na contagem dos anos, por que mantiveram aos meses antigas palavras? Foi preguiça ou frouxidão dalgum parafuso?”

A confusão não reside em palavras, mas nas pessoas que as criaram. Porém, se as inventaram para pensar, e se parafusam idéias com palavras, por que usam palavras tortas pra pensamentos retos? Ainda: se nos velhos tempos, o calendário começava em março e, ademais, se abril significava “abrir”, por que março não se chama abril? Nesse ponto, se lhe perdeu a rosca. Girou disperso em espiral, flutuante, como rolha intrusa no vaso de vinho. Tomou o *Vallium* e, formigando-lhe as antenas, adormeceu.

Zeróis palacianos

Lula constatou certa vez que no Congresso Nacional havia mais de trezentos picaretas. Referia-se aos reis da ilicitude e das tramóias incrustados no legislativo. Hoje alguns deles são pedestais do governo. Afora isto, chama de heróis aos senhores de engenho. Equipara-os a eminências nacionais como Osvaldo Cruz, Anita Garibaldi, Santos Dumont e Aleijadinho. Estaria o chefe da nação tomado pelo espírito de Macunaíma, o herói sem caráter? Ou, segundo seu alcance, heróis são astúcias da conveniência, frutos da incontinência verbal?

Há muitas tipificações do herói, mas nenhuma se aproxima da óptica presidencial. Vladimir Propp ensinou que atos heróicos se delineiam no narrar de nossas vidas. Roberto DaMatta enfocou os “Carnavais, Malandros e Heróis, mostrando como se faz anti-heróica a conduta carnalizada. Martin Cezar Feijó em “Herói” divertiu-se ao lembrar que um dos trabalhos de Hércules foi limpar estrume dos estábulos de um rei. Porém, no gesto de humilhar-se, o magnânimo.

Sobre-humanos, literários ou tangíveis, quem são heróicos? Orfeu, o semideus da música e que desceu aos infernos em busca da amada? O intrépido Roldão renascido no idealismo generoso de Dom Quixote? Flash Gordon nos embates siderais contra o mal ou os Zeróis do cartunista Ziraldo cujas proezas ridicularizavam a alienação maniqueísta dos super-heróis? Guevara personifica a luta pelos pobres. Incansável, voltou à guerrilha para o fuzil

milico num altiplano da Bolívia. O céu brasileiro orgulha-se de Zumbi dos Palmares, mártir afoito dos escravizados.

Edificamos heróis para fugir à repressão do subconsciente, descobriria Freud, ou pra nos defendermos dos monstros que atormentam. Na primazia das ações heróicas, há um quê de redentor, um feito em forma de honrosa façanha, uma virtude moral que os tornam venerados. Deu-se assim com Tiradentes que, por amor à liberdade, se mil vidas tivera, mil vezes sofreria.

Considerar heróicas as tramas toscas do coronelismo latifundiário é menosprezo à razão universal dos heróis. Como se lê em “Casa-grande & Senzala”, guardamos feridas ainda sangrando do regime patriarcal de exploração agrária. Esta é a monocultura devastadora, a oligarquia escravocrata germinada à sombra das moendas e que, por modos grosseiros, inda comanda o Brasil.

Os gritos do chicote, da bota, do poder repressivo e do castigo sempre escreveram os códigos da lei, decretaram indulgências fiscais e subsídios. No passado e sob o açoite, encheram-se de açúcar as frotas mercantes e nos entorpecemos de cachaça. À força impassível desse regime nasceram os trabalhadores volantes – os bóias-frias –, carroceria alegórica do escravismo.

Um refrão de campanha exortava: “Muda, Brasil!”. Sem que nada fizera pela transformação dos costumes, o presidente vangloria-se do velho e junta-se a ele. Parece ver o produtor rural e a moderna agroindústria sob a batuta dos rinocerontes. Trazendo o heróico à dimensão rançosa e galhofa dos Zeróis palacianos, quem sabe, vaidosamente, conclame pra si a retidão de princípios e grandeza dos verdadeiros heróis.

A inesquecível final de 70

No ano do tri, era um projeto de ator, professor e jornalista cujos sonhos se iludiam num caderno da vida. Fazia refeições e pernoitava com estudantes de engenharia em Barretos. Tudo camaradagem, não fora o Enrico, italiano mal-humorado, alto, loiro e dos cabelos curtos, e com o qual dividíamos a república. Era de si quase tudo, da geladeira à escorredeira de macarrão. Ai de quem assoviasse em presença ou ligasse a TV na ausência dele! Trouxera também um canário-do-reino que fazia questão de não cantar. Por tácita obrigação aos favores da tralha doméstica, revezávamos no alpiste, couve, água fresca e limpeza da gaiola, levando-o ao banho de sol no galho da amoreira. Residíamos, além do canário e seu dono em quarto privativo, o Magrão, o Márcio e outros futuros doutores que o tempo dissipou da memória.

A “Realidade” mostrava os meninos-caveira de Biafra. No Cine Central, insólita sessão a meus alunos: um adolescente seminu, amarrado à cadeira, confessava-se subversivo e comunista arrependido, em presença do palestrante coronel Passarinho, ministro da educação, militares em geral, além de padres e afins. A Apollo 13 contornou a lua e, na volta, não derreteu por um triz. Nixon despejava horror em forma de napalm no Vietnã e Allende se predispunha à eleição no Chile. Mao Tsé-tung e Fidel incitavam contra o imperialismo norte-americano. Por aqui, Don e Ravel festejavam em dueto que “ninguém segura a juventude do Brasil”. Garrastazu Médiçi e seu ministro da fazenda festejavam

o “milagre brasileiro”. Dívida externa não se paga, administra-se – sentenciava Delfim. Era ano de Copa do Mundo e olas mexicanas profetizavam que ergueríamos a Jules Rimet toda de ouro. Enrico, da república, elogiava o sistema. Têm que pôr ordem na casa e a ditadura faz isto! – resmungava.

Bandeiras delirantes se agitavam. Era a seleção de Clodoaldo, Gérson, Brito, Jairzinho, Piazza, Tostão, Rivelino, Félix, Carlos Alberto, Everaldo... Dadá Maravilha, que flutuava como beija-flor, corria desengonçado nos treinos, sonhando disputar uma partida. Lúcio Flávio, o passageiro da agonia, foi abraçar os craques no vestiário e o general-presidente, desde as tribunas, mandava recados ufanos com os olhos de bandido. Enfiamos 4 na Checoslováquia, 1 na Inglaterra, 3 na Romênia, 4 no Peru e mais 3 no Uruguai, em contenda de furor e vingança.

Às vésperas da final contra a azzurra, Enrico transportou a TV para o seu quarto e tomava-lhe a temperatura toda vez que chegava. Era impossível saber do mundo, inda que o país inteiro não desgrudasse das telas. Na tarde esperada, o italiano trancou-se na casa, deixando-nos de fora. Iríamos assistir à partida no empório, tomando conhaque barato pra rebater o frio. E voltaríamos, disfarçando alegria e maldizendo o polenteiro fascista.

Magrão, na pressa, escalado pra limpar a gaiola, deixou que o canário escapasse. Ah, se Enrico..., decerto nos comeria o fígado! O pássaro pousou na cumeeira da casa vizinha. Enquanto vinha a escada, voou desnorteadado para o fio de luz e sumiu. Foi o deus-nos-acuda das acusações mútuas. Reapareceu no telhado, brilhando-lhe o peito amarelo em fim de tarde. Desceu ao quintal, mas se assustou com a tarrafa de lençol que lhe atiramos. Foi ao muro, mas não se deteve, assustado com gritos de gol. O escrete canarinho vencia e nós, angustiados, perdíamos. Aninhou-se na sibipiruna da esquina, parecia divertir-se com nosso desespero. Fingíamos distraídos, distantes e nos achegávamos. Mirava insolente,

ia ao muro, após à trave da edícula, à pérgula de buganvília, ao cajueiro e, de novo, descansava no topo do poste. Silêncio de tragédia... Os italianos empataram, pois Enrico soltou seu urro solitário e intermitente. Temendo que saísse à porta em menosprezo e desafio, nos abaixamos por detrás do muro.

Novos gritos, foguetórios. Aproximamos do bicho, oferecendo-lhe uma dádiva. Ele escutava hesitante nosso pedido de trégua. Trinamos baixinho em seresta, mas logo voltou à amoreira, onde se refestelava às tardes e manhãs. Rezamos o creio-em-deus-pai, fizemos promessa a S. Longuinho inda que o que se perdera estivesse bem ali à nossa frente. Confidenciamos-lhe palavras doces. Márcio suplicou-lhe de joelhos, desmanchando-se em pedidos. Invocou Judas Tadeu e S. Francisco, mostrou-lhe a contrição por todos os pensamentos, atos e palavras contra seu dono, o Enrico, fechado em luto no seu quarto. Quatro a um.

Amado e malquerido, o bicho se rendeu a uma folha tenra de almeirão deixada à porta escancarada da gaiola. Entrou convicto, altivo, tomou água e, solidário ao dono, cantou pela primeira vez. Aplaudimos e ele gritou mais alto, vangloriando-se do baile que nos dera, o fascistinha ordinário! Decerto se decepcionara com a solidão da rua sem vitalma.

No empório, torcedores hipnotizados e roucos eram amarrotados conluios de tremor e emoção. No rebuliço, Pelé levantava a taça do mundo e mil mãos se erguiam para tocá-la. É nossa! De repente, a tela apagou e virou noite. Que houve? – indagamos. Seria insolência de bêbado milico, um repressor em desatino? Não. A força acabou.

Irmãs Galvão

“Vocês são casadas?” – indagou Jô Soares no programa. “Qual nada! Somos irmãs!” – responderam, brincando com o sentido das palavras. Eram as simpáticas Mary e Marilene, que atendem por As Galvão.

Com mais de 50 anos de sucesso – começaram inda meninas –, personificam um fato extraordinário na história de nossa canção popular. Entendamos: moda de viola é apanágio de homens. Nos duetos, uma das vozes é quase um falsete, substituindo a que seria da mulher. Expressando euforias, angústias e crenças que brotam da terra e de nossas raízes etnológicas, passam por alto sobre os aparelhos discriminatórios da chamada “cultura oficial”. Preferem se aninhar no afeto do povo, seus gestos e representações simbólicas.

A arte d’As Galvão remoça o rito de “cantar em vozes”, que se difundira pelas missões jesuíticas; revive o sentimentalismo latejante tão apegado a nossos valores mais candentes; impulsiona um país multicultural, que busca identidade para encontrar-se e se libertar. Ancora-se no quadro de valores rurais, que cruelmente se urbanizaram e quase se perderam.

O repertório poético-musical das Galvão – ato de fé e força incomum – é sopro redentor, elegia à personalidade sentimental de nossa terra. É um luxo de ideário modernista que persiste aos quatro ventos. Superando o regionalismo caipira, interage com modelos radicais do ser universal. Assim, realizam arte, no que de mais encantador contém essa palavra: Arte. Admirá-las é sinal de refinamento, erudição e cultura.

Dissertação sobre os grilos

O grilo. Não há bicho mais chato no mundo, o grilo. Sempre à espreita, mas secreto, salteante, semelha um graveto robótico e pardacento. Construído da engenharia de peças e engrenagens lacônicas, e onipresente no ruído penetrante, o grilo tem por ofício rasgar as cortinas da noite. Dizem que o potente instrumento sonoro do bicho localiza-se na nervura das asas anteriores, apenas dos machos. Às grilas, silenciosas e certamente mal-amadas (por isso nunca propiciam berço, carinho e tetas aos grilinhos), é dada a prerrogativa de gerar a alta densidade demográfica dos grilos, no moto-contínuo de sua relação estridente com a humanidade.

Não querendo polemizar com o rigor e sacerdócio dos mais obstinados grilólogos das academias, diria que os grilos – inseto ou na versão humana – nasceram pra exercer a função patológica da aporrinhção. Claro, sou leigo no assunto, e sobre esse bicho certamente existem teses acadêmicas, aprovadas com distinção e louvor e com a chancela de respeitáveis órgãos de fomento à pesquisa. Isto, nos variados campos da ciência, indo da zoologia (na subárea “aerodinâmica dos invertebrados”) à semiótica (esta, em vários casos, a mais fecunda encarnação intelectual do próprio grilo). Leigo, repito, não tive acesso às certamente perspicazes e esclarecedoras reflexões semióticas sobre o cri-cri, onomatopéia eloqüente, multimidiática, intertextual do desamado inseto.

Poucos nomes de animais derivaram tantas palavras. “Gatuno” é malandro que furta, alegoria do gato; o que faz “cachorra-

da” aprontou alguma com alguém; “borboleteante” é o camarada volúvel, que vaga como a borboleta. Mas seriam ridículos verbos como “pernilongar”, “besourar”, “onçar” e suas flexões. Pois o grilo nos legou uma fortuna léxica. Diz-se que alguém “grilado” sofre de sensação patética; quando algo possui “grilo”, a situação está complicada; motor “grilando” precisa de regulagem; o adolescente “bicho-grilo” é insuportável.

Pelo que segue, o grilo é pior que seus primos, os malfadados gafanhotos. Fez-se comparsa de um dos maiores cancros instalados no Brasil: o grileiro. Grilos, grilagens relacionam-se à apropriação de terras públicas e particulares, por meio de títulos e documentos falsos. Grileiros, inda hoje, mobilizam o Judiciário, Ministérios e CPIs, quase sempre inócuos, pois, charlatões astutos, são amigos de comendadores, senadores e bacharéis. A injustiça agrária, a discrepância entre riqueza e miséria, as tensões e matanças no campo, o extermínio aos indígenas, o coronelismo em suas diversas nuances são, em grande parte, herança da grilagem, dos grileiros e (ousou dizer), do pérfido bichinho, o grilo.

Monteiro Lobato, em “A Onda Verde e o Presidente Negro”, revela a receita: primeiro, falsificava-se a escritura de determinado latifúndio; em seguida, para dar-lhe aparência antiga, colocava-a numa caixa infestada de grilos. Após semanas, corroída e amarelada por substâncias liberadas pelos bichos, a papelada parecia envelhecida, autêntica.

Eia, pois, a orquestração monótona do grilo e a alquimia esparta de seu mais sórdido transgênico: o grileiro! Eles nos atam às amarras do antigo. São os soberanos que abrem as asas sobre nós.

Fundação do Brasil

Fundarei um novo céu e uma nova terra,
e não mais se pensará no que era antes.
Isaías, no “Livro Sagrado”

Igualdade é branca, ilusão do paraíso. Na escuridão medieval enfurecida pelas guerras, o sonho de fuga se inspirava em brandas profecias. Envelhecidos mapas e notações astrológicas, muito antes da esquadra de Cabral, anunciavam a existência dum horto fertilíssimo: “O’Brazil”. Também o chamavam “Braçir”, ilha suprema, santificada pela cruz. “Braçile”, planura dos castelos levitantes, das torres de cristais içando flâmulas e habitada por vultos humanos da pureza, sob o céu claro de abril. Inocentes, folgariam sem lascívia pelo clima adocicado, banhando-se em cachoeiras, folgando em amenas lonjuras.

“O’Brazil” que, em se plantando, tudo dá: flores e cores nunca vistas, frutos sedutores aos olhos e bons de comer. “Hobrasill”, sementeiro das delícias, de arbustos do conhecimento e fontes da juventude, e onde – quem sabe? – Deus elegeria os puros de coração. Num velho continente alastrado de angústia, eia, sonhado, o firmamento dos astros de outono, na veleidade de argonautas singrando pavores atlânticos. Ave, nos corações lúgubres da Europa, a chama alumiada de um éden bíblico, pindorama encantado, ilha de Vera Cruz!

Anotou Vaz de Caminha, o primeiro cronista, que a terra achada era tamanha que haveria vinte ou vinte e cinco léguas de

lonjura. Seu povo, de uma inocência tal que a de Adão não seria maior. Andavam entre os homens moçoilas gentis, com cabelos compridos pelas costas, como um talhe de palmeira. E suas vergonhas, tão vazias de pêlos que os lusitanos, de as olharem, nem se envergonhavam. Uns homens tinham à cabeça enfeites de penas multicores. E um seguinte, igualmente nu, se achava rubro em todo corpo. A tintura era tão resistente que a água não comia nem desfazia. Antes, mais viva ficava. Muitos daquela gente vinham estar com os carpinteiros das embarcações. E o faziam mais por amizade e por admirarem as ferramentas de ferro, já que tombavam a mata com pedras feitas como cunhas.

Escreveram-se cartas, fizeram-se carregamentos. Entre tantos paus havia um da cor da brasa, brasil. Ibirapitanga, ibirapuitá, orabutã é como os índios o referiam. Havia dessa madeira em toda orla, estupenda, avistada em flores amarelas, e que no cerne de seu tronco corria o pigmento do claro ao vermelho quase-preto. Tornou-se o precioso pau-de-tinta barganhado por facões, espelhos, miçangas e outros badulaques. Tora que, ao custo mercantil, originou um povo cujo nome exprime seu ofício: brasileiro, o que trabalha com brasil.

No mistério que enfeixa as conjecturas do tempo e um “Braçile” desenhado em velhas cartas de navegação se acenderia sobre as demais cobiças o esplendor de uma madeira. Na cor púrpura reluzia a majestade. Rubro é o vivaz da juventude, riqueza e paixão. Pigmento ambicionado, tingiu a toga dos ilustres, o suntuoso da nobreza e dele se cobriram clérigos supremos e senhores dos conclaves. Machadadas vigorosas devastaram os brasis. No feito dos anos que passaram, “Hobrasill” planou em lendas e se desfez no branco da ilusão. E agudos gumes do usufruto e confisco fundaram minha pátria, Brasil.

Caras e nomes

Nada existe de mais próprio e indiscreto que os nomes que dão à gente. Por isto, talvez, estudiosos os classifiquem “substantivos próprios”. E que substâncias eles têm! O étimo e sonoridade dos nomes formulam devoções, ideologias, homenagens... que nos tacham ao nascer. Há quem acredite que a glória da graça com que se averba o rebento influencie, aguçe qualidades e molde seu jeito de ser. Assim, o camaradinha inocente, além do peso de ter vindo ao mundo, obriga-se ao ônus de ter a cara do nome que lhe deram. Torna-se um cativo, predestina-se a um apelido, na ventura e desventura da vida. O nome sedimenta-se em nós, em corpo e espírito, indissociáveis, como a abelha, um ferrão e o par de asas.

Nomes próprios mantêm vivas as aspirações secretas de um povo. Os primitivos nomeavam bebês pelas qualidades de animais e a natureza. Kevin Costner veio a ser o corajoso “Dança com Lobos”, no comovente filme indigenista. No cozimento místico dos “civilizados”, e sendo a criança uma dádiva de Deus, surgiram os Deodatos, dados por Deus, Teodoros, presentes de Deus. Lúcias são umas que nascem ao romper da luz; outras são mesmo Auroras, obrigadas a brilhar. Umas são Áureas e Lindauras, lindas como ouro; outras Rosas, Margaridas e Sílvias silvícolas, filhas das selvas. As religiões nos legaram nomes de deuses, profetas, evangelistas e santos de todo dia. Passamos também a costurar palavras em nossos nomes. Renata é a re-nascida [pelo batismo], Nonato é o não-nascido [em parto normal].

César quer dizer “cortar”. Daí os Cesários e cisões cesarianas. Em plagas secas e severas, há infindáveis Severinos, filhos de tantos já finados Zacarias (de quem, noutros tempos, Javé um dia se lembrou). Há Eugênicas, bem nascidas, e uma pra sempre bastarda, na acidez irônica de Machado de Assis. Caetano Veloso diz que gosta do Pessoa na pessoa, da rosa no Rosa. Além desses, eu acrescentaria o nome de Graciliano, tão gracioso e múltiplo que é Ramos.

Escritores queimam fosfato pra identificar suas criaturas. Alencar montou Iracema com as sílabas de uma idealizada e virgem A-mé-ri-ca. Néelson Rodrigues transpirava ao dar nome a personagens. É como se apadrinhasse desafetos: Dr. Palhares e Almeidinha de antemão são canalhas; Bezerra, um cretino, pois dava em cima da cunhada aos olhos da própria esposa. Sérgio Porto que, no “lado b”, assinava Stanislaw Ponte Preta, lembra-se de um pintor de paredes chamado Leônio Xanás. De sonoridade estranha, constata que tal nome ajusta-se também à cara de algum lenitivo de farmácia, ou vinho tinto dos bons. Diz que, numa loja de lenços de seda, pediu meia dúzia de Leônio Xanás. A balconista, intrigada, foi ter-se com a gerente. Esta, gentil, aproximou-se e se desculpou: Infelizmente, cavalheiro, estamos em falta... Semana que vem recebemos outra remessa. De Leônio Xanás!

Hoje, tantas vezes, os nomes que dão aos filhos são neutros, ou pérolas falsas. Na ingenuidade singela, a pobreza sonha em brilhar. Quem não conhece crianças chamadas Carolaine e Yasmin? Dayane dos Santos é nossa “lady” na ginástica ornamental, orgulho da raça. Quem mira o Brasil pelos arranques das chuteiras pensa que nascemos anglo-saxões. É que, padecendo na marca do pênalti, quanto mais carente é um povo, mais reverencia e se ajoelha aos poderes e volúpias do império. Porém, filhos da miséria e sedução, surgem valorosos atletas: Kleberon, Edimilson, Edson, Edilson, Anderson e Denílson, como se a

cada nome construíssemos, num recanto da província, um monumento de areia a Jefferson. Porém, campeões, apesar de tudo, cunhamo-nos num dito de Euclides e, pra nossa salvação, antes de tudo somos fortes.

Pelos tempos afora os nomes é que são donos de nós. Põem-nos na cara a sua tinta e tatuagem. No étimo de Judas estava Judá, “o que era lembrado e festejado”. Mas, atraíçoando o próprio nome, cometeu a infâmia da outra e mais terrível traição. O livre-arbítrio converteu-lhe o destino e o mortificou em vida como pobre diabo... Tudo tem fim, no sem-fim de uma crônica de nomes. E, na dança de mercês e caprichos, bate-me à porta, repentino, o J. Pinto Fernandes. Solicita-me entrada no final da história. E aí está ele, em pessoa física e jurídica. Explica-me que quer homenagear seu criador, o brilhante e vigoroso Carlos. Verdadeiramente magno. Maravilhoso poeta da nação.

Índios

Gilberto Mendonça Teles, homenageado neste ano por 50 anos de literatura, dedicou-me o poema “Etnologia”, no livro “Saciologia Goiana”. Escreve, só e conciso, na frieza branca da página: “Ainda / Há Índios”. Nesse poema-telegráfico de nossa etnia ancestral, evoca o clamor e desolação dos indígenas. Instiga a consciência humanitária e repassa amarga constatação: ainda há índios. Convido-o, leitor, a pronunciar seguidamente essa frase e ouvirá, na interação sonora, uma seqüência gemida de “ais”.

Não escondo a emoção de ter sido honrado com esse poema, publicado há 20 anos por artista sensível e prestigiado pensador. À época, talvez mais que em outras, os indígenas suportavam crucial preconceito e massacre. No meu caso, sinto-me atingido de maneira atávica, pois, bisneto de moça índia, sou descendente da nação pataxó, a mesma cujos antepassados recepcionaram Cabral na invasão ao Brasil. Assuntos da minha gente, deste e noutros tempos, deixam-me comovido. Párias, sobreviventes da nossa ganância e insensibilidade, eis os indígenas de hoje. Na “Carta”, Vaz de Caminha assim os vira: “Tomando-os pelas mãos, folgavam e riam... Agiam como se fossem mais amigos nossos [os lusitanos], que nós deles”. Foram e são criaturas recatadas, elementares, duma natureza pacífica que o tempo não apaga e, decerto, revivem em cada til da história silvestre, agrária e urbana do Brasil.

Eram 8 milhões os indígenas brasileiros. Compunham um conjunto heterogêneo crenças, línguas e costumes formando “nações”. Esquecendo de que o que nos interligava era a humanidade, os brancos os tratamos por “índios”, e lhes tomamos a terra, e os fizemos escravos, e quase os dizimamos. Houve quem assegurasse que, no século 21, não haveria mais índios em nosso país.

Faço uma digressão pra que se veja o enigma. Dia desses assisti ao documentário “O Longo Caminho para Casa” (*The Long Way Home*, 1998), de Mark Jonathan Harris. Enfoca sobreviventes do Holocausto. Persistindo em condições brutais, não muito diferentes do que lhes fizeram os nazistas, foram empurrados ao abismo do lugar-nenhum, enxotados sem-eira-nem-beira nos descaminhos da Europa. O filme, nas entrelinhas, realça a magia da vida, que brota talvez da intercessão dum mistério. Pelas montanhas nevadas, e alentando o sonho da Terra Prometida, aqueles seres são amparados por uma força estranha: nascem centenas de crianças, em sinal da providência. Há que lembrar que, nos Campos de Concentração, as mulheres sequer menstruavam.

Fico impressionado com as revelações contidas no Censo 2000, do IBGE. Se em 1991 sobreviviam apenas 294 mil, são agora 701 mil os indígenas brasileiros. Enquanto os declarados “brancos” cresceram em 19,7%, os remanescentes nativos se elevaram em 139%. Ainda há índios!, suspirou lacônico o poeta há vinte anos. Mas, parece, movimentam-se outra vez os enredos sublimes do bem, nossa aliança com o infinito. Isto se entende pela leitura de sinais secretos, quicá divinos, talvez inscritos num livro de fé. Essa é a voz do Mistério, a ecoar na aura dum tempo perdido e recuperável. Tão humano e maravilhoso! Mas oculta, se a tentarmos decifrar pelas tabelas estatísticas e a lente fria da razão. Ave, mãe natureza, os vão-viver a saúdam!

Ao cosmonauta caipira

Se os campos cultivados neste mundo são duros demais,
E os solos assolados pela guerra não produzem paz,
Amarra o teu arado a uma estrela, e aí tu serás
O lavrador louco dos astros, o camponês solto nos céus...
(Gilberto Gil)

O astronauta de Bauru levita no consentir da gravidade, em esplêndida libertação, na ascensão a todas as utopias. Desde a imensidão do espaço, aqui dissolvidos, somos uma idéia, um til. Na tarde, a meninada riscou um sol risonho no meio da rua, pra que não chovesse em Baikonur. Na hora da Ave-Maria, rezou-se o terço em contagem regressiva. Na noite em lua nova e casa cheia, a parentalha fez a corrente de orações em frente do telão. Ele estava calmo quando nos telefonamos – disse a mãe à vizinha. Conteí que o Noroeste venceria em Mogi Mirim, dissimulando ansiedades. E cada um, exaltamo-lhe a coragem quase infantil de partir deliciante num teco-teco sem asas. Rimos. Agora, ele foi em expedição, singrando órbitas. Quem sabe, entre sisudos cosmonautas, não se lhe soem repentinamente versos duma toada: “meu cafezal em flor, quanta flor, meu cafezal”? Seriam sinais de que estamos ligados num ponto incerto do globo. Deste hemisfério girante, “un recuerdo” escavado dum livro pintado de azul.

Astronauta, deite-se com o rosto pra cima e permita que o abraçe a mais suave das cores. Com a atenção flutuante nos

controles de bordo, cuide pra não ir dar no não-lugar sedutor das nuvens donzelas, regateiras e fugazes. E desfrute desse pigmento sobrenatural, melhor dos mundos. Não se deixe levar pela lembrança azulzinha das mantas dos recém-nascidos (que são sedutores os anjos cá do mundo) ou pelo teor tonificado do vestido azul da moça na revista, incrivelmente físico e real, tão real que desdiz o próprio tingido de azul celeste, a cor das maravilhas. Pense suavemente nas iluminuras de antigos mosteiros, no sagrado manto da Virgem, num flechado S. Sebastião de Cândido Portinari, ou na dubiedade incorpórea das paisagens de Picasso, tão extensas, mediterrâneas, tão andaluzas na Costa do Sol tão azul.

Na trilogia primeira dos fachos de luz, o ouro é tintura fecundada na inveja; o encarnado são bocas abertas em obsessão, e fazem continências e alegações excitantes, bárbaras, tensas. Só o azul desprovido de ardileza, só o incorpóreo azul é o solúvel de leve e liberdade. Se o verde é repouso terreno, o viço mais espesso nas veredas e verdores instáveis da vida, é na planura refrescante dos azuis que os deuses passeiam juntos, e sorriem de nós, capitães de areia, argonautas e cosmonautas, a alevantar a taça cheia de nada, no calor de cada dia. Apontam, esses deuses, cá embaixo, o alarido das situações descabidas, o fervor anti-heróico das horas malcontadas, a lavra adamantina e multiface dos espelhos. Apontam, divinamente celestinas, com a extremidade dos dedos, nossa interminável querência de deslizar nas bordas do arco-íris.

Um autor escreveu que a lenda do pássaro azul, símbolo da felicidade inatingível, nasceu da analogia secreta dessa cor com o inacessível. Diante do azul, a lógica do pensamento cede lugar à fantasia e aos sonhos que emergem dos abismos de nosso interior. Por sua indiferença, impotência e passividade aguda que fere, o azul atinge o portal do inconsciente.

Javé anunciou: “Que haja luz!”, fazendo-nos a mágica do princípio. E, separando o negrume do caos criando o dia, abriu-nos o cortinado cerúleo dos oceanos e do firmamento. Fez também um cenário de aventuras, pra que dominássemos os céus, os peixes do mar, aves, os animais domésticos e todas as feras, e todos os répteis que rastejam pelo chão, em eitos mesclados de azul. Atinando no Altíssimo, mais que no realismo físico das cores, Da Vinci disse que o azul é composto de luz e trevas, de um preto perfeito e de um branco muito puro como o ar. E Goethe: o preto que clareia torna-se azul. Eles percebem, na criação, a maravilhosa passagem da treva à luz. E, no desespero pela libertação, fizemo-nos Ulisses e singramos a imensidão azul dos sete mares e sete mil Danúbios azuis, na ânsia de apalparmos a matéria invisível das sete Igrejas. Fizemo-nos Marcos das escrituras, barqueiros de Colombo, na azurra esquadra para o mundo novo. Fizemo-nos Quixote, para andanças fabulosas em busca de ideais, campeando entre os lírios da pureza. No deslizar dos tempos, e querendo vencer o empuxo da gravidade, convertemo-nos em ritualísticos e desde sempre Ícaros. Contemplamos o planeta como a um sonho azul, nas aventuras de Buck Rogers; fizemo-nos Flash Gordon a riscar o espaço sideral, para mostrarmos o tom sobre tom do grande azulejo terreno, antecipando a comprovação comovida de Iúri Gagárin a contemplar o planeta: –A Terra é azul! Azul, solta, liberta, girando silente, em seus matizes de índigo-blue, na tela calma do infinito.

No grande tear da existência, ao tecer as fibras do estar neste mundo, pintamos de azul a cor do Nirvana; dependuramos em nós a pedra-amuleto de água-marinha, na crença propiciatória das viagens tranqüilas, terrenas e siderais; caímos a casa em tons de azul, se a queremos morada da felicidade. E, ao buscar na fonte do batismo a inspiração, tingimo-nos de azul, e escrevemos com palavras em azul. E azul será, imaginária e livre, uma crônica ao caipira solto nos céus, olhos risonhos, mais perto de Deus.

Livros à mancheia

É lugar-comum dizer-se que Marshall McLuhan necessitou de um livro para anunciar que os livros tinham os dias contados. O autor de “A Galáxia de Gutenberg” previu a “aldeia global”, uma sociedade em rede em que se dissipariam as distâncias de tempo e espaço. Instantâneos fios eletrônicos nos entrelaçariam e tornar-nos-íamos cativos de um raciocínio dominante. Pensaríamos e sentiríamos em bloco. Sentenciou que “O Meio é a Mensagem”. Anteviu uma nova formatação do mundo, retribalizado e usurpado da identidade e mitologia peculiar a cada tribo. Sendo “apocalípticos” estaríamos “integrados” – escreveria mais tarde Umberto Eco. E a comunicação de massa seria o terrífico instrumento de controle da mente para o domínio político.

As novas tecnologias, ao mesmo tempo benfazejas e catastróficas, deixaram nós no Terceiro Mundo. Quando li McLuhan por primeira vez fiquei em pânico. Era adolescente, trabalhava numa livraria e “O Clichê e o Arquétipo” era moda entre refinados leitores. Assinante da “Coleção Saraiva”, esperava alegremente o velhinho todo fim de mês. Numa valise, um clássico da literatura. Receber o livro era a dádiva de uma carta amiga e inesperada. Uma delícia cheirá-lo novinho, admirar acariciantemente a ilustração da capa (não me lembro se de Nico Rosso) e mergulhar em diferentes tempos, paixões e costumes. Assim, viajei na barca de Stevenson, Machado de Assis, Poe, Du-

mas, Dostoievski e pisei nas praias Iracema sem tocá-las, mas podendo senti-las.

Além da “Coleção Jaboti”, de que também era assinante, havia as acessíveis Edições de Ouro. Inda lhes preservo umas jóias: “Os Sertões”, tragédias de Shakespeare, a “Divina Comédia”, “Ilíada” e “Odisséia” em verso e prosa e um esplêndido “Quixote” em 5 tomos, com 375 lâminas de Gustave Doré, na versão de Almir de Andrade e Milton Amado, a que mais aprecio em português. Em 2005, quando a primeira parte da “bíblia” de Cervantes fazia 400 anos, quis dá-la a um amigo. Não a encontrei traduzida, mesmo tendo procurado em livreiros de renome.

As bibliotecas transformaram-se em museus de antiguidades e os sebos, reduto deliciante dos que bebem livros. As livrarias, na maior parte, são butiques de best-sellers frugais, cultura ornamental e livretos de auto-ajuda. Há autores que, parodiando a banalização da “aldeia global”, lançam títulos grosseiros como “Como se dar bem na vida mesmo sendo um bosta”. Esses vendem, são comentados por colunistas e sinalizam os tempos que voam.

Uma redenção insiste em enfrentar a profecia de McLuhan para o Brasil. Muitos bons livros mudaram de endereço. Estão em lojas de conveniências, cafeterias e postos de gasolina. Além de editoras como a Martin Claret, a L&PM de Porto Alegre propaga um rico acervo, em textos integrais, baratos e bonitos. Lá estão os antigos e modernos, fortunas de saberes da ética à física quântica, da ficção em prosa à realidade em verso. Lá está o “cavaleiro da triste figura” simbolicamente esgrimindo contra moinhos de ventos. Tais empreendimentos dão-nos o “pão para o espírito”, como disse Castro Alves. É prova de que o grandioso é eterno – o livro –, apesar dos fios eletrônicos que modernizam a vida, e às vezes enforcam.

Catilinárias brasileiras

Qualquer pessoa com algum lustre em retórica ou ciências do direito conhece (até em latim!) o preâmbulo do primeiro, entre os quatro discursos do cônsul romano Cícero contra seu desafeto e adversário Catilina. Trata-se de uma das mais veementes peças de oratória produzidas num parlamento. Quem não se lembra do intróito: “Até quando, enfim, Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo ainda esse teu rancor nos enganará?”, arrematado pela impressionante exclamação “Oh tempos, oh costumes!”. O embate frívolo e inspirado de Cícero ficou conhecido, talvez até o fim de todas as calendas, como “As Catilinárias” (63 a.C.). Foi recitado no Templo de Júpiter, local onde havia sido convocada uma sessão do Senado.

As histórias vividas por aqueles personagens não se diluíram no tempo; antes, são percebidas como míticas e exemplares: tudo no mundo gira e o fim de um novelo retrocede a seu início. Roma era o império das conspirações, golpismos e degradação política, assassinatos e penas de morte em nome da justiça. Ao desenvolvimento da urbe, o escravismo; à expansão geopolítica, a invasão bélica; à plebe oprimida, pão e circo. Cícero, estadista conservador e ambicioso, vocacionado e persuasivo tribuno, era a flor da aristocracia; Catilina, figura ambígua e subversiva, apoiava a libertação dos escravos e fazia-se voz dos descontentes. Eis um cenário que se transporta aos dramas de hoje.

Gosto de colecionar pronunciamentos de políticos. Alguns fugazes, pois, concebidos no calor da fisiologia interesseira e cren-

ça na desmemória do povo, esboçam a recente história do Brasil. Guardo um libelo de Jorge Bornhausen, publicado em meados de 2005, na “Folha de S. Paulo”. O autor, fundador da antiga Arena, é presidente nacional do PFL (metamorfoseado em “Democratas”) – pilar do Regime Militar e posteriores governos civis que, parece, disseminaram os ovos da desvirtude atual. Ao longo de décadas, desfrutou relevantes ocupações que culminaram na chefia da Casa Civil de Collor. Assim, se o descalabro alastrou-se no país, tal político e partidários são protagonistas, pois se enca-lacraram nos poderes.

Referindo-se aos escândalos de agora, com estro retórico, enuncia: “Quem, pergunta-se nas ruas, nomeou diretores corruptos em estatais para recolher e repassar propinas? Quem cooptou parlamentares da oposição para engrossar a ‘base governista’ no Congresso ao custo de favores, empregos e dinheiro vivo...? Certamente não foi a oposição. Já o governo Lula e seu partido não podem fugir à confissão de culpa. E, no entanto, com todos os fatos comprovados... declaram-se vítimas de insidiosa conspiração golpista... O comportamento é historicamente desmoralizado, desde que Cícero o denunciou nas suas Catilinárias...”.

Ao longo do tempo, uns deploram a conduta dos outros, e se copiam sem escrúpulo. Bornhausen, o Cícero de hoje, declarou sua vontade de “acabar com a raça” petista, quiçá os Catilinas de ontem. Quer-nos “ciceronear” os caminhos da virtude, como a serpente que esconde o guizo na certeza de que outros se lhe crescerão. Que luzes enxergamos no horizonte, senão o brilho de antigos discursos? Oh tempos, oh costumes!

O Masp sem luz

Há anos assisti em Madri à peça “Noite de Guerra no Museu do Prado”, do poeta Rafael Alberti. No palco, em transe, personagens saídas das telas se contorciam ante a ameaça de um ditador em bombardear o Museu. O fato real, filtrado pela imaginação criativa de Alberti, produziu uma assustadora alegoria dos desatinos humanos. Destruir-se-iam a fortuna e memória não dos espanhóis, mas da humanidade.

Semana passada, o Museu de Arte de São Paulo teve a energia cortada por inadimplência. Inda que um fato menor ante a miséria, resume a imoralidade que corrói o país. O Masp não é Brasil, é humanidade. Abriga Portinari, Rembrandt, Goya, Anita Malfatti, Van Gogh, Di Cavalcanti, Picasso, Volpi, Tiziano, gênios da sensibilidade e beleza, incomparáveis aos tacanhos políticos e grosseiros administradores públicos que estão aí.

Isto desonra Assis Chateaubriand, Pietro e Lina Bo Bardi, e tantos homens e mulheres que sonharam com uma nação mais culta e refinada; menos ignorante, rude e corrompida. Essa deslealdade é origem da desfaçatez e impostura escancaradas que desafiam o entendimento. Nela germinam a injustiça, a escuridão da violência e a fome.

Bruta constipação

O diabo sopra em meus ouvidos. São estropícios, assuntos particulares. Algo me aconselha a não compartilhá-los, pelo menos nesta hora. Penso: nada melhor que a felicidade para embelezar o rosto. Só que, neste instante, qualquer tema que brote de dentro teria a feição pesarosa dum cronista constipado. Respiro em arpejos e encorajo-me a prevenir: esta crônica, se é que se lhe pode dar esse nome, fala literalmente de nada.

Consola-me o que Lourenço Diaféria escrevera, talvez pra celebrar seu ofício de jornalista-escritor: “a crônica existe para dar credulidade aos jornais, saturados de notícias reais demais para serem levadas a sério. Ela descobre pessoas na multidão de leitores”. Então, com sua vênica e paciência, mais que “distinto público”, seja uma pessoa e tenha nesta conversa fiada o contrapeso às durezas desta vida. Façamos uma trégua aos crimes, indecências políticas, promiscuidades ocultas, alfinetadas ranco-rosas e golaços em geral.

Pronto. Percorremos um bom tanto deste espaço do jornal e o inútil tempo de um domingo abafado. De que falava? Ah, sim, da minha constipação. Vou ao pai dos burros e constato: constipação é um estado produzido por alteração do trânsito intestinal, gerando dificuldade de evacuação; o mesmo que prisão de ventre. Mas, diachos, desde que me conheço por gente estar constipado é o que semelha ao resfriado, com calafrios e dores no corpo, cabeça inchada e as narinas em bicas, exatamente o contrário de entupimento e obstrução. A constipação que me

pega desanca nas áreas de cima; a outra, do dicionário, enruste nas zonas de baixo. Uma, faz os ouvidos latejantes; a outra, um silêncio misterioso e embuchado. Uma cura-se ao fim de seu próprio tempo; a outra exige um eficaz laxante. Fernando Pessoa escreveu: “Tenho uma grande constipação, e toda a gente sabe como as grandes constipações alteram todo o sistema do universo, zangam-nos contra a vida, e fazem espirrar até à metafísica”. Ora, se desde minha infância e se até o grande poeta aconselha que nos abafemos na cama em aspirinas, então por que – raios! – constipação é sentir-se empachado, entupido nas entranhas?

Um enxame de vírus me atordoia. A coriza me aporrinha e o pensar se resume ao quociente de um espirro: sou um constipado à moda antiga! Não padeço de paralisia abdominal, apesar do que prevê a medicina. O refluxo é comigo, no tórax, e nada, absolutamente nada, suscita uma crônica que verta um grão de poesia, idéia interessante ou frase daquelas que cantam sem que tenhamos o trabalho de ouvi-las. Deixemo-la – a crônica – inexistente e que o diabo assopre até perder o fôlego. Não me dará a vida de ter o que raciocinar e dizer, nem faria diferença ao nhenhém insosso de um domingo constipado, assim, de eu para mim, real demais para o meu gosto.

Sagaranas só de bois

Boi tem nome e apelido de gente. Ou é tratado pela graça que muito humano poderia de ter. É Minerinho porque filho de Mineiro, é Paulista e Paulistinha, Neguinho, Possante, Possantinho, Pantanero e Lobisome. Tem Estrelo, parido de Estrela, Canindé (bochechudo e chifres semilunares), é Sintido, Verme-lhinho, Gigante, boi Bandido e Marelinho. Tem Maiado, Maia-dinho, Espadio, que era filho de Espadia, baraiado com Sete-de-ouro, Rei-de-copa e Boa-bisca. É Gaiera (que tá chegadinha de cria), Brinquinho da Brinquinha do Brillhante (que até falava dormindo). Tem Cigano, Bordado, Jangado e Jangadinho, neto de Jangada, Moleque, boi Veludo, Palácio e Namorado. É Palacinho (que não é filho do boi Palácio), Delegado, Princesa, Rosera... um montão de parentelas e nomeações colhidas pelo boiadeiro, no arbusto de uma vida em maravilha.

Boi que é boi não faz conta de ter nome de mulher e fica bem na averbação. Seu Manuelzão Nardi diz que lhe soa musical “Rosa Amélia” pra um garrote. Cresce e, no demais da vida, é feito adulto nas quebradas do sertão. Porque o caboclo das bibocas é mistura de muié do mato com matuto das lonjuras, vindo nas velas do mar. Boi entende e atende pelo nome. O de carro conversa com pessoas e entre os bois. Introspectivo, vez por outra, diz coisas que nenhuma gente sabe. Pois boi que não fala, mesmo que pra si, é tapado, burro como tijolo. Nem se percebe tal e qual um boi – diria seu João Rosa, caboclo excelso.

Humano fala floreado, cavucando imagens. Boi, não; comunica-se coordenado, seco, nítido, direto no assunto. “Abasta a gente saber”, escreveu Mário de Andrade, na costela do grão cão. É ladino assuntando o feito e riscado dos humanos. Tem gesto e estro de poetas com letras de máquina, feito o Drummond, que falava com modos de boi velho. Os humanos – diz o velho boi mineiro – são “tão delicados (mais que um arbusto) e correm e correm de um lado pro outro, os humanos, sempre esquecidos dalguma coisa. Certamente falta-lhes não sei que atributo essencial, posto que se apresentem nobres e graves, por vezes. Ah, espantosamente graves, até sinistros. Coitados, dir-se-ia, não escutam nem o canto do ar, nem os segredos do feno, como também parecem não enxergar o que é visível e comum a cada um de nós, os bois, no espaço. E ficam tristes, os humanos, e no rasto da tristeza chegam à crueldade...” Além de artista, tem boi encrenqueiro, vaca machorra, boi galinha, porco, veado, boi pavão (aristocrata e vende o sêmen), boi burro, de escorpião, de touro, de peixes... Tem boi pula-cerca e vaca de libra, que atraiçoa té fora do cio, feito um curral de gente neste mundo. Existe boi que avoa, que é o Boi-lua do Renato Teixeira. Ficou lá no céu boiando e nunca mais desboiou. E também o Boi-voador, parido de um da prole do seu Sérgio Buarque.

Tem boi de toda qualidade: o índio-brasil, da orelha grande e mole quando nasce. O caracu, bom de carro, é bravo, danado, do casco riscado, boi dos vinte e um berrados. Tem o gir da orelha engavionada, o suíte meio preto, queimado, o guzerá da orelha larga e fumaço. E vem o zebu, muito rúim de amansar. O mestiço é o que mais entende o carreiro. Antes de tudo é um forte, inteligente e ligeiro. Só que não pode ficar relando nele, porque fica bravo que nem brasileiro. Boi pula, tem os quartos moles e a bunda pra cima, sendo raro peão que pára nele. Boi-corneta é defeituoso no chifre, aleijado, com razão pra ser de gênio. Existe boi-vaquim, chispando fogo pelas guampas lá

no Sul, tem o boi-santo, mansinho e milagreiro do Padre Ciço, tão resignado e santo quanto os tantos e tantos bois-de-piranha. Boi-de-jacá brinca em São Paulo; no Norte tem boi-bumbá, surubim, barroso... Os brincantes brincam o bumba, meu boi!

Boi é a parte humana, bem-aventurada do caboclo. A ela recorre quando se lhe fenece a alma, nos forrobodós e encrencas só de gente só. No boi põem cangalhas, ferrolhos na chinha e lhes furam as ventas, penitente por ser indócil. É legislação de humanos de pedra, desalmados. Bois sorriem de gente, como a moça da pintura. Há os enlevados, molecotes, os que bafejam na manjedoura pro menino. E os barbatões de veneta, zuretados, bois de lua. Fazem o que lhes dão na telha. Um desses tem por nome Soberano. É desse tal que o camarada sorve a pinga de muito ensinamento, sumo ancestral da graça inexplicável de existir. Existir num pasto encantado, misericordioso, comungando cheiros de mato e capricho das estrelas. Campo sem-fim donde germina toda espécie de entes, bichos, gentes e, finalmente, bois.

Os bruzundangas

Saiu nos jornais de Bruzundanga que se deu entrada na Suprema Corte a primeira medida cautelar contra o fim do nepotismo no Judiciário. Em vetusto dialeto forense, como convém, são reclamantes a mulher, filha e genro de um Juiz de Direito. Tais agregados arrastam dos cofres públicos 6 mil reais cada, traduzindo-se à designação monetária do Brasil. É que resolução do Conselho Nacional de Justiça resguarda o privilégio somente aos descendentes papais.

Duas leis federais proíbem nepotismo em Bruzundanga. Mas – ora leis! –, e os direitos adquiridos, e a fortuna de tão nobres parentes? De Norte a Sul, foi grande a reação nos tribunais provinciais de justiça. Corregedores reunidos em Maceió (citando-se uma capital daqui) aprovaram “Carta de Repúdio” à Resolução. O presidente do tribunal potiguar julga-a “espúria”; um desembargador paulista a denuncia como golpe à democracia, pois retira dos tribunais estaduais a autonomia de nomear quem bem entendam aos cargos de confiança na Justiça.

“Os Bruzundangas”, publicado em 1923, é obra póstuma de Lima Barreto. Satiriza uma fictícia nação onde o escritor teria residido. Seus capítulos enfocam, entre outros temas, a diplomacia, a Constituição, transações e propinas, os políticos e eleições em Bruzundanga. Critica os privilégios da nobreza, o poder das oligarquias rurais, a futilidade das sanguessugas do erário, desigualdades, saúde e educação tratadas com desdém, enfim, mazelas parecidas às de um país real. Ao lê-lo, tem-se impressões

de que o escritor não se fez arauto de seu tempo; o Brasil é que patinou nos descaminhos de si.

Com malandrice carioca e estilo ágil, próximo da caricatura e zombaria, o afro-brasileiro Lima Barreto é mestre da ficção de escárnio. Nas raízes do imaginário país grassam oportunistas, apaniguados, retrógrados e escravocratas de quatro costados. Sobre os usos e costumes das autoridades, escreve que não atendem às necessidades do povo, tampouco lhe resolvem os problemas. Cuidam de enriquecer e firmar a situação dos descendentes e colaterais. Diz: não há homem influente que não tenha parentes e amigos ocupando cargos de Estado; não há doutores da lei e deputados que não se considerem no direito de deixar aos filhos, netos, sobrinhos e primos gordas pensões pagas pelo Tesouro da República. Enquanto isto, a população é escorchada de impostos e vexações fiscais; vive sugada para que parvos, com títulos altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios e aposentadorias duplicados, triplicados, afora os rendimentos que vêm de outras e quaisquer origens.

Ao presidente de Bruzundanga, que deve ser um deslumbrado e completo idiota, chamam-no “Manda-chuva”; à justiça, “Chicana”. A Carta Magna redigida por espertos (e não expertos) explicita um providencial adendo: “toda a vez que um artigo ferir interesses de parentes de pessoas da ‘situação’ ou de membros dela, fica entendido que não tem aplicação”. No fundo, todos flertam com a “situação” porque ela garante o continuísmo. À plebe desmemoriada e ignorante, pra que não fique gritando “viva o doutor Clarindo!, viva o doutor Carlindo!, viva o doutor Arlindo! – quando o verdadeiro nome do doutor é Gracindo”, criou-se a “Guarda do Entusiasmo”, constituída de dez mil indicados sem concurso, uniformizados “de povo”, com função de disciplinar e reorientar as aclamações e vivas da multidão.

Muito mais é Bruzundanga em seus cânones sociopolíticos, religiosos e culturais, e no atraso visceral – conforme se lê no

prefácio – de uma nata enquistada no canibalismo simbólico da “Arte de Furtar”: os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões. E, assim, nos valos da incúria, sobrevive um povo. Eis um enredo que propicia ao leitor, ontem e hoje, a acareação ritual do seu país (Afonso Henriques de Lima Barreto, 1881-1922).

Vigilante rodoviário

Ganhei de um amigo um interessante calendário da Polícia Rodoviária de S. Paulo. Num breve relato, a informação de que, em tempos distantes, compunha-se de ex-combatentes da Força Expedicionária, na Segunda Guerra Mundial. Àquela época, o código de trânsito possuía menos de 50 artigos, com previsão de apenas 6 infrações. Nas páginas internas, fotos em coloração sépia de desfiles da antiga Guarda Civil, dos primeiros veículos e soldados, instruções de pilotagem, operações fiscalizadoras e de atendimento, batedores em escoltas de gala, sempre com ares resolutos e heróicos. Vestiam fardas com gravatas, jaquetas de couro, quepes altivos com brasões impecáveis, além de viseiras e ajeitados ray-ban. Esses policiais se agregavam ao imaginário da estrada e ao que ela evoca como percurso de vida, liberdade e desprendimento.

Os patrulheiros rodoviários paulistas têm por tradição a imagem de solicitude e cavalheirismo. Não expressam ameaça, mas acolhimento. Fazem-me retroceder aos tempos de infância e a um dos mais significativos seriados do cinema e televisão brasileira: “O Vigilante Rodoviário”. Inda ressoam as rimas triunfantes na marcha de seu hino: “Noite e dia, firme no volante/ vai pela rodovia o bravo vigilante./ Guardando toda estrada, forte e confiante,/ é o nosso camarada, bravo vigilante!”.

Eram realizados em película cinematográfica, em inícios dos anos 60, pela TV Tupi. Dois personagens viviam as aventuras, no clássico estilo dos “road movies” (filmes de estrada):

o Inspetor Carlos (Carlos Miranda) e seu pastor-alemão Lobo – o Rin-tin-tim que era nosso. Representavam, em si mesmos e em metáfora, fiéis companheiros. Às vezes a bordo de um Simca Chambord ou numa motocicleta Harley Davidson, simbolizavam o romantismo da existência ao ar livre, pelos ermos descampados, postos de gasolina e estalagens de beira de estrada. Finalizada a série e imitando a ficção, Carlos, ator e personagem tornaram-se a mesma criatura, o tenente-coronel da Polícia Rodoviária. E lá se aposentaram.

Hoje, em vários aspectos, a imagem do “Vigilante Rodoviário” foi obscurecida por frios radares eletrônicos. Tais engenhos têm tudo em contrário aos simpáticos “amigos de estrada”. São visuras sem alma e traiçoeiras escondidas por detrás de placas e programadas para punir e multar.

É notável como a sanha arrecadadora e extorsiva dos governos gera sistemas tão eficientes e desumanos em nosso país. Algumas cidades têm como contraponto aos autênticos servidores públicos da segurança os controladores de radares móveis nas ruas e avenidas. São quase sempre duplas de fulanos malparecidos, sem o botão à altura da barriga, sentados em caixas de cebola ou recostados à sombra dos muros à espera dos incautos. Exprimem a fome astuciosa e prefeitural da multa, ao jeito terceiro-mundista do caçador caipira com sua arapuca, agora eletrônica e terceirizada.

“O Vigilante Rodoviário” e seus patrulheiros reais são retratos de uma parte do Brasil cordial que se está perdendo. A esse declive chamam “modernidade”. Prefiro encará-lo como o caminho tortuoso da ética, feiúra e acintoso abuso de poder. É nosso país, por seus dirigentes, descendo a rampa da história. Nem olham o retrovisor.

Náufrago da utopia

Professor ginásial em Barretos, fui convocado a levar alunos ao cinema para acontecimento cívico. À entrada, muitos cartazes em papel barato: “Subversivos. Procurados.” Mais grandes do que os que se viam em agências e repartições. Lotação esgotada; estranha ausência do burburinho adolescente. Medo. Mesa composta como em formatura, após sombrios discursos, um jovem nissei, de mãos atadas, na cadeira à boca de cena, inicia a confissão de arrependido.

Jamais esqueço aquela tarde de 70, que remexeu em ascos quando vi “Estado de Sítio”, filme de Costa Gavras. Num auditório, um oficial norte-americano demonstrava técnicas torturadas de tortura. Eram estocadas pontiagudas e eletrochoques no corpo nu de um jovem amarrado na cadeira, sem forças para os gritos. Ao fundo, o estandarte: “Ordem e Progresso”.

Relembro isso porque acaba de sair o livro “Náufrago da Utopia”, do jornalista Celso Lungaretti. Trata-se de emotivo relato de quem, na flor da idade, foi torturado e coagido a ir à TV pra renegar a luta e dizer-se arrependido. Tachado traidor da causa revolucionária, só agora, com papéis liberados da Justiça, consegue provar que, apesar do suplício, nunca fora delator. Seria, talvez, adolescente, numa horripilante noite de soldados.

Anos se passaram. A nova geração caminha sossegada aos pares, por vitrinas, mascando chicle. Vai aos cines ver filmes de explosões. Nalgumas tardes, traiçoeiramente, ouço esse barulho e me delato: sou outra vez o corpo náufrago, solitário, boiando sob a ponte.

Crônica para um médico

Enfeixa no nome nossa têmpera afetiva e multicultural. Se o final “son” em inglês designa “filho de”, Wilson descende de Will, redução amável de William, “aquele que protege por vontade”. Romano é a latinidade brotada à margem do Tibre e que, decerto, viçou num recanto libanês. Por fim, Calil, o Kalil árabe que significa “amigo íntimo”. No cartão de visita, “médico de doenças internas e operações”.

Wilson é uma dessas pessoas que, mesmo estando presentes, as temos com leve saudade. Talvez pela nossa incompletude frente à grandeza ou nostalgia por admiração. Além de escritor e advogado, é desses que têm os livros surrados por mãos de anseios. Guardo dele o incisivo discurso de formatura na Faculdade Nacional de Medicina e que lhe propiciou a cadeira de oratória em faculdades do Rio de Janeiro.

Como prefeito, viu a cidade com respiração humanitária e futura. Construiu reservatórios de abastecimento, escolas experimentais infantis e supletivas, piscinas públicas; fez o bosque zoológico e conjuntos habitacionais dignos. No vale do rio Preto, centro degradado da cidade, planejou espaço urbanístico que, passando pelo clube Palestra, integrava os viadutos, a estação ferroviária e o complexo arquitetônico da Swift, à margem da represa. Conheço o que seria do local, pelas plantas do engenheiro Toscano: um centro de convenções com amplos estacionamentos e jardins, o edifício horizontal de cultura, com o museu de

José Antônio da Silva, e esplêndida biblioteca, a única edificação que se ergueu, mas continua em esqueleto, inconclusa.

Calil foi, há muitos anos, pioneiro da campanha nacional antidrogas, participando em programas de rádio, palestras em escolas e onde quer que fosse convidado. Porém, dois atributos de caráter lhe são peculiares e se mesclam: medicina e generosidade. Num, encarna a maravilha da ciência e a ancestral intuição dos curandeiros; noutro, o diapasão da bondade.

Há décadas atendeu uma jovem pobre com uma penca de filhos. Diagnosticou, apenas auscultando, sérios problemas no coração. Escreveu laudo endereçado a Dr. Zerbini e pediu que a mulher o entregasse pessoalmente em São Paulo. Não sei se ajudou nos custos da viagem. O especialista a examinou e fez-lhe a cirurgia. Era das primeiras realizadas no país. De volta, trouxe em mãos uma carta de cumprimentos ao jovem médico pela precisão científica e argúcia do diagnóstico. Era minha mãe.

Sou testemunha encantada dessa nobreza de alma e inclinação para o bem. Por incontáveis vezes, como num rito, atendeu doentes sem cobrar. E sem trombetas, pra que tudo ficasse na beleza do silêncio. Numa delas, e por compaixão, desembolsou inclusive despesas de hospital. Falou-me – eu tinha 14 anos – que um dia talvez acertaríamos.

Calil, amigo íntimo. Há dívidas cujo valor é essência do invisível e, pois, contabilizadas na dimensão do quimérico e transcendente. Tenho comigo que, num desses natais, vou despachar-lhe uma coca-família em asas de querubim. Dessas em vivo vidro retornável, tão raro hoje em dia, tão intenso, como o brilhante personagem desta crônica (Wilson Romano Calil, Nova Granada, 1932).

Elsa & Fred, o novo cinema argentino

São notáveis a qualidade estética e teor sentimental do atual cinema argentino. Enquanto no Brasil as feridas da ditadura, a crise econômica e os sucessivos escândalos políticos parecem estimular filmes em que a violência ultra-realista e o submundo do crime saltam agressivamente da tela (cito “Cidade de Deus” como exemplo), na Argentina sobressaem obras que, tendo como pano de fundo as mesmas agruras, tudo é delicadamente emocional e edificante, privilegiando-se o humano na dimensão do amor, da ternura e o construtivismo do afeto.

Em clima intimista, e sem cair no piegas, situam-se realizações como “Lugares Comuns” de Adolfo Aristarain, “O Cachorro” de Carlos Sorín, “Valentín” de Alejandro Agresti, “O Filho da Noiva” e “Clube da Lua”, de Juan José Campanella, “Não é Você, Sou Eu” de Juan Taratuto, e “Kamchatka” de Marcelo Piñeyro, talvez o mais gentil, singelo e afetuoso filme dos últimos tempos. “Elsa & Fred” de Marcos Carnevale inclui-se nesse rol humanitário e comovente. Todos são disponíveis em DVD.

“Elsa & Fred” (2005) simbolicamente recorre à crença de que o amor é fonte de redenção individual e coletiva. Em seu enredo, deliciamo-nos com citações de outros filmes e cenas que se fizeram clichês na dimensão do afeto e têm como referência estilística o neo-realismo italiano. O título remete ao reencontro do casal de idosos em “Ginger e Fred” (1986) de Fellini; a solidão do velho aplacada pela companhia de um vira-lata lembra “Umberto D” (1951) de Vittorio De Sica; a atração fundamen-

tal e clímax do enredo assenta-se em “La Dolce Vita” (1960) de Fellini: remoça a famosa cena em que Anita Ekberg e Marcello Mastroianni se “batizam” na famosa e barroca Fontana di Trevi (Fonte das Trevas), em Roma. No entanto, a alusão mais sensível à obra de Fellini é a certeza de que a vida se alimenta da fantasia e, às vezes, a imaginação prevalece sobre o real e o próprio sonho. Por coincidência, tais filmes foram concebidos após as tensões do fascismo, depressão econômica e a angústia do pós-guerra.

Em “Elsa e Fred”, quando se pensava que toda a vida tinha sido vivida e as esperanças se acabaram (os personagens têm mais de 80 anos), a existência recomeça com o nascer do amor. Elsa entra em cena como se tivesse saído de outros filmes. Superando o cotidiano passado, seu mundo é um torvelinho de fingimentos, extravagâncias, transgressões e delírios: o cinema. Encontra Fred prostrado e o leva à disposição de recomeço. Imitando personagens, Elsa é a criatura ciente de ser personagem e necessita de um consorte igual a si para fazer-se viva. O encontro jovial de ambos implica a compreensão física, mística e espiritual de que a saída da vida é uma entrada. E entram na história de um filme antigo e com final feliz: “A Doce Vida”.

Nos ótimos atores e inteligentes diálogos, no criativo roteiro que, passo a passo, reinstala a magia de “Cinema Paradiso” (Fred é Alfredo!), vida e morte, conquista e perda, luz e treva, riso e pranto se entrelaçam positivamente. Simples e grandioso, o filme resume uma atitude sociopolítica de tendência emotiva dos atuais cineastas argentinos. É vê-los e enternecer-se.

Zé Fortuna e guarânias em brasileiro

Pouco se escreve sobre Zé Fortuna. Nem se diria que ele é “popular”, que hoje indica quinquilharias “para o povo”. Zé é artista “do povo”. Fazia a primeira voz no dueto com Euclides Fortuna, seu irmão, o Pitangueira. Foi poeta desde pequeno e, por 30 anos, locutor em várias rádios de São Paulo. Entre uma música e outra, lia cartas dos ouvintes. Eram programas intimistas, nostálgicos, madrugadores. Realizavam o elo entre a cidade e os sertões, no mais singelo e eficaz meio de comunicação entre os que se despediram e os que ficaram no campo. Nosso país vivia o momento mais inclemente do êxodo rural.

Zé Fortuna compôs acima de duas mil canções, sozinho ou em parceria. Assina duas dezenas de peças teatrais, geralmente encenadas em circos-teatro. Vieira, da dupla com Vieirinha, relatou-me que escrevera inúmeras outras peças e as vendia, ou para o repertório de companhias circenses ou especialmente para duplas caipiras, sob encomenda. Com uma produção sensível, técnica e comvente, era escritor, na acepção da palavra, inda que as academias o ignorem.

Suas peças são comédias e melodramas sentimentais, como esta variante de “Romeu e Julieta”. Dois adolescentes, ela filha do fazendeiro e ele peão, fazem uma jura. Se fossem separados, e se um deles se casasse, o que ficasse sozinho poderia se vingar. Trocam entre si dois punhais por testemunhas. Descoberto o namoro, o pai manda surrar o empregado e o expulsa. Anos mais tarde ela é obrigada a esposar o filho dum ricoço. No altar,

recebe um presente com um bilhete. Estava escrito em versos: “guarde contigo o punhal da vingança / porque não quero de ti me vingar / seja feliz e esqueça o passado / peço, por Deus, para trás não olhar”. O padre era seu antigo amor. A noiva “pegando firme o punhal da vingança / com desespero em seu peito cravou / enquanto o sino da igreja batia / ali Tereza sem vida tombou”. Essa atmosfera emocional lembra dramas e tragédias rurais de García Lorca, como em “Bodas de Sangre”. Com envolvente inteligência dramatúrgica, as peças de Zé redimensionam símbolos memorizados da tradição europeia por transmissão oral, e exprimem lições de vida e sábios conselhos.

São muitos seus sucessos musicais, pulsando insistentes no afeto do povo. A toada “Lembrança” revive a sedução do passado, paixão e lirismo que traduzem o sentimentalismo brasileiro. Enuncia-se em forma de indagação a uma saudade: “Lembrança, por que não foges de mim? / Ajude a arrancar do peito esta dor, / afaste meu pensamento e o teu, / por que vamos reviver este amor?”.

Percebendo a languidez brejeira das guarânias, com letras inacessíveis que misturam o castelhano e o guarani, reescreveu algumas delas, captando o fervor emocional das melodias. E as recolocou em brasileiro. Foi assim com “Índia”, “Anahi”, “Vai com Deus” e “Solidão”, nas vozes de Cascatinha e Inhana. “Lejanía”, canção erudita de Herminio Giménez, veio a ser “Meu Primeiro Amor”. Aproveita do original o sentimento de “distância”, que equivale à separação pela morte. Elaborada em linhas de 12 sílabas – o verso alexandrino clássico – Zé Fortuna concebe uma das mais queridas e lembradas estrofes da música popular brasileira: “Nesta solidão, sem ter alegria / o que me alivia são meus tristes ais. / São prantos de dor, que dos olhos caem, / é porque bem sei, quem eu tanto amei / não verei jamais”.

“Índia”, do início dos anos 50, foi cantada por inúmeras duplas caipiras e intérpretes da chamada “alta cultura” pós-tropicalista como Gal Costa, Fagner e Joana, Caetano Veloso e Maria

Bethânia, sempre imitando o dueto Cascatinha e Inhana. Para a melodia do balé sinfônico de José Asunción Flor, havia duas letras plasmando a cosmovisão mítica e sublimada dos índios Guarani. A mais conhecida, de Manuel Ortiz Guerrero, assim começa: “Índia, bella mezcla de diosa y pantera, / doncella desnuda que habita el Guairá, / arisca romanza curvó sus caderas / copiando un recodo de azul Paraná...”. Zé Fortuna a reescreve: “Índia, seus cabelos nos ombros caídos, / negros como a noite que não tem luar, / seus lábios de rosa para mim sorrindo / e a doce meiguice desse seu olhar. / Índia da pele morena, sua boca pequena eu quero beijar”. Evocando o indianismo de José de Alencar no romance “Iracema”, parece transposição do que foi escrito em prosa para o verso. Iracema, a virgem dos lábios de mel, tem os cabelos negros como a asa da graúna, é elegante como o talhe de palmeira. Repare a similaridade na idealização descritiva, quiçá, da mesma criatura, unindo em séculos distintos dois Josés igualmente inspirados e românticos.

Levando a paixão e o temperamento emotivo pra dentro dos versos, Zé Fortuna morreu esquecido pelas elites. Que eu saiba, nenhum curso de letras o estudou. Sua existência configura a vala que separa o mundo “dominante e civilizado” das academias e as relações de vida, cultura e espontaneidade da nação. Num país que valorizasse as “Raízes do Brasil”, seria oficialmente celebrado patrimônio nacional. E o foi, e continua sendo, de modo silencioso e apaixonado, no coração do povo (José Fortuna, Itápolis, 1923 – São Paulo, 1983).

Fábula do ódio caímico

Houve um Jardim das Delícias. Nele, um casal vivia em paz e tinha do que quisesse. No centro, uma fruteira proibida. Uma víbora, no entanto, dissuadiu os jovens: “Não vão morrer se comerem desses frutos! Ademais, terão em acréscimo grandes revelações: além do bem que os rodeia, descobrirão o mal”. Tempos depois, a moça cujo nome significa “Vida” deu à luz a dois meninos. Um apascentava ovelhas; o outro, agricultor.

Certo dia, montado em inveja e planejando coisas más, Caim, o agricultor, convida Abel a um passeio. No campo, mata-o a pauladas, untando a terra com sangue de irmão. Jamais teve descanso, e segue odiento, mendigo e tresloucado. No local, frutificaram-se o ódio, a dor e angústia. Os bosques murcharam em areias e na grotta dos abismos germinou um visgo quente chamado petróleo.

Até hoje, qualquer coisa é estopim da crueldade. Cidades sagradas são destruídas: Nazareth, Jerusalém... No afável Líbano, descendentes do rancor despejam mísseis e bombas sobre telhados, espalhando terror e matando inocentes no meio das ruas. A serpente insidiosa observa a tudo isso. Ri da tragédia humana. E coça seu ventre maldito nos corpos dos mutilados.

Professor Miziara

Gabava-se de nunca ter reprovado um aluno. Não o fazia por vangloriar-se, mas como lição de bondade. Era um cavalheiro de branda compostura. Sobressaíam-lhe a calva franjada de pêlos brancos, a elegância das gravatas e um romantismo à flor da pele. Arrazoava que “o apreço e consideração” com que finalizávamos cartas comerciais tinham semântica distinta na ternura entre as pessoas.

Chegava e, à mesa, iniciava gestual discussão com um ser imaginário. Após, com ares pesarosos, declarava: “Agora mesmo um anjo me contou que alguém magoou a própria mãe!” Em silêncio, olhávamo-nos, buscando nalguma face quem vestira a carapuça. Noutros dias, emocionado, recitava “o velho mestre andava muito doente...”, que instigava a troça dos marmanjos.

Certa vez, aplicando a chamada oral, e sem por que, só dava notas baixas: dois, três... Eu sabia de cor figuras de sintaxe, verbos anômalos e preposições. Chamou-me: “qual o feminino de anjo?”. Só pode ser... anja, sussurrei aos meus botões. “Cala-te, herege! Flagela-te, ímpio! Persona inculta!” – esbravejou com punhos e voz enfurecida. As pernas bambearam e, traiçoeiro, o mijo tingiu-me a calça de brim cáqui. Ele assuntou os mirrados doze anos, e transtornou-se. Abraçou-me. Após, recompôs a teatralidade e vociferou alto, enfezado: “Senta-te, anjo! Nota... Dez!”.

Inda sinto-o, com saudade e o perfume. Foi pórtico de sole-nes ilusões, mestre das ambigüidades. Ensinou-nos com atos, sal e doçura, o enigma dos afetos (José Felício Miziara, 1906-1965).

Telemarketing e aporrinhações

A comédia “Deus é Brasileiro”, de Cacá Diegues inicia com uma cena tão comum quanto insólita. Em pesadelo, o personagem chega a uma estação com lentos e cabisbaixos viajantes, outros em filas e arrodoados de anjos. Apavorado, encontra um telefone público. Assim que pega o aparelho, uma voz feminina o saúda: “Bem-vindo ao serviço geral de informações celestiais! Se for cristão, digite 1. Se for espírita, digite 2. Se for muçulmano, digite 3”. Aparentemente tecla o 1 e ela continua: “Cristão. Obrigada! Se for católico, apostólico romano, digite 1. Se for católico ortodoxo, digite 2”. Obedece. “Digite agora o número de sua Certidão de Batismo”. Apreensivo, explica à voz eletrônica que não costuma portar tal documento e espera resposta. Passaria teclando por toda eternidade se o outro lado da linha não o advertisse: “Seu tempo se esgotou. Obrigada.”. E cai a ligação.

Crentes, budistas, quadrangulares, maometanos e sincréticos em geral, não há quem agüente as centrais de atendimento telefônico, audiotextos e mensagens gravadas com enfadonhas musiquetas, fidelizadores de pós-venda e vozes eletrônicas que aporrinham dia e noite. O cidadão liga pro cartão de crédito, à repartição de luz, ao provedor da internet, seguro de vida e mesmo ao cemitério e uma voz macia o recepciona: “Aguarde um instante. Seu telefonema é muito importante pra nós. Espere pra falar com um dos nossos atendentes...”. Os que pedem adjutórios aguardam na hora do almoço com sinais de amizade: “Com quem eu falo? Como vai, seu Aristeu, tudo bem? Graças

a Deus, né? Aqui é do Centro Assistencial Caminho Celeste. Estamos com uma campanha...”. Políticos atacam com discursos: “Aqui é o Juvenal da Caixa, candidato a deputado. Como vereador, institui a lei que cria o Dia Municipal dos Xerocopistas e das Empregadas Desempregadas pelo Fundo de Garantia. Agora conto com seu voto para continuar lutando...”.

Cada um busca seu tanto. Até clandestinas centrais telefônicas nos alcançam em trapanças e formam verdadeiros chats do crime à distância. Se você pede uma inocente pizza ou dá o CPF ao setor de achados e perdidos, considere-se enquadrado pela sociedade em rede do telemarketing e atendentes automatizados. A cada ligação, o acréscimo de um dado pessoal. Passam a conhecê-lo por estado civil, escolaridade, profissão e renda. Vêm-no por estilo de vida, padrões de comportamento, graus de preferências e poder de compra. Catalogam-no como um “stand alone” – o que se refestela sozinho – ou vive num “Lar Super Premium”, “Premium”, “Emergente” ou “com Crianças e Adolescentes”. Entram na nossa vida sem constrangimento, protegidos pela impessoalidade sem feições.

Há ofertas de emprego e treinamentos em promoção de vendas e serviços, atendimento ao consumidor, estratégias de negócios, suportes técnicos e telecobrança. Contam com a agilidade da telefonia, capacidade de comunicação e voz agradável, preferencialmente sedutora do futuro operador. Ensinam estratégias de capturação de clientes, identificação e análise de chamadas, recuperação de compradores antigos, caça a doadores e otários em geral. No novo serviço, exercido geralmente em casa, pagam por comissão, capturas e vínculos consolidados ou horas de lábia. Do outro lado da linha, você.

Mas a vítima pode prevenir-se contra os telechatos. São necessárias frieza e capacidade para identificá-los em lapsos de segundo. Quando ligam, você nunca vai ouvir o estridente “Quem?”, mas, delicadamente, “Com quem falo?”. Responda

convicto: “Comigo, pô!”. Isto exigirá dele um instante de recuperação do fôlego. E antes que recomponha a metralhadora de verbetes, desligue o telefone com o explícito recado de que a linha não caiu.

Se a operadora de telemarketing já vier armada de seu nome, há opções eficientes e que lhe darão a ilusão de vencedor. Se disser “Boa tarde. Aqui é a Yasmin, como vai, seu Palhares?”, ataque com cinismo, diga que tem problemas auditivos e peça pra que ela repita o nome várias vezes. Após, compassando sílabas, acrescente: “Laurita, você caiu do céu. Estou carente e precisava de companhia. Qual é seu signo?”. Ela o perceberá esperto e, no máximo, vai responder: “A Toycenter agradece a atenção, obrigada”. Se quiser desfecho rápido, diga que é reeducando em prisão domiciliar por estelionato, tem nome sujo na Serasa e o oficial de justiça está à porta por causa da pensão alimentícia. Aí você emenda com jeito conquistador: “Amanda, me dê seu telefone que eu retorno em seguida”.

Porém, se preferir solução um tanto mórbida, diga com entoação trêmula: “Adalgiza, há quanto tempo! E o Agenorzinho, desintoxicou? Nem te digo, prima, Deus não é brasileiro! Com tanto sanguessuga no poder e eu sem recursos pra tratar o inchume na próstata!”. E, sem dó, inocule-a do próprio veneno: “Que bom que você ligou, seu telefonema é muito importante pra mim!”. Deixe no ar um vazio, no limite da esculhambação. Ela sentirá arrepios, verá estrelas e cairá em nocaute. Depois, desligará com a sensação de que perdera o pulso. Seu nome será riscado de uma base de dados. E esquecido por bom tempo de horríveis telefonadores.

Viste Koyaanisqatsi?

É impossível saber se estás na minha faixa de idade: cinquenta e lá vão porradas. Ai, quantas e tantas pedradas, quantos acordes em sol menor, quanto vinho de safra duvidosa despejada goela abaixo! Fumando algumas coisas, tocávamo-nos como se fôssemos partes do outro, bebendo goles de Billie Holiday misturados com Bob Dylan e The Mamas & the Papas. Tampouco posso adivinhar, leitor, em que ocasiões te vem a sensação de tempo perdido. No entanto, se jamais a tens, não te felicito. Se nos pesam mais de meio século nos costados, haverá entre nós uma ligação irreversível, o de estarmos postos em extremos da mesma ponte: a agridoce loucura dos anos que passaram.

Apresento-me. Sou duma geração que assistia aos filmes de Godard. E os víamos sem renitência, pois não era de bom tom, e tampouco queríamos, sair na metade da sessão. Nem namorávamos como devia, pondo atenção nos movimentos de câmara, nas demoradas seqüências, a montagem descontínua, gestos de improviso, falas aéreas e tentativas de dar às imagens sentidos relutantes, decerto simbolizando as agruras do planeta. O desconcertante era o inescapável encontro com amigos, cinéfilos de sempre, freqüentadores da Casa de Chás Luar de Agosto. Saíamos praticamente de dentro da tela imbuídos de uma gravidade taciturna e interrogativa. “E aí, gostaste?” E éramos moralmente intimados a responder, hesitantemente afirmativos: “Genial! Jean-Luc é o máximo!”.

Convivi com essa perturbação desconfortante de acostumar-me a fugir à surdina. Só muitíssimos tempos depois, alguém opinou que os franceses faziam filmes baratos, chatos e difíceis de entender, quer-se dizer, “de arte”. E o desejávamos. Fincava-se ali nossa divergência com o imperialismo norte-americano. Eles lançavam fitas caras, fáceis e digestivas, ao gosto do povaréu. Alienadas, despolitizadas! – decretávamos com cara de náusea. É que sorvíamos a estética de “uma idéia na cabeça e uma câmera na mão”. Sublimávamos o experimental, o aleatório, o teatro do absurdo, com o beneplácito da nouvelle vague, da psicanálise, o estruturalismo e os Cahiers du Cinéma. Nem incomodava que tais fazedores realizavam filmes pra si; contentava a sensação de que tragávamos do mesmo e narcotizante fumo.

Ai, quantos anos deixei escorrer neste mundo de Deus! Por quantas jornadas esfarelei a mente em folhas de livros, ciclos de conferências e seminários sobre semiologia da arte, a lógica dos sentimentos e maquinações mentais que pareciam reduzir a zero os enigmas do mundo! Tive uma mestra que gastou ano inteiro lucubrando sobre “Tecendo a Manhã”, de João Cabral de Melo Neto. Explicava, com tino de samurai: lembrem-se, um canto sozinho de galo não tece uma manhã; ele precisará sempre de outros galos, de um que apanhe o grito e o lance a outro... E nos deixava com a sensação de que muito mais teria a nos instruir, não fosse o adiantado da hora e a precariedade do ensino universitário contra o qual deveríamos nos rebelar!

Não me recordo (e nem vou forçar a lembrança, pois, esqueci de dizer, encontro-me numa praia) se foi Fellini que escarneceu dizendo que, para se obter uma cena “de arte”, bastava filmar alguns minutos com a câmera fora de foco. Resultavam mechas de intenções, brumas de significado existencial que instauravam uma aura vanguardista, intensamente questionadora dos valores, enfim, obra aberta a vagas e freudianas interpretações.

Viste Koyaanisqatsi? Há semelhanças que o aproximam das peças de Bob Wilson sobre as quais um amigo tornou-se Ph.D. em Nova Iorque. Falou-me enquanto fumávamos. As personagens moviam-se como se estivessem no fundo do mar. Eram tão lentas e longas que o espectador saía para as necessidades, passava no cinema e, ao voltar, tinha impressão de que nada se modificara no palco, como a mesmice cotidiana. Minimalistas, queriam exprimir simplicidade frente ao mundo revolto, à brutalidade das máquinas, desastres e outras perplexidades do século XX. Koyaanisqatsi foi assim, estilizado, feito para gente como nós, de “mente aberta”. Invertia o papel da música no cinema. Algo como fizera, açucaradamente, um Disney psicodélico em “Fantasia”, ilustrando sinfonias clássicas. Em Koyaanisqatsi, sorvimos sensações emanadas do talento musical de Phillip Glass. Fiquei deslumbrado ao descobrir que ele era motorista de táxi na ilha de Manhattan. Como assim, no frenesi do trânsito, captar inspirações de toques e instintos indianos, orientais?

Em Koyaanisqatsi de Godfrey Reggio (que, após, nos brindou com “Powaqqatsi” e “Naqoyqatsi”), nuvens se movimentam em turbilhões desenhando formas apocalípticas, flores se abrem instantaneamente, alheias à ordem do universo, a multidão agonizante vai e vem pelos guichês e bocas de metrô, como formigas atormentadas com a chegada do inverno. Tudo na contra-mão intelectual das intenções, no ritmo do tempo que passava, e que me foi pondo vincos no pescoço. E colocou-me, fazendo contrapeso a mim mesmo, de madrugada, na praia, depoente duma história universal das façanhas inúteis, neste escandaloso encontro contigo.

Piazzolla, bandoneón e paixão

Acaba de se publicar em Argentina uma coleção de treze cedês remasterizados de Ástor Piazzolla, reunindo gravações de 1961 a 82. Há inúmeros outros discos, entre as mais de 800 composições executadas por ele com seus quintetos e octetos, como “Mundial 78” – transe melancólico de um artista situado entre o carnavalismo do futebol e sua manipulação pela ditadura militar – e “Summit” (1975), primor de diálogo de bandoneón com o sax barítono de Gerry Mulligan, além de assíduas sessões com músicos de várias partes do mundo. Não se pode olvidar de sua participação inicial na orquestra uruguaia de Aníbal Troilo, uma estrela eclipsada entre nós. O conjunto dessa obra, de essência erudita e jazzística, e intensa penetração no espírito portenho, colocam-no entre os esplendores da moderna canção, uma espécie de “Cole Porter ou Gershwin creollo”, Pixinguinha e Tom Jobim. Encontro-me comovido pela “Balada para un Loco”, poema-musical surrealista, nas dramáticas interpretações de Amelita Baltar e de Roberto Goyeneche.

A música, dentro de nós, é o mais profundo e transbordante sorriso etnológico! O afã capitalista a tem como objeto medido pelo valor de mercado e a empurra aos eitos do gosto fácil, das insinuações simplórias, vestindo-a de fúteis fantasias. Minam-se os símbolos essenciais de humanidade que ela exprime. Nas brechas dos tempos, entretanto, despontam artistas que, com poderoso instinto de penetração nas veredas sensíveis de seu povo,

invertem as correntezas do malgrado com intervenções precisas e fino sentido de sedimentação cultural e antropológica.

A milonga, a valsa e o tango de subúrbios jamais serão sorvidos como pastiches estilizados para o deguste adolescente e turístico “for export”. Piazzolla, a partir de redutos fortificados de arte e cultura tradicionais, como em geral sucede com o modernismo hispânico, foi um dos mais intensos criadores contemporâneos. O tango que se ia transformando num torneado aparente de trançapés, coxas e ligas sensuais, se revitalizou no encanto emotivo e viril de sua melodia ansiosa e frenética, no encadeamento refinado das sensações inauditas, na expressão cortante das paixões que deslizam pelo rio La Plata argentino, atravessando-o para o encontro com o uruguaio Atlântico. É doçura e sal.

Em Piazzolla, o encantamento ancora-se na amargura, na subjetividade de um lastro continental, na visão taciturna de arbalde ciosos, poirentos e sofridos. Reside em sua música a atmosfera soturna do desgarramento que fizemos entre nós, das frustrações por que passou o século, desde as planuras argentinas e uruguaias às instâncias mais longínquas do ocidente. Isto é o tango do artista nascido em Mar del Plata: uma criatura patética e agonizante na sacada turva e fria duma tarde, no “O Último Tango em Paris”; um campônio Ricardo Güiraldes em “Don Segundo Sombra”, um Borges a perguntar-se: “onde estarão aqueles que passaram, deixando à epopéia, um episódio, uma fábula ao tempo e que sem ódio, lucro ou paixão de amor se esfaquearam?” Um pouco dessa sensação febril é o bandoneón arrebatador desse artista extraordinário, com seus acordes cortantes a entrelaçar enredos palpantes de violoncelos, baixos, pianos, violinos e, claro, seu lamurioso bandônio.

Piazzolla extraiu do mais puro vértice regionalista a essência do humano universal: o amor inalcançável, a paixão, a tragédia da existência, a nostalgia da terra e do passado, a sensação

de que algo se perdeu, mesmo que não se o tenha perdido. Sua canção, lastreada em sua terra, não seria representação, mas manifestação enlevada dum estado de alma que perpassa como os ventos e nos tinge de latino-americanos. O arfar de seu bandoneón, sob a luz baça dos “tablaos”, corresponde ao ungir sonoro e afável que transborda em cores, movimentos e emoções de José Martí, da Cuba aguerrida e “candombe”, na emoção crioula de Atahualpa Yupanque, versos de Violeta Parra, Enrique Santos Discépolo, Adelino Moreira, Lupicínio Rodrigues, Mercedes Sosa, enfim o talento hispânico herdando ao novo século a marca de nossa gesta sentimental, uma balada para o louco século do qual nos desgarramos, “problemático y febril... de maldá insolente... de atropello a la razón” e onde “de los cambalaches se ha mesclao la vida”.

Morreu há poucos anos, cumprindo a determinação de nossa finitude. Sua música permanece, numa cadência harmônica que enfeixa o ser à sua mais abstrata e potente expressão: a música. Ressoará mais do que nós, numa sensação de descoberta, identificação, conquista e perda, na efemeridade da existência. Ao suspiro nasalado de seu bandoneón, cito uns versos de Borges que, a meu ver, traduzem-lhe a alma artística: “O tango, essa diabrura, os atarefados anos desafia. Feito de pó e tempo o homem dura menos que a leve melodia, que só é tempo... O tango cria um turvo passado irreal que, de algum modo é certo: uma recordação impossível de caído lutando, numa esquina de subúrbio.”. Tudo numa taça de penumbras, rasgantes, enlevadas e generosas harmonias (Ástor Pantaleón Piazzolla Manetti, 1921-92).

Da intermitente morte

Há muitas mortes e quase todas semelham a algum tipo de exaustão ou desencanto. Mas falo mesmo é da tal, a absoluta. Fernando Pessoa a invocou numa ode: “Vem, noite, antiqüíssima e idêntica, noite rainha nascida destronada, noite igual por dentro ao silêncio...”. Sugere que, além de Deus, nada existe tão igual a si mesmo que essa imperatriz noturna, esse acalanto das coisas que se agitam, a morte. O criador do ser e a inexistência do ser – o não-ser – situam-se em hierarquias distintas, porém entremeadas. Representada pela foice que extingue, a intermitente morte, esse “labirinto sem portas” como a desnudou Saramago, é o definitivo mergulho no desconhecido.

Quando criança, tinha uma visão doméstica da morte. O arrepiante medo dela circundava nossa casa. E nosso pai partilhava conosco um assombro de Álvares de Azevedo: “Se eu morresse amanhã, viria ao menos fechar meus olhos minha triste irmã; minha mãe de saudades morreria se eu morresse amanhã! Quanta glória pressinto em meu futuro! Que aurora de porvir e que manhã, eu perdera chorando essas coroas se eu morresse amanhã!”. Hoje, egoísta pertinaz, penso no amanhã sem mim. Quem vai sentir minha falta? Aterroriza-me pensar no que será quando não mais serei.

O pensamento epicurista, num labirinto da lógica helenística, examinou o óbito. Como em consolo, fala que a morte não nos diz respeito. Reside em outra esfera, pois “quando somos, ela não é, e quando a morte é, já não somos mais”. Outros a pensam

como transformação renovadora, o húmus da nova existência. A cena inicial do “Hamlet” é a noção quase cômica de uma insólita reencarnação: “Alexandre morreu, foi sepultado. Voltou ao pó. O pó é a terra e com a terra se faz a argila. Por que a argila em que ele se transformou não poderia vir a ser a tampa de um barril de cerveja?”.

A morte, esse vale misterioso no ocaso, é a terrível instância de nossa finitude; somos um personagem em cena, num ato efêmero entre os infinitos atos dum drama chamado Existir. Contrasta-nos com o divino. Mas, numa interpretação corpórea da existência, Schopenhauer escreveu que o horror que temos dela “não é tanto o fim da vida, pois isso não pode parecer a ninguém como particularmente digno de pesar, mas, antes, a destruição do organismo, uma vez que este é a própria vontade de vida que se manifesta como corpo”. E acrescenta, pessimista: “tu és o produto de um ato que não deveria ter sido; assim, tens de morrer para anulá-lo”.

A morte é a ancestral quaresma que não cessa. Ironicamente, é silenciosa adjuvante da delícia de viver. Enlaça-nos a seu beco sem saída. Nas “Intermitências da Morte”, de Saramago, e fazendo-nos perceber o que seríamos sem ela, a morte mesma nos manda um recado: “a partir de agora toda a gente passará a ser prevenida por igual e terá o prazo de uma semana para pôr em dia o que ainda lhe resta na vida”. Rimos e tentamos ser felizes. E desafiados, mesmo que fingidamente, a ventura de viver.

Dizem que indagaram a Molière, no leito da dor, se lhe era difícil morrer. Até que não, respondeu o dramaturgo. Difícil é escrever uma comédia. Comédia da vida, sob uma sombra mo-vediza e arrebatadora, a morte.

Crônica da miséria

Forço por me lembrar do desfecho de “Terra dos Homens”, romance de Saint-Exupéry. Reconstruo-o de memória. Europa, tempo de guerra, miséria. O narrador espia o interior de um vagão apinhado. Pessoas com andrajos puídos e feições machucadas pelo frio que lateja. Uma mulher se espreme aos solavancos do comboio. Abraça o filho pequeno. Nostálgico, o contador da história assevera que as crianças, todas delicadamente lindas, se parecem Mozart quando criança. Mas a talha tacanha do tempo trabalha em desfigurá-las. E crescem bebês que não serão Mozart, mas ensimesmados carvoeiros e comedores de batatas, entre corpos sonolentos, anatomias crispadas de penúria, ali, naquele trem.

Saltando ao mundo do sol a pino, vejo crianças de “Vidas Secas”. Desprovidas, sequer têm nomes. Na liturgia do êxodo, são o menino mais novo e o mais velho, palavras comuns, igual a “inferno”, que um deles custa a soletrar. No eclipse da sorte, o sonho da mãe é dormir feito gente em cama de couro, não num estrado de varas sustentado por forquilhas. Miséria é miséria em qualquer canto, diz a canção popular.

Em “Abril Despedaçado”, filme de Walter Salles Jr., o filho do fabricante de rapaduras igualmente não tem nome. Atende por “menino”, depois apelidado Pacu, pela moça que engole fogo no circo mambembe. Ele aprecia o apelido, mas tem cisma. Pacu é peixe de rio... e quando o sertão virar mar? – pergunta-se. Chico Buarque, com signos agudos, deu-nos a confissão amarga

de um pai: “Quando, seu moço, nasceu meu rebento, não era o momento de ele rebentar. Já foi nascendo com cara de fome, e eu não tinha nem nome pra lhe dar”.

Essas crianças desprendem-se dos livros e canções, saltam das telas do cinema. É o lado amargo da arte plagiando a vida. Ocultos, aparecem em chispas no quadro das tabelas estatísticas. Na informação de instituto do governo, uma em cada três crianças brasileiras completa um ano de vida sem Certidão de Nascimento. Em 2001, foram 29,4% os guris inominados em nosso país. Sem registros civis, são apelidos, alcunhas: Pedros, Luíças, Pacus, meninos... Pré-natais? Mais de um milhão de crianças paridas no desamparo sequer foram à vacinação. Se vingarem, talvez se dilacerem na alma com nacos de esmolos e, quiçá, nem tenham o atestado de óbito. Descansarão em cova rasa num fundo de quintal. Por quê? Porque existindo, não existem, são criaturas de um realismo ágrafo e remoto.

À parte isto, e em apenas um ano, 350 mil pessoas fazem operação escultural do corpo. Subimos ao pódio na categoria das bocas espichadas e semblantes mesmíssimos. Uns contêm a gula para o controle da plástica; outros, anônimos, se comprimem como vultos esquálidos e clandestinos. O trem da vida rasga a planura e contorna o abismo. Rodas de aço rangem e fulguram gritos em canções, pedaços de filmes, cenas em livros, horríidas lembranças. Em fogo fátuo enfurecido, rabiscam na noite a imagem da miséria que é miséria, e quão diferente da riqueza... entre todos, entre tantos, entre tantos, entre todos, entre tantos... nesta terra só de homens.

Comidas e vidas de cachorro

a Luiz Dino Vizotto

Quando o Maluf passou uns dias no xilindró, declarou que a comida que lhe serviam, denominada “quentinha”, sequer daria a seu cachorro. Seu lulu deve nutrir-se de uma dieta à la carte, não por preferência gastronômica, mas por status social. No meu tempo, dávamos ao amigo fiel o que sobrava do almoço e jantar. Tudo normal. Desde a antigüidade, domesticados os lobos, partilham conosco a comida de gente.

Há meses, meu filho de onze anos ganhou um amantíssimo mimo, a Fifi, uma poodle marrom, saltitante, inteligente e engraçadinha. Sem querer, tornei-me avô. E como avô atencioso e devotado pai, fui a um petshop saber das novidades. De cara, levei um kit completo para os cães modernos: casinha, caminha estampada, cobertor, vasilhas, brinquedos e, após cuidadosa pesquisa, sempre acompanhada de orientação veterinária, alguns sacos das indefectíveis rações de cachorro.

Meu choque foi saber que, de uns tempos pra cá, cachorro só come ração. Pensando na adorável Fifi, ponderei: deve ser horrível passar a vida ingerindo só e da mesma comida. A existência perde os prazeres do cheiro e paladar. Relutei em transformar a cachorrinha, tão alegre e brejeira, num frango de granja ou vaca em confinamento. Eles são para o abate; a Fifi, um ente familiar. Onde estão as sociedades protetoras de animais que não enxergam essa ditadura do sensabor e desprazer da vida? Mas

me convenceram: mesmo os cachorros de hoje continuam a levar a eterna vida de cão.

A variedade de rações é enorme. Vêm em pacotes ornados de cãezinhos sorridentes, salivando mais que o cachorro do Pavlov. Há tipos balanceados com cálcio, ácidos graxos para uma pele saudável e pêlos brilhantes, farinhas de carnes, farelos, gorduras e óleos, um mix vitamínico e sulfatos ferroso e de manganês. Creio que também existam rações macrobióticas e vegetarianas, segundo opções alimentares do dono. Repassei algumas marcas e considereei salgado o preço de um daqueles pacotes oleosos. Explicaram-me que se trata de um hit super premium, ultra golden, de luxo e sensacionalíssimo. Noutra embalagem de petiscos para filhotes, havia ossinhos coloridos, dificilmente reconhecíveis por cachorros, mas logo identificados pelo comprador. Remetem às caricaturas de ossos nas ilustrações e histórias em quadrinhos.

Rações industrializadas viraram item de compra obrigatória. A moça do petshop argumentou que eu devia levá-las, pois refrescam o hálito, evitam o tártaro e melhoram a beleza. Em casa, Fifi olhou-as com antipatia, farejou-as com desprezo. E até agora as detesta. Sentiu-se definitivamente enquadrada. Prefere mesmo é comida de gente, como cachorro à moda antiga e, em último caso, até as “quentinhas” do Maluf. Indago: que raios de comidas inventaram e das quais cachorro que se preze as abomina?

Em todos os cantos da cidade há um petshop. Recém-formados em veterinária sonham em abrir outro petshop, imprimem cartões de visita e se proclamam doutores em cachorros. Há os delivery, que levam os bichos à maquiagem semanal, e os que atendem com hora marcada, no estabelecimento. Em todos, um arsenal de novidades em comidas, remédios, xampus, coleiras com pedrinhas faiscantes, jóias, agasalhos e brinquedos. Satisfazem a demanda de banhar os cães, tosá-los, tingir-lhes os pêlos, escovar-lhes os dentes, colocando-se nas meninas lacinhos

coloridos na frente, que as deixam com as feições repuxadas e, nos meninos, gravatinhas-borboleta que os carimbam com ares ridículos. Para tudo, roupas e adereços, há um tema sazonal: halloween, natal, ano novo, carnaval, festas juninas e dia São Cosme e Damião. Fantasiam-nos sem que saibam o porquê, tornando-os extensões infantilizadas de nós mesmos.

Parece que os cachorros perderam a mítica função de todos os cachorros: existirem como cachorros. Frequentam escolinhas que os adestram para as necessidades fisiológicas em locais e horas certas, atendem a ordens complicadas, fazem hidroginástica e moldam-se com psicólogos de cães. Ah, se Konrad Lorenz soubesse dessas coisas! Alguns, coitados, são meio sonsos, fora de órbita, estranham a rua e têm saudade do apartamento. Latem amargurados e arredios e, às tardes, estourando de vontade de mijar, desfilam com seus donos, como acessórios ornamentais e humanos do cotidiano moderno. Tudo em consonância com a polidez artificial da vida, e a solidão implacável e perdulária de nossos fúteis anos.

A redenção do mundo canino são os cães ao léu, multirraciais, do povo: o vira-lata. Os enquadados já não dão piruetas como antigamente, ou urinam de alegria com a chegada do dono. São programados, fichados, escravos dum pedigree. O cão, o santificado cão em muitas sociedades, o cão leal e companheiro, farejador do invisível, adivinho e prestativo intercessor entre nós e o sorrateiro ladrão, o cão já não uiva para a lua ou desaparece com a meia do dono enfiada no sapato. Transformou-se no objeto de nossa fatuidade narcisista, doméstica ou transeunte. Ressabiado de dar-lhe comida de gente, levo à Fifi outro pacote de ração. Ela mira meu filho, abana-lhe o pedaço de rabo que sobrou. E me devolve, desacorçoada, um meigo olhar de desgosto.

Violinha persistente

a Paulo Freire e Roberto Corrêa

O estudioso português em etnomúsica José Alberto Sardinha, no livro “Viola Campaniça” (Lisboa, 2001), contesta com argumentos certos a exclusividade dos jesuítas na difusão da viola no Brasil. Escreve que “não se pode concluir que foram os missionários de Jesus que a introduziram até porque há que perceber a lógica dos acontecimentos da vida cotidiana e aceitar o que é natural e óbvio, isto é, que os próprios colonizadores transportaram consigo a viola, a tocaram em terras americanas e a transmitiram aos seus sucessores, quer nativos, quer europeus, quer miscigenados”. Assim a viola se espalhou em nosso país e, na rusticidade de seus habitantes, adquiriu formas artesanais, adaptou-se aos meios possíveis e perdurou como pôde. Na múltipla morfologia desse instrumento, ainda sobrevive a tosca e sonora violinha de cocho.

A precariedade da vida, o isolamento do caboclo e, sobretudo, a convivência com os costumes e musicalidade dos indígenas e africanos propiciaram o surgimento de violas muito rudimentares, cujas cordas nem sempre são de arame, mas confeccionadas de tripas de animais (macacos, porcos-do-mato...), e as caixas de ressonância feitas de materiais coletados da natureza. Muitas sobrevivem ainda hoje, como a Viola de Buriti (feita a partir de pedaços de tronco do coqueiro, sendo a parte central com um furo no meio, quadrado ou redondo), a Viola de Cabaça (o

braço é fixado na fruta do cabaceiro-amargoso) e a Violinha de Cocho.

O alaudista e pesquisador Stephen Stubbs, conferenciando na Universidade de Montreal sobre a guitarra barroca, apresentou sua pequena raridade à platéia. Era um instrumento acinjurado (quase na forma de um oito) – disse-me um interlocutor brasileiro –, com cinco ordens de cordas duplas, afinação em “cebolão”, e de cujo rasqueado floreava o som prolongado e estridente da viola caipira. Explicou o conferencista alemão tratar-se de um instrumento raro, desses reconstruídos por “luthiers” especialíssimos, com base em antigos tratados e contatos com certo instrumento preservado entre as camadas populares da América do Sul. Nas cortes européias do século 17, a guitarra barroca era decorada com filigranas de ouro e ornatos de nácar e marfim, rendas arábicas e marchetarias. No Brasil, moldada por indústria rudimentar e ferramentas toscas, essa forma antiquada da guitarra não manteve as ornamentações e enfeites preciosos dos tempos aristocráticos. Mas ganhou festeiras fitas coloridas ao braço, homenageando São João e São Gonçalo.

Do dedilhado cortês ao rasqueado popular, as cordas dessa música vieram zunindo ao vento que empurrou as primeiras caravelas. Trouxeram o som que se firmou no coração mestiço do Brasil. Tomou formas diferentes em cada região, adaptando-se às colorações culturais. Na zona caipira, firmou-se no molde artesanal da cintura fina e no tinido sentido da graça chã. Com seu ponteado feminino, emoldura letras de cururus, cateretés, modas-de-viola, recortados mineiros e toadas em geral. Plange no peito de cantadores, lembrando idealizadas paixões, amores perdidos, crenças e saberes, alentos e desventuras, enfim, a identidade da gesta mais sentida do Brasil.

A viola-de-cocho pantaneira, imponente na humildade, esculpe o passado primitivo de músicos artesãos, e realiza o milagre do pertencimento cultural que só a tradição possibilita. Esse

misterioso instrumento, no coração de caboclos, morenos e cafuzos, é feito do tronco inteiriço de árvores aquáticas esculpidas a machado, como o sarã e a ximbuva. Cortadas em lua minguante, são madeiras leves, resistentes e sonoras. Em artesanaria primária, faz-se um cocho escavado na madeira. O tampo, quase sempre sem orifício pra não entrar “bitcho”, é feito da raiz de figueira e colado com o ingrediente que medra do sambaré – uma orquídea que se instala em espécies de palmeiras –, ou com o preparo feito do cozimento da bexiga de piranha. O cavalete, pestana e cravelhas são de cedro, mogno ou aroeira. Com apenas três trastos feitos de barbante untado com cera de abelha ou embira retorcida, que dão o “sintoma sonoro” meio chocho à violinha, o encordoamento é feito das tripas de macacos, línguas de tamanduás ou nervos de cobras. Hoje em dia, usa-se a linha de pesca, que não esquece a herança ancestral da sonoridade sorumbática e taciturna dos indígenas.

É essa a viola pantaneira que acompanha os sabores e dissabores da existência no ciclo das cheias e vazantes, no ritmo ermo de um mundo iniciático onde ainda se pode ouvir o vozeirio harmônico da natureza. Acompanha a toada da coleta de alimentos e fazeção da farinha; faz parte de ritos, procissões e oferendas. É conviva de honra na comunhão dos bailes e assanhados siriris. Realiza a litania das perguntas irrespondidas, dos sentimentos e pressentimentos do mundo. A violinha de cocho vem da mais funda decantação da arte herdada do além-mar e nascida da terra. Enfeixa em sua magrela estatura a seiva dos afluentes raciais dum recanto chamado Brasil. Alheia às etiquetas do erudito ou popular, flutua no rio do tempo, derramando os singelos acordes de ser e existir num país. Humilde, imita os pormenores encantados da beleza. Grandiosa, absoluta e mansamente devagar.

O mano Pelicano

Um dia, na redação do jornal Bom Dia, disse Pelicano que eu era seu mano. Não lembro se em sonho ou pesadelo. Senti-me lisonjeado e crescido em família, pois virei ainda irmão do Glauco, cartunista da Folha de S. Paulo. Na rua e como um Freud, busquei explicações. Decerto a irmandade provenha de uma facial coincidência. Num lapso, lembrei de um auto-retrato de Bocage: “Magro, de olhos azuis, carão moreno, bem servido de pés, meão de altura, triste de facha, o mesmo de figura, nariz alto no meio e não pequeno”. Espinhela curva como uma interrogação, riscando em grisalho a tela do computador, salta-nos um perspicaz adunco nasal: “Nariz, que nunca se acaba. Nariz, que se ele desaba, fará o mundo infeliz. Nariz que Newton não quis descrever-lhe a diagonal. Nariz de massa infernal, que, se o cálculo não erra, posto entre o Sol e a Terra faria eclipse total!”. Vale aduzir: o que evidencia os pelicanídeos, além da grande envergadura planando ligeiro sobre os lagos, é o comprimento do bico e a dilatável goela que funciona como rede de pesca. Daí, quiçá, em apelido amigo, o mano Pelicano.

No vívido artista dos rápidos desenhos, sua rede é jogada sobre o cotidiano, em busca da graça repentina, dos pormenores de condutas, dramas e conflitos moldurados em quadrinhos. Lacônico, contundente, toca o fundo dos fatos palpitantes. Exemplos? Na recente espera da consagração do novo Papa, enquanto um cidadão de vila lê um jornal e comenta que “no Vaticano, nada de fumaça!”, seu interlocutor lhe responde: “No meu barra-

co também!”. Sua “Vida Chic”, no tablóide RP, aos domingos, no *Bom Dia*, é uma chacoalhada nos costumes. Dia desses, flocos de fuligens da queima da cana cobriam a cidade tornando-a uma cinzenta silhueta. E um cidadão comentou: “Neve brasileira! Você queria o quê?”. Em “Delivery – serviço de entrega”, um motoqueiro encapuzado pergunta ao cidadão à porta da casa se “foi daqui que pagaram um resgate?”. Como o crime é banal e corriqueiro!

Pelicano, há décadas no jornalismo, busca e consegue originalidade num panorama social que, segundo dizem, é uma piada pronta. Realiza a charge na essência da palavra: do francês “charger” – lançar ataque ou carga. Faz com desenhos uma sucessão de crônicas vincadas pelo contexto histórico e noticiário do dia. Na época em que Lula mais abusava de impertinentes verbetes e falatórios, ele aparece de costas tendo à sua frente uma extensa passarela. Pergunta: “Pra que o tapete vermelho?” E o assessor lhe responde: “Presidente, sua língua escapou novamente!”. Sobre nepotismo, o deputado discursa em plenário: “Estão pensando que o Congresso é a casa da sogra?” E alguém retruca: “Da sogra ainda não! Mas dos filhos, dos sobrinhos, dos primos...”.

O curto diálogo, a ironia, o subentendido e o irreverente, o superlativo e desvio do psicologicamente esperado, a caricatura dos fatos e pessoas, as reticências que dizem mais que frases explícitas são características do admirável cartunista. Invariavelmente, põe o leitor num malicioso e inteligente labirinto de conceitos. Quando, no natal, noticiavam-se as falcatruas dos postos de gasolina, foi incisivo. Enquanto uma rena vomita, Papai Noel reclama enraivecido: “Combustível adulterado outra vez?”. Às vezes é lírico, emotivo: numa favela, uma criança pergunta por que não ganhou presente. E a mãe responde: “Papai Noel não viu a chaminé!”.

Fatos recentes são-lhe um verdadeiro pote criativo. Durante a Copa do Mundo, numa entrevista de Ronaldo Fenômeno, os

pés da mesinha de TV se arreventaram não suportando o excessivo peso do jogador. Ou, após o campeonato e como que nos convidando a acordar para a vida real, um diálogo de torcedores: “Que foi? Não gostou da vitória da Itália?”. “Tô chocado! Até a Copa acabou em pizza!”. Os ataques do PCC geraram agudas alfinetadas nas situações bandidas. Numa delas, o Presidente da República indaga ao ministro: “O Lembo recusou nossa ajuda? Por quê?” “O Marcola vetou!”. Ou, ante a liberação de verba para a segurança em São Paulo, o governador se encolhe aflito por detrás de sacos de dinheiro: “Já tô me sentindo bem mais seguro!”. Sobre o escândalo das ambulâncias superfaturadas e os parlamentares envolvidos, um verme acalma o outro: “Fique tranqüilo. Já somos quase a maioria na Câmara!”. Há pouco, com o veto presidencial ao reajuste aos aposentados, um velhinho numa praça comunica aos pombos: “O Lula acaba de cortar a ração de vocês!”. Ironia, pura e sagaz ironia!

Pelicano faz da interação crítica com os acontecimentos seu jeito de raciocinar e exprimir. Satírico, não raro comovente e humanista, sorri com sarcasmo do nonsense da vida. Com elegância, espicaça a realidade em contornos, linhas, cores e palavras. Faz da profissão de chargista um caderno de anotações psicossociais e comportamentais. Nele, o instinto pedagógico conduz o leitor ao sorriso, reflexão e tomada de consciência. Coloquial e veloz, essa ave de vôos rasantes realiza com descortino um modo opinativo e arejado da comunicação moderna. Confirma, com luz e precisão, que o sugestivo da imagem às vezes diz mais que intermináveis palavras (César Augusto Vilas Boas – o Pelicano, engenheiro civil, premiado cartunista e, nepoticamente, meu mano).

Sertões e guerreiras donzelas

Donzelas guerreiras são lendárias valquírias, feitiços insondáveis da mente. Deusas-demônias, pulsam em irresistíveis tentações. Repassam veredas e sertões, em gestas fabulosas, vagando em telas imaginárias, ou comendo o pão que o diabo amassou nos descaminhos da vida. Não é difícil percebê-las no dia-a-dia, basta mirá-lo: Marina Silva, amazona da floresta, Dulce Maria Pereira, orixaguinhã dos quilombolas, Heloísa Helena, voz plebéia da indignação reprimida... Fadadas ao padecimento físico ou simbólico, são castigadas por inversão dos papéis inscritos na tábua dos direitos e atributos masculinos. Erundina foi ao topo da montanha; vergou à rudeza imperiosa dos ventos. Essas mulheres renascem, eternamente, como é eterna a natureza humana.

Na mitologia, personificando luta, foi donzela guerreira a sábia Atenéia, deusa defensora dos atenienses. Em antiga lenda chinesa, a camponesa Mulan disfarça-se de homem e substitui o velho pai no exército imperial. Intrépida, expulsa bárbaros invasores. Sem sabê-la donzela, encanta-se por aquele soldado o comandante de guerra. Tal fábula enternece em singelas narrativas, cantigas de ninar e filmes de cinema.

Movida pela fé e vozes sobrenaturais, a jovem de aldeia Joana d'Arc comandou batalhas em trajes masculinos. Mudou os rumos da Guerra dos Cem Anos. Mulher-homem, não pôde dar-se em casamento, senão às juras de Deus. Imolada, foi à fogueira por ofensa e heresia. Revive sedutora em mosaicos de sonhos.

Da escuridão medieval e traspassando atlânticas ondas do tempo, circula pelos sertões brasileiros o livreto “A Donzela que foi à Guerra”. Tal fábula, correndo de boca em boca, costura a poesia do povo à literatura erudita, sendo inspiração à mais fascinante e proibida história de amor: Riobaldo e Diadorim, em “Grande Sertão: Veredas”.

O romance de Guimarães Rosa se faz de uma longa confidência de Riobaldo a um desconhecido. Previne o narrador que as coisas passadas têm a astúcia de se remexerem dos lugares. “Viver é um descuido prosseguido”, suspira. E acrescenta: “sertão é dentro da gente”. Vivendo como jagunço, aproxima-se de um companheiro, o audaz Reinaldo, apelidado Diadorim. Endurecido pela aspereza das lutas, oscila entre o desejo e a repulsa àquele jovem, enamora-se dele. Só depois de morto, e ao vê-lo sem roupas, descobre-o como donzela, Maria Deodorina. Murmura: “aqueles olhos eu beijei, e as faces, a boca... não sabia por que nome chamar, e exclamei me doendo: meu amor”.

O par mais famoso da literatura brasileira talvez seja Peri e Ceci, de Alencar; o amor mais insatisfeito e submisso aos enigmas da existência é este entre jagunços. Aquele aparece no rol das circunstâncias passageiras; este, inda que estranho, é o mais universal. Toca fundo em vivências que ultrapassam os códigos morais, religiosos e históricos. Mostra o ser desnudo, grandemente humano na relação afetiva com o outro. Donzela guerreira é feminilidade em trajes masculinos. São papéis que se trocam na obscuridade do puramente humano. Nua, sem nome ou sexo, vê-se por dentro a alma eternizada. É só inocência, que a masculinidade ancestral e a falibilidade da vida recusam a aceitar. Corpo e alma, homem e mulher, eis o mais belo e antigo dos duetos.

Yêda e Rufino

a Gilberto Mendonça Teles

Yêda vai sempre a um escondido sebo da cidade. Desses recantos apartados da enorme correria e que a meninada de hoje bem que poderia chamá-lo: “tudo de bom”. Mas nem calculam que ele exista. Era um bazar de incriveis sapiências, acolhedora luz e um cheiro impregnante de impresso exalando por colunas de livros empilhados, barrocas esculturas de papel. No sebo do Rufino encontravam-se respeitáveis dicionários em dezenas de tomos, que poucos editores de agora ousariam pôr em prelo. Raros alfarrábios por séculos vincados, coleções de inventos em tipografia artesanal, cientistas laureados, iluminuras e amores quixotescos em foscas lombadas, primeiras edições com singelas dedicatórias, brochuras de acórdãos e tratados, cartilhas esquecidas pelo dono, opúsculos de anotações de viagens ao coração das selvas, feitas num tempo em que o indígena era só uma flor, boa e desconhecida.

Era um memorial lânguido e nostálgico, ressuscitando a era em que o livro fora o feixe afortunado dos instintos e razão de tudo. Rufino cumpria o rito de esperar o visitante à velha mesa, postura e gestos de bibliófilo paciente, feições de uma rigidez ornada pelo chapéu em desalinho, o cachimbo pensativo pendurado à boca e o teor ambíguo do paletó sulcado, comprido sem exagero, parece que encarnando um jogador de cartas do pintor Cézanne. A estratégia era indagar por um livro com interesse falsamente desinteressado, quiçá distraído. Era a senha convicta

entre as partes, assegurando o livreiro de que a transferência de dono não consignaria usurpação, tampouco que iria esquecê-lo numa estante empoeirada, ou devolvê-lo friamente a outro sebo. Sob suspeita, Rufino apossava-se do livro, discorria sobre a importância ética e cultural da preciosidade, elogiava o fio têxtil que cosia suas dobras, o esmero da capa, acolhia-o como quem afaga uma criança perdida dos pais e, por fim, sentenciava: “Esse livro, decididamente, não está à venda”.

Este, de poemas? – perguntou. Escuta esta estrofe, e recitou pausadamente, em sotaque italiano: “É sempre a maior / a mais funda, / a mais longa viagem: / eu, diante de mim – miragem.” Fez pausa. Não tem preço, sublinhou, é revelação alheia a qualquer negócio, funda intimidade de alguém, talvez a minha! Yêda impregnou-se de emoção. Argumentou: compreenda, senhor, este livro é meu, fui eu que o escrevera, “Caminhos de Mim”! Rufino encarou-a, braços prostrados, como quem cumpriria à mais fecunda das missões: em oferenda, estendeu-o à legítima dona.

Ela soprou-me a história desta crônica. Dias após, veio-me o livro por correio. Mantenho-o junto às suas outras crias, perfiladas, como irmãs indóceis na fotografia. Decerto fazem gangorras, brincando com o segredo das palavras: “Secreta Ária”, “A Alquimia dos Nós”, “Tempo de Semear”, “O Peixenauta”, “Baco e Anas Brasileiras... “Caminhos de Mim”. Rufino se foi; a escritora também, com claros cabelos e olhos entreabertos. Gestava um livro em quinto mês, rapa de seu tacho. Canta pra ele, do lugar que nos contempla: “te sinto agora / tanto e sempre / pássaro duplo, / coração batendo, / pulsando compassado / no meu ventre”.

Ofertou-me estas lembranças e um escrito delicado na página de rosto: “Companheiro culpado pelo quinhão da saudade que me acelera o peito. Dou a ti este livro trazido dum bazar de sonhos. Que o sebo sê bom”. Inda hoje se visitam Yêda e

Rufino, na livraria que mudou de dono. Fazem-se companhia jogando cartas à mesa de Cézanne. De vez em quando deparam com um livro que ela escrevera, e alguém desprezou. Cumprindo o fado de poeta, despacha-o a algum amigo, sorrateiramente, em noites vagarosas, pelas asas dum correio (Yêda Schmaltz, Goiana, 1942-2003).

O sorriso da soldada

Com todo respeito aos impetuosos varões milicianos e que têm por lema a defesa da vida, dignidade da pessoa e segurança pública, as soldadas são demais! Heresia! – gritarão em censura puritanos da língua portuguesa. Não há flexão de gênero para “soldado”, tampouco se diz “corajosa soldado”, mas é “soldado”, inflexível e no masculino! No caso das mulheres, não se considera a pessoa, mas o cargo ou profissão!

Que injusto!. Se dizemos “o médico, a médica”, “o lavrador, a lavradora”, por que não “a soldada”? Mesmo os substantivos comuns de dois gêneros distinguem o feminino pela justaposição do artigo ou outro determinante. São “aquela jornalista”, “a estudante”, “sofridas bóias-frias”, “a competente dentista”... Mas às soldadas, por que a discriminação? No final do mês, recebem o merecido soldo e, como todos os soldados em quaisquer postos, são soldadas. Por que a segregação – repito – à intrépida e valorosa guardiã da ordem?

Ensina a aguda erudição de Carl Jung: na feminilidade, a alma do mundo. Nela residem o potencial afetivo, a espiritualidade, as intuições proféticas, o sonho quimérico de amor e proteção. Proteção. Quiçá pela natureza e atributos femininos, é raro à diligente servidora pública o gesto tosco da truculência e abusos de poder. Trabalham de modo compassivo, inspiram confiança, dão delicado toque de refinamento à corporação. Sem que se imponham ostensivamente, têm a autoridade atávica da mulher, trazem implícito o respeito de si e da sociedade.

A maioria das gramáticas se omite. Não discutem, fingem-se alheias. Os dicionários que, no aquartelado dos conceitos culturais, enfeixam o espírito da nação, registram “soldado” só no masculino. Referem ao viril e destemido guerreiro que recebia soldo. Pensam no belicismo do passado e ignoram as soldadas do presente. São porta-vozes e cúmplices da deslavada macheza e decerto por isto os chamamos masculinamente “o pai dos burros”. Fica-nos a lógica de tê-las como pessoas sexuadas, mães, amigas e companheiras, tratando-as no feminino: a digníssima soldada.

No Chile, a presidenta Michelle Bachelet, batalhando a reconciliação do país, confiou a chefia de segurança do palácio La Moneda a uma “carabinera”, quer dizer, a uma soldada. Nada mais simbólico e civilizador! Aliás, no poético país de Gabriela Mistral e Pablo Neruda, a Guarda Nacional integra-se no meio a meio: soldadas e soldados. Por que, também aqui, não nos reconciliamos com a razão e sensibilidade?

Gina Lollobrigida observou: “Glamour é quando um homem percebe que uma mulher é uma mulher”. No entanto, deixando que gritem o empedernido machismo e o patriarcalismo que historicamente nos governa, lemos na tarja em sua farda “Soldado Feminino PM Beatriz”, tudo no masculino. Cê não acha esquisito? Dia desses fiz essa indagação a uma solícita soldada. Ela franziu a testa com singela ternura e respondeu com exclamativa pergunta, na entrelinha do respeito à disciplina militar e sua convicção: “Estranho, né?”. E, enigmática como a Monalisa, discretamente, sorriu.

Sim ou NÃO, Não ou SIM

Vivemos num mundo de respostas cretinas motivadas por perguntas idiotas. É usual enumerar-se em seqüência “SIM e NÃO”. Em primeiro lugar, o afirmativo; em segundo, o negativo. SIM é 1 e NÃO, 2. Certo? Não, errado. No referendo sobre a proibição ou NÃO do comércio de armas de fogo e munições no Brasil, SIM é 2 e NÃO, 1, ou seja, NÃO é SIM e SIM é NÃO. Entendeu? Proibição envolve conceito negativo, portanto 2, mas se você é contra a proibição, vota SIM e não NÃO, 1. Contra as armas de fogo, você é NÃO ou SIM? Optando por NÃO, você é SIM ou NÃO? Por SIM você é NÃO ou SIM?

As campanhas de esclarecimento pelo rádio e TV sobre o SIM ou NÃO reforçam a barafunda: você é NÃO ou SIM a que o cidadão comum compre armas? Se votar SIM, porque é a favor a que tenhamos a liberdade de tê-las, desculpe, mas votou errado. O certo é NÃO, porém 1. Afinal, o que se pergunta é se você é a favor da PROIBIÇÃO de armas! Então deveria escolher NÃO, NÃO à proibição, ou seja, SIM, favorável às armas de fogo.

Noutro filme de TV, o locutor lança persuasão derrapante em curvas. Argumenta: “o problema não é eu não ter uma arma; o problema é o bandido saber que eu não tenho uma arma”. E recomenda: vote NÃO, 1. Captou, cara pálida? O que sedimenta dessa nhaca é a imagem dum país invertido, uma história às avessas. Por sorte, o eleitor é consciente, capcioso, e nunca foi induzido a erros na hora de votar. Se não, seria contra a proibição e escolheria SIM, o 1. Ou seria... NÃO, o 1? Ou seria SIM, o... 2? Mamma mia!

Ginger & Fred

Em “Ginger & Fred” (1986), Giulietta Masina e Marcello Mastroianni interpretam Amélia e Pippo que, antigamente, nos palcos de variedades, faziam a imitação Ginger Rogers e Fred Astaire. Após muitos anos, envelhecidos, são convidados a participar de um programa de atrações insólitas da televisão e, em meio a personagens decadentes, relembrar o número musical sapateado mais famoso que encenavam: no cais, um casal se despede. O poético filme de Fellini enreda duas criaturas esquecidas no passado e que, no presente, vivem o reencontro por algumas horas. Suas fisionomias são máscaras da glória ilusória dos anos em que bailavam juntos e o estado atual de ambos, vincado por um oculto amor jamais realizado. Amélia era tímida, fina e submissa, hoje, uma avó rotineira; Pippo, machista, bizarro, espertalhão, persiste a exibir a exaltação do que nunca fora, dissimulando a melancolia da velhice. Corporificam a face de tantas maquiagens que, curtidas no tempo, não conseguem arrancar. Os espectadores, consternados, ficamos com a latejante indagação felliniana: acaso não seria esse o retrato simulado de nossa vida?

Mas fazemos do labirinto de existências pálidas e ressentidas, e ouçamos o burburinho das platéias e o sapateado de artistas como Ginger Rogers e Fred Astaire, no showbiz encantador de luzes, fama e melodias. Recordemos uma entrevista do velho Pippo. Em tom anedótico, explica que o sapateado era uma espécie de Código Morse com que escravos se comunicavam nos algodoais americanos. Se falassem entre si, os vigias arranca-

vam-lhes a pele a chibatadas. Então, tamborilavam com os pés as venturas e desventuras da vida. Didático, exemplifica batucando em dedilhados: “Cuidado, o vigia vem vindo!”. “Eu tenho uma faca!”. “Vamos liquidá-lo!”. Volta-se para Amélia e encena uns toques delicados das mãos deslizando sobre a perna: “Eu te amo!”.

O sapateado é a linguagem do amor, da dissimulação e da morte. É a diversão dos ritmos com os pés descalços dos indígenas, e dos sapatos europeus, no ritual do convívio. Muito antes dos palcos e cinemas, irlandeses faziam intrincados movimentos de pernas e tamancos, e africanos harmonizavam corpos e o repicado dos pés, na ciranda intermitente das gerações. Sapateios lúdicos e artísticos flamejam em toda parte do mundo. No Brasil, sobressai na empoeirada celebração indígena, dançando e cantando em roda, e no enfileirado e agregador catira ritmado em palmas. É o bailado flamenco, escultórico, viril e selvagem, um pouco cigano, um tanto judio, índio e meio árabe, no baque ritmado e enérgico dos tablados. Numa espécie de transe, bailarores inigualáveis como Antonio Gades e Cristina Hoyos encarnam a coreografia da paixão, da honra, da vingança e da morte. Não se dirigem ao público, mas à terra andaluz, com trejeitos que, centralizados nos arpejos da guitarra, começam e terminam na envergadura do corpo. Olê!

Das lavouras sofridas aos guetos noturnos de Nova Iorque, o sapateado subiu à ribalta dos grandes espetáculos. Savion Glover foi à Broadway a despeito de ser preto. Bill Robinson, proibido de apresentar-se com mulher branca, fez par com a menina Shirley Temple. E plantou as sementes dos filmes musicais que, até hoje, encantam platéias e aliviam corações. No improvisado do jazz, vieram tantos geniais sapateadores: Eddie Rector, Eleonor Powell, John Bubbles, Donald O’Connor, Sammy Davis Jr... E ninguém jamais esquecerá a melodia “Singin’ in the Rain” e um Gene Kelly cantando na chuva. A voz rouca, a elegância dos

passos forjados no balé, o talento pra conceber coreografias magistrais fizeram de Kelly a encarnação do esplêndido em matéria de baile. Fred Astaire é o gentleman flutuando no diálogo solitário com uma bengala ou no flerte delicado a sensuais companheiras de palco. No tamborilo dos pés, na trama obscura com que os escravos se comunicavam ao sol das plantações, sapateadores fizeram luzes num século permeado de trevas. A contraface e resumo dessa história é o pungente filme de Fellini. Faz lembrar que a vida é um show, no palco que se apaga. É o apito brusco de um navio atracado, alembando a eterna despedida.

Lembranças de Darcy

Há anos fui membro da banca de um mestrado sobre “Maira”, de Darcy Ribeiro. Ante a revelação de que a candidata não conseguira entrevistar-se com o escritor, observei: “A senhora deveria ter feito greve de fome defronte da casa dele. Porque Darcy não foi miragem, existiu em carne e osso, e a teria recebido como afetuoso cavalheiro”. Em verdade, revelei a frustração de nunca tê-lo sentido pessoalmente, embora tanto o admirasse.

Em meio aos acontecimentos aflitivos e constrangedores que sucedem nos dias atuais, penso em Darcy com ternura. Recordo de sua metralha sensível de palavras, exuberância humanista de seus atos, a crença inabalável no povo e no país, a capacidade de despertar emoções tão singelas que, às vezes, nem as percebemos, senão, como diria Pessoa, “por uma diferença na alma”.

Lembro-me de sua última crônica no jornal. Aludia às imperfeições do Criador. “Estou morrendo por um erro de engenharia hidráulica”, brincou provocativo. “Nas mulheres, há um canal que realiza o trajeto de cada coisa; nos homens, o mesmo duto transporta xixi e esperma. Nesse cochilo de Deus, a causa do meu câncer” – asseverou, não sei se escorado nalguma ciência, figura literária ou senso de humor. Dias antes, ante a impostura da morte, fugira do hospital. Internou-se numa suíte de hotel em companhia mulherenga. E esperou, renitente, que lhe caísse a cortina da vida.

Em culminâncias dessa biografia, foi duas vezes ministro, senador da República. No Rio, implantou arrojados programas

de educação a crianças carentes. Criou a Universidade de Brasília, o Parque Indígena do Xingu e tantas organizações internacionais de apoio aos aborígenes. Assessorou estadistas estrangeiros, recebeu título de “Doutor Honoris Causa” em universidades do mundo. Viveu em malocas com indígenas, donde sorveu redentoras lições sobre os sentidos da vida, os signos da natureza, “gentidade brasileira” e consciência nacional.

Darcy foi uma dessas pessoas que ultrapassam os contornos geopolíticos. “Maíra”, um dos romances mais originais do século 20, transporta-nos ao não-lugar e não-tempo indígena, recanto que não distingue a vida e o sobrenatural, o corpo físico e a arte. O correlato científico e religioso do destino, da morte e da beleza são seus estudos de antropologia. O romance “O Mulo”, quase desconhecido, emparelha-se a “Grande Sertão: Veredas”. O ensaio “Uma Introdução à Casa-grande & Senzala” é, num só tempo, ato generoso do autor e aguda dissecação intelectual de Gilberto Freyre. Lê-lo é um prazer que ultrapassa o histórico e nos coloca diante de portentosa alma: Darcy Ribeiro. O livro “O Processo Civilizatório” é monumento à gesta etnológica e cultural hispano-americana. “O Povo Brasileiro”, seu último grande fôlego, é plasmação duma existência sensível e obreira à rasgante e iluminada compreensão da história e alma duma gente deslumbrante, que comunga em muitos brasis.

O legado que deixou é rara fortuna; faz entender que a degeneração de hoje é tacanha frente às nossas virtudes. Dissipado desse agora, deleita-me imaginá-lo numa avenida, sorridente, o terno branco saudando em passarela. Batuques se arrefecem, reverentes, porque ele-em-vida foi escola, letrista, mestre-sala e bateria. Em saudade, invoco uma frase de Vinícius que indaga o irrespondível: “se foi pra desfazer, por que é que fez?” E me pergunto: em que país mais insosso estaríamos vivendo, se Deus, em perfeição, não tivera concebido um Darcy, assim, moreno, Brasil!

Maravilhosos retornos

Vladimir Propp, expoente dos estudos da narrativa, ao investigar as raízes do conto folclórico russo, descobriu que as histórias que vivenciamos ou que transformamos em ficção se reduzem a poucos símbolos primordiais. No tecido das artes, é interessante notar como certas situações se repetem, de forma distinta, mas numa linha de constância que as aproxima e as torna iguais em essência. Uma recorrência contínua é o tema do eterno retorno que se manifesta, entre outras narrações, na Parábola do Filho Pródigo. Conta que um jovem ajuntou o que era seu e partiu pra terras distantes. Lá, esbanjou tudo o que possuía. Sentindo-se abandonado e pobre, volta à casa e é recebido em festa pelo pai. O irmão mais velho, não compreendendo a atitude, se revolta. Tais criaturas representam, numa gama infinda de evocações e alegorias, a nostalgia do afeto, apego e necessidade da volta às origens, imprevidência do incauto ante os perigos do mundo, ambição, intolerância e redenção, amargor e ansiedade pelo regresso de quem foi.

Retornar é apanágio de quem tentou, avesso de quem fica, reencontro com o ninho e procedência. Escutemos o pulsar de tantas voltas em maravilhosas canções. Num ícone da bossa nova, o romantismo de Vinícius, na melodia delicada de Jobim, roga à própria tristeza que dê seu recado em forma de música: “Vai, minha tristeza, e diz a ela que sem ela não pode ser. / Diz-lhe numa prece que ela regresse, porque eu não posso mais sofrer” (Chega de Saudade). Na trajetória inversa ao êxodo ru-

ral, um filho pródigo de Renato Teixeira lamenta: “volto me carregando com minhas pernas / no peito só cansaço de viajante / na boca seca a sede que andou distante / da água nova que se bebe nas velhas fontes” (Invernada). Com semelhante vibração emotiva e procura do tempo perdido, um caboclo pródigo em tristeza redige uma carta: “o sonho de grandeza, oh, mãe querida / um dia separou vocês e eu / queria tanto ser alguém na vida / e apenas sou mais um que se perdeu” (Fogão de Lenha, de Colla, Duboc e Xororó).

O regime militar decretou desterros incitando o anelo do regresso. E, na perspectiva dos que ficaram, Bosco e Blanc escrevem que a nação: “sonha com a volta do irmão do Henfil, / com tanta gente que partiu / num rabo de foguete” (O Bêbado e o Equilibrista). Chico e Tom, decalcados no lirismo de Gonçalves Dias, compõem nova canção do exílio: “vou voltar, sei que ainda vou voltar, / para o meu lugar, foi lá e é ainda lá / que eu hei de ouvir cantar uma sabiá” (Sabiá). E outro exilado, no dionísico da paixão e erotismo, e euforia do encontro, pede à mulher que mande as crianças pra casa da avó e faça um cabelo bonito porque “eu quero mesmo é despentear / quero te agarrar, pode se preparar, / porque eu tô voltando” (Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro).

Ns variações do mesmo tema, outra canção vigorosa é “Cadeira Vazia”, de Alcides Gonçalves e Lupicínio Rodrigues. Nela, há um transpasse sentimental a exprimir uma das mais agudas penetrações no machismo boêmio. No fingimento poético, seus versos dizem: “Tu és a filha pródiga que volta / procurando em minha porta / o que o mundo não te deu. / E faz de conta que sou teu paizinho / que há muito tempo aqui ficou sozinho / a esperar por um carinho teu”. Noutro samba-canção, Lupicínio sussurra carente e sublime: “Volta, vem viver outra vez ao meu lado / não consigo dormir sem teu braço / pois meu corpo está acostumado” (Volta). E Chico Buarque, numa das mais belas

representações da alma feminina, conclama entre o desespero e a ternura: “vou voltar, haja o que houver vou voltar / já te deixei jurando nunca mais olhar pra trás, / palavra de mulher, eu vou voltar (...) vou chegar a qualquer hora ao meu lugar / e se outra pretendia um dia te roubar / dispensa essa vadia, eu vou voltar” (Palavra de Mulher). Em cada canto, um mote de nostalgia, um tropeço na armadilha da existência, enigmático entrevero humano, igual parábola evangélica. Juntas, enfeixam significados palpítes, da literatura tradicional à literatura girante em canções. Melhor fosse que ninguém partira, que ninguém se perdesse ou precisasse retornar. E, com toda ternura dessa vida, ressoaria o pedido redentor num Chico inda em botão: “fica, meu amor, quem sabe um dia / por descuido ou poesia / você goste de ficar” (Fica).

Entreveros do Bonfim

Um tema constante na maré das artes é a angústia do criador frente à própria criação. Um fazedor livre dessa ansiedade – poder-se-ia dizer –, dificilmente será um artista. O grande modernista Rubén Darío escreveu: “yo persigo una forma que no encuentra mi estilo, / botón de pensamiento que busca ser la rosa”. Michelangelo acreditava que a escultura reside pronta, serena, no interior do granito. Seu ofício era manejar o cinzel pra que da pedra avultasse a obra da natureza. Em êxtase, vagava no quintal informe das pedreiras na busca de um Moisés aprisionado, tão perfeito que, dado à luz, só faltou profetizar-lhe umas palavras. Compositores vasculham acordes, timbres, cadências e emoções que se deitam em ideais partituras. João Cabral, penetrado de aridez e caatinga, esmerou-se na “educação pela pedra”, e erigiu poemas chispantes de sonoridade. Outros modulam pincéis em aspas, traços e cruces e, como se o brilho duma luz puxasse o outro, descortinam a beleza. Lúdicos, acendem o entrevero dos achados, o bel-prazer talentoso do improviso. E, nessa hora, “um botão de pensamento busca ser a rosa”. A perseguição dessas astúcias e meios, cultivados e enovelados de idéias, emoções e instinto, parece definir o temperamento fazedor em Valdenir do Bonfim.

Pesquisando clássicos, imagens parietais e grafitos urbanos, transfigurando resquícios de infância, auscultando os sinais da natureza no entardecer do sítio onde vive, Bonfim não transige de ser autêntico, liberto. Abolindo geralmente a tela em branco, usa plataformas variadas, coletadas ao acaso nos caminhos. Pode que seja uma caixa esquecida, um tampo, roda ou lasca de ma-

deira, uma placa enferrujada, tábuas lanhadas de intempérie ou superfícies que alembrem situações imaginadas ou vividas. Re-compõe-nas como marceneiro. E as tem, defronte, a pedra bruta esperando pela forma. Coloca-as sob o refletor, contempla-as, e espera que elas mesmas solicitem intervenções. Após, uma viagem espontânea, mais sensorial que emotiva, mais intuitiva que lógica. Surgem cores chamuscadas por tochas, maçarico ou punhados de terra. Abre-se ao jogo das texturas de arames e pregos estridentes, materiais encovados, contorções de latas e cipós, monturos de toda espécie, linhas de convergências e de fugas, formatos de aparências conhecidas, na procura de um súbito inexplicável e da invenção pela liberdade da busca. Postado frente a seu objeto, reage como o sonhador entrevê um desenho nas nuvens, ou a criança rabisca na poeira. Brinca com harmonias, ritmos, geometrias, funde os códigos. Entretece pegadas rituais, rastros etnoculturais e lendários, inscrições rupestres, palavras sobrescritas, o grafismo de letras e números, tudo em aparente tensão entre o que enxerga e o sensorial adivinha.

Bonfim, desprendido da vaidade romântica dos demiurgos, prazeroso e boa-praça, faz do desapego às normas seu ardoroso afínco. Hábil na penetração dos labirintos ingênuos dos sentidos, em método forjado na pesquisa, não se verga à boniteza comercial e aos padrões simplificados do gosto. Seus objetos prescindem do ornato das molduras; ficam bem no acorde da luz e no contato com as pessoas. Leal a seu entorno sertanejo, à gesta do povo, ao hábito irresistível de sua terra, consubstancia o comum pra refletir o insólito, o transitório, no afã de eternizá-lo. Afora isto que, vez por outra, se converte em refinadas mostras “de arte”, sobrevive do trabalho numa estamperia de roupas. Lambuza-se de tintas. Na angústia de eterno aprendiz, certa vez indagou se o vejo como artista. Comovido pela estima embutida na pergunta, respondi: acho que sim! (Valdenir do Bonfim, Três Fronteiras - SP, 1959-).

É tudo verdade

a Carmen e Galib Jorge Tannuri

A diferença do historiador e o cronista é que, enquanto aquele faz o possível pra contar a história no traço dos fatos, este cozinha os fatos no pulsar das emoções. Previno: não é o que se verá neste escrito, que se pretendia uma crônica, pois, rigorosamente, é tudo verdade. Há pouco assistimos aos horários políticos da televisão. Na propaganda dos que se lançaram à escolha de prefeito, os cenários límpidos, palavras medidas e um halo de épico lirismo a imputar-lhes a clave de sol imaculada, em proximidade com o divino. Na vez dos vereadores, o embaralhado opaco de aparições mal-costuradas, um palavrório estouvado tingindo a cortina tosca de comédia. Deste modo, perpetua-se a idéia do alcaide como o patriarca que ordena; ele é a estrela e a guia, no mandamento dos velhos pergaminhos. Quanta injustiça aos vereadores! Como testemunham histórias recentes, formam egrégias cortes de abnegados, arautos impolutos do decoro, ardorosos defensores do interesse coletivo. Enfim, a casta que faz ouvir do povo heróico, o brado retumbante da dignidade e da fé. Ou não?

Luís Carlos Mendonça, o Caluta, meu conhecido, tem mania de colecionar, colados em cadernos, “santinhos” de postulantes a vereador. E os separa por períodos eleitorais, regiões e cidades. Apresentou-me surrada brochura onde se estampam infindáveis fotos, frases e nomes de candidatos. Chamo atenção a que tais pretendentes legislativos não habitam cantões e

grotões de Bruzundangas, tampouco os arredores de Macondo, mas um influente recanto a Sudeste do país. Ao findar a crônica, presumo, alguns leitores poderão alevantar-me a espada da reprovação. E argumentar que, na interessante coleção, esboça-se o legítimo e libertário painel de nosso povo. Mesmo penitenciado, o cronista se pergunta: que cidadãos nos representam? Eis um dos cadernos de Caluta, folheado a esmo, à vera e crua nomeação de candidatos.

Uns atendem por simplórios apelidos ao patriótico chamamento à política. É o Marreta, o Vena, o Batata, o Tetão, Ditinho Muleta, Bidu, Zé Veneno, Bolachinha, Geladeira, Tião Rumbudo, Bacana, Teia, Bigonga, o Peludo, Barriga, Ferriño, Boca, João Foguinho, P20, Breguedé, Moleza, o Jesus Butina, Ciborgue, Bico Doce e Tiririca. Outros se identificam por predicados zoológicos. É Zé Gatão, Minhoca, Fernando do Boi, Fera, Tatu, Pirainha, Maritaca, Pitu, João Bizzorro, Canário, Zé Calango e Fiote. E, numa chapa com Rato – o pleiteante ao cargo executivo –, Porquinho, Cartucheira, Piriá e Ratinho. Muitos se mostram por alusões a lugares e etnias: João do Mangue, Mineiro, Zé do Japão, Damião Baiano, Espanhol, Escurinho, Índio, Iraque, Turcão, Paraíba, Chino, Mato Grosso, Negroto e Alemão.

Certos candidatos, realçando o apanágio do trabalho, se localizam no nicho de seus afazeres. É o Vado Barbeiro, a Sheila do Posto, Tonho do Gás, o João do Correio, Claudião do Limão, Cidinha do Lanche, Preto Enfermeiro, Demazinho Eletricista, Carneiro da Santa Casa, Mário do Açougue, Cinomar da Farmácia, Beto Tropeiro, Silvana do Sindicato, Jorge Bilheteiro, Paulo da Água, Milton Retratista, João Bucheiro, Xuxa Moto Táxi, Pedro Carrinheiro, Malvina da Dengue, Mané Peixeiro e Pimpão que, na galhofa de si e do decoro político, declara-se um palhaço de verdade. Há os que se agregam ao cõnjuge ou em nome do pai, e se pretendem em dinastias e linhagens: É a Neuza do Zé

do Bucho, o Cidinho do Doriquinho, a Tereza do Zé Preto, a Hilda do Octacílio, o Walter do Zé Branco, a Rose do Daniel, a Leda, filha do Chiquinho Corinthiano e o Guedo, filho varão de Pereba, e que se almeja imitando o avô, Tíão Medonho: “ganhar e lutar sempre pelos direitos do povo”. Eis o estandarte do tempo – a crônica –, nas figurinhas da história. É o fim.

Pantaleão e as visitadoras

José Simão, em crônica destes dias, e ante mais um dilúvio de acusações ao poder constituído, escreveu que só agora descobriu porque nos títulos de eleitor aparece escrito “zona eleitoral”. Mordaz, embrulha na rotação dos sentidos a prostituição, eleições e mixórdias. Semelhante engenharia de disparates se desenvolve em “Pantaleão e as Visitadoras”, romance de um dos maiores escritores da América Latina, Mario Vargas Llosa. Diferentemente de “La Ciudad y los Perros” (1963) – alegoria da opressão ambientada numa escola militar peruana, “La Casa Verde” (1966), enfocando os rigores sufocantes da selva e “A Guerra do Fim do Mundo” (1982), tema apropriado de Euclides da Cunha sobre o taumaturgo Antônio Conselheiro e a insurreição de Canudos, “Pantaleão...” (1973) é uma ironia de implicações morais, farsa sul-americana da corrupção enquistada nos novelos do poder. Situa-se em local que prefigura uma metáfora: zona limítrofe entre Brasil, Peru e Colômbia, na pulsação da Amazônia. Ali, em surdina, num rascunho dos “tristes trópicos”, tudo pode. E o capitão Pantaleón Pantoja, honesto e obstinado, é designado a administrar um serviço oficial de fornicção, batizado como “Visitadoras”, destinado aos batalhões de guarda da fronteira. Aliviados da tensão sexual – supunha-se –, os militares estariam libertos de ânsias para o estupro, a arruaça e outras burlas de conduta.

Relativamente tão original e instigante quanto a novela de Vargas Llosa é a adaptação cinematográfica do diretor Francisco J. Lombardi, em 1999. De significativa repercussão internacio-

nal e primeiro filme peruano indicado ao Oscar, mais que uma fábula de humor ou alegoria do atraso como símbolo do “exotismo” hispano-americano, “Pantaleão e as Visitadoras” se faz pelo extraordinário equilíbrio entre o risonho e o trágico, o comum, o sumário e o insólito, as vertentes da pureza e as do cinismo, da aproximação funesta entre o prostíbulo e a política, da espontaneidade da vida e a barbaridade solene dos escândalos. A tal temperança se convencionou chamar Realismo Mágico – o que, entre nós, é pura realidade.

Suavizando a violência por meio de eufemismos, tão ao gosto dos tiranetes estouvados que corporificam o poder no Cone Sul, “meretriz” é “visitadora”; “prostituição” é “missão patriótica”. No falso polimento das atitudes oficiais, de um lado a engrenagem corrompida das maquinacões políticas; de outro, o povo subjugado e excluído, e a prostituição que faz da mortificação da alma um resumo de tragédia. O filme é precioso como narrativa: movimentos de câmeras na exata intensidade do ritmo, música sem estridência e de um regionalismo sentimental e anedótico que, não se prendendo à circunstância geocultural, universaliza-se como imagem das camadas subalternas e simplórias. Roteiro e montagem, na estrita junção da palavra, do drama e concepções visuais. À parte a virtuosidade da criação coletiva e a sensível direção, aguçada e inteligente, sobressai a uniformidade do elenco, mormente nos desempenhos de Salvador Del Solar, como Pantaleão, e Angie Cepeda, a sedutora Colombiana (no romance, a Brasileira). O filme de Lombardi põe em xeque a bandeira da moralidade em mãos de feitores medíocres, escarnece da vergonha e desumanidade, denuncia o desamparo do oprimido ante a arrogância dos poderosos. Mobilizando semelhanças que não são meras coincidências, em vez de fazer rir, chora uma vida candente diante de nós. E se não nos salva, ao menos vale pela exaltação redentora do humano, na maestria comovente da arte. Evoé, novo cinema hispano-americano! (PS. Disponível em DVD).

Dom Quixote

a Guillermo de la Cruz Coronado

A primeira parte do “Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha” veio à luz em 1605, há 400 anos. Injuriado com o aparecimento de “El Quijote”, continuação sorrateira de “Alonso F. de Avellaneda”, Miguel de Cervantes publicou, em 1615, a sua segunda parte, talvez melhor que a primeira, abrindo outras sendas a que seguisse errante a patética figura do velho cavaleiro.

Jamais o engenho humano concebera um relato tão magistral. Nunca uma gesta foi tão lida e celebrada, serviu à inspiração de tantas formas artísticas. Inexaurível como interpretação da alma, traspassando tempos e à contingência multiface do humano, o livro de Cervantes faz com que os jovens se divirtam com o desatino dum idoso esgrimindo adagas ao sonho; os adultos, em estado de deslumbre, o respeitam; os avançados em idade o celebram, por perceberem, no avesso das aventuras e desventuras do andante paladino, a essência da pureza, do sublime e dramático da existência.

O poeta Unamuno censurou Cervantes, porque o supunha um gênio leigo, sem noção do que fazia, sendo a criatura maior que o criador. E talvez o fora, porque no Quixote quem se expressa é a própria raça, impessoal e eterna, na agudeza de intuir que aqui estamos para sermos loucos e sábios, tingidos de quimeras, enquanto o tempo nos conceda vida. Contudo, ninguém raciocinara com maior clarividência, com semelhante compreensão dos teoremas obscuros das palavras. Em Dom Quixote monumentalizam-se o ato de consciência, as veredas do mal e do

bem, o insondável do destino, o lustre das emoções, instintos e transcendências, ímpetos que nos consagram na virtude de sermos gente.

Dom Quixote não é somente o impetuoso de lança em riste, coroado pelo elmo da ilusão; tampouco o protagonista de incríveis façanhas, disposto a consertar o torto e desfazer agravos. É senhor dos inquietos e imerecidos, dos desassossegados por questões irrespondíveis. A nós, como a seu escudeiro, responde ao que em nenhum tratado é tão vasto, aguçado e pertinente. Por isto, talvez, tenha baixado dos céus pelas mãos dum gênio, em montaria de lenho, remido da ânsia de dominar os outros. Pergunta: que grandeza existe em governar um grão de mostarda? Porém, na iminência de termos que ordenar, aconselha: “procura descobrir a verdade por entre as dádivas do rico, como por entre os soluços dos pobres”. Nos julgamentos, é ele que nos sentencia: “não descarregues todo o rigor sobre o delinqüente, pois não é melhor a fama do juiz rigoroso que a do compassivo”. E prossegue: “ao que castigares com obras não o trates mal com palavras, pois basta ao desgraçado a pena do suplício, sem o acréscimo das más razões”.

Tenho esse livro no portal dos sentimentos e entro nele quando céu troveja. Ensina-me: “Todas essas borrascas que nos acontecem são sinais de que em breve há de serenar o tempo e hão de melhorar as coisas. Porque não é possível que o mal nem o bem sejam duráveis. E disto se conclui que, havendo durado muito o mal, o bem já se aproxima”. Após milhares de páginas, Dom Quixote se aquieta, por vontade de Cervantes. Não podia conceber que outro escritor se atrevesse a reescrevê-lo, pois um nasceu para o outro. Até deixa um epitáfio, em fina letra castelhana: “jaz aqui o fidalgo forte, que a este extremo chegou, de bravo, por justa sorte: a morte não triunfou.” Contudo – sabemos –, cavalga por aí, solene, encantado em devaneios. Basta lê-lo. Que supremacia tem o infeliz manto da morte sobre esse audaz cavaleiro?

Parnaso 78rpm

Para as classes oprimidas, em geral, as tendências de modernidade na arte e a tensão narcísea que une críticos e artistas de vanguarda não passam duma tentativa de complicação da vida, volúpia pela novidade, galeria hermética de celebrações e palavras. Não passa, sobretudo, do afã de separar da maioria empobrecida as seletas gentes de cabedais, superiores na escala econômica, formadas e reformuladas em salões da alta cultura, nichos onde transitariam os ares de refinamento e bom-gosto. Embora pareça haver um sentimento eivado de renegação desses valores, no entanto, os mesmos oprimidos tentam imitar e reproduzir os códigos “das alturas”, na tentativa de se transferir da dimensão proletária ou “de massa” para uma esfera mais elevada na escala social. Nos atos de consciência, um ebulir abafado: integração/exclusão.

Na década de 1930, ao mesmo tempo em que uma significativa parcela intelectual e artística iniciava processo de democratização dos meios e materiais estéticos “do” e “para” o povo, o mesmo povo, em descompasso, voltava-se ávido à imitação dos modelos clássicos e elitizados. E, assim, se a música popular é a expressão mais fecunda da alma cultural, talvez por meio dela possamos visualizar esse fenômeno. Tomemos algumas canções dum ícone de seu tempo, Orlando Silva. Verifiquemos seus ardores acadêmicos da linguagem, o copioso romantismo, as formas barrocas, neoclássicas, parnasianas e simbolistas de lidar com as palavras e emoções, enfim a mistura de tendências tradicionais

que, à parte a sedutora voz e força interpretativa, o fizeram carinhosamente chamado “o cantor das multidões”.

Nas letras, o tema predominante é amoroso; a voz exclusiva, do homem. Em “Rosa” (1937, de Pixinguinha), ressaltam-se o preciosismo vocabular, o jogo intenso de figuras ornamentais e enfeites adjetivos. Tais intrincados de linguagem carregam, indisfarçável, um anelo de erudição. Num sentimentalismo penetrado de sonhos, a amada paira como sublime, inatingível, idealizada mais como pedra escultural imaculada que como criatura carnal: “Tu és divina e graciosa, estátua majestosa do amor / por Deus esculpida, e formada com o ardor / da alma da mais linda flor de mais ativo odor / que, na vida, é preferida pelo beija-flor!”. Imagens se aproximam do idealismo arcádico, penetrado do rebuscamento barroco, e resvalam em sugestões sensoriais bilaquianas: “O riso, a fé e a dor, em sândalos olentes cheios de sabor, / em vozes tão dolentes como um sonho em flor, / és Láctea estrela, és mãe da realeza, és tudo enfim / que tem de belo em todo resplendor da santa natureza!”.

Valsados tilintam na imaginação um mundo nobre e cortês. Alheio aos impactos modernistas, “Neusa” (1938, de A. Caldas e C. Figueiredo) foi extraordinário sucesso. Outra vez a idealização da amada equipara-se à natureza: “Há na luz clara e tranqüila do luar / um poema em louvor do teu olhar / porque a própria natureza / se enleva em tua graça, / canta tua beleza. / És como a flor mimosa da campina / que a sutil aurora beija e ilumina, / Neusa, também em teu louvor / eu canto esta valsa de amor”. Noutra valsa, “Apoteose do Amor” (1936, de Cândido das Neves), um erotismo reprimido por metáforas e santificações exalta a mulher em face do infinito: “Deus, só Deus sabe que os olhos teus / são para mim dois faróis clareando o mar. (...) São dois lírios os teus seios alabastrinos / quase divinos, parecem feitos para o meu beijo...”.

Outra constante no repertório do “cantor das multidões” é o sentimento crepuscular da vida, próximo da morbidez do “mal du siècle”. Essa é a visão do homem pelo homem, como ser agônico, predestinado. “Caprichos do Destino” (1938, de P. Caetano e C. Cruz) é um dos muitos exemplos: “Se Deus um dia / olhasse a terra e visse o meu estado, / na certa compreenderia / o meu trilhar desesperado. / E tendo ele em suas mãos o leme dos destinos / não deixar-me-ia assim / a cometer desatinos”. E confessa, na segunda parte: “Eu quero fugir ao suplício a que estou condenado, / eu quero deixar esta vida onde eu fui derrotado, / sou um covarde, bem sei, que o direito é levar a cruz até o fim, / mas não posso, é pesada demais para mim”. São canções que sintetizam a intimidade da cultura e, à parte encantos poéticos e a própria melancolia entranhada no coração brasileiro, patenteiam, pela recorrência aos signos de erudição, uma ansiedade de ascensão social que, no país, pela arte, raramente veio a se concretizar.

Discussão de acarajés

Se fosse reportagem valeria o boxe “para entender-se o caso”. E explicaria: repercutiu na imprensa que há conjeturas pra mencionar o acarajé no rol dos patrimônios nacionais. Há tempos, tal iguaria afro-baiana tivera o comércio vetado nas ruas de Salvador. Sobreviveu por insistência do clamor soteropolitano e agora – quem diria? –, obtém status de proeminência histórica. A voz fluminense de Carlos Heitor Cony reagiu. Por que não promover o tombamento da Empada-que-matou-o-guarda? Expôs razões que ultrapassam fardões da Academia. Além de não ter infringido a proibição oficial ou sobrevivido na clandestinidade, fora louvada e abonada em saborosas crônicas dele próprio e de Néelson Rodrigues. Nada mais justo, suponho. Porém, em ambos os casos, se acendem rivalidades bairristas que defendem dotes de riquezas regionais.

Confesso que nunca experimentei da Empada-que-matou-o-guarda. Mas tive única experiência com acarajé. À saída da Fundação Casa de Jorge Amado vi uma porção exposta em pano de farinha, pronta para o óleo de dendê. Explicaram-me que era feito com massa de feijão-fradinho, molho de cebola e camarão das sete barbas. Fora-me servido por autêntica baiana da ala das baianas, ou mãe-de-santo, que seja! Viera fumegante, generoso em tamanho, recostado num pedaço de papel. À primeira mordida, o triscar de areia nos dentes, não sei se das praias, carregada ao vento pelo riso das palmeiras ou – o mais provável – carcomida de alguma velha parede, pois todo o Pelourinho eram obras.

Desceu incongruente e, em delírios, me vi nas estrelas. O ardu-me da pimenta esfolou-me a traquéia e o bolo bateu em soco nas entranhas, espalhando-se em contrações. Algo me avisava que alguém estaria brevemente com o Senhor. Mas, não. Agarrei-me à fitinha do Bonfim, o pulso reanimara. Recompus-me e desci a ladeira em passos apertados. Só agora vejo que o sobrenatural estivera perto de mim, quiçá pela conjugação química dos ingredientes, ou seus efeitos parapsicológicos, dignos de tombamento em patrimônio culinário nacional.

Mas. Por que não tombam, de semelhante efeito digestivo, as Salsichas ao Vinagre curtidas em potes de vidro nos botecos de Norte a Sul? E a Feijoada Completa, indexada alta-neira num samba de Chico, e nos versos de Vinícius? E o Peru de Natal, felicidade gustativa de Mário de Andrade? E a Dobrada à Moda do Porto, filosofada por Pessoa? Só não fazem o tombamento lusitano, equiparando-a a centenários castelos e monumentos, porque portugueses não são portugueses! E por que não tombam a Buchada de Bode, guisado apeteçido por ministros, duques e presidentes em campanha? Ou, fazendo verdadeira ponte de integração nacional, a Esfirra negociada no terminal rodoviário do Tietê, tão grande em anatomia, que fora comparada a desejado órgão de antiga Miss Brasil, admirado em folha dupla da Playboy?

Ademais, se pretendem o tombamento de quitutes, por que não fazem também aos licores? Nada tombou mais que a nativa cachaça, cujo buquê é comparado por degustadores a refinados vinhos e conhaques. Ah, bondosa pinga, na voz grave de Inezita! Ah, quem dera se inda houvesse, eu mesmo sugeriria o Café Completo servido no vagão-restaurante da Fepasa! Que esplêndida combinação do café requentado que matou o guarda, o leite em transição à coalhada, e torradas e bolachas de maizena amolecidas, tudo em recipientes de ferro para evitar os tombamentos. Nosso cardápio é variado e rico, e o cidadão comum é chamado

a exercer o seu direito. Sugestões poderiam ser mandadas à redação do jornal, pra que daqui nascesse um plebiscito nacional. Plebiscito do paladar democrático, isento de politiquices, confrarias e acarajés. Pois emanam do povo os poderes da república. E nunca é demais sublinhar: patrimônio histórico é coisa séria.

Pequena enciclopédia

Escrever um livro é afivelar mochilas pra uma longa viagem na qual o escritor se extravasa dentro de si e cuja felicidade são as revelações dessa aventura. É processo solitário de descoberta e doação, de nascimento, vivência e morte porque, em dado instante, tem que terminar. Tenho em mãos um precioso diário de bordo: “Pequena Enciclopédia da Cultura Ocidental” (2005, Editora Campus), de Salvatore D’Onofrio. Toda enciclopédia é pequena diante da vida, vicissitudes humanas, seus quereres e saberes, e a máxima estratégia de navegante – seu autor – é possuir a argúcia retórica que permita a que o leitor navegue bem consigo, mesmo após a viagem. D’Onofrio se remoça em mitos heróicos, doma a fera das palavras na rotação das idéias, transforma-se num Orfeu cantando suave pra acalmar os oceanos e, desnudo, se oferece como nascente de águas calmas e brilhantes: seu livro.

“Pequena Enciclopédia”, com seus verbetes e nuances remissivas, destina-se a compendiar o essencial do saber humanístico: pensadores, idéias, artistas, obras e personagens fulgurantes. Em 567 páginas diagramadas com refinado senso, inicia-se com o teólogo e filólogo “Abelardo”, seu espírito forjado na Escola de Notre Dame, escritos transformadores permeados por medieval aceitação da tragédia, e o casamento com Heloísa – uma história de amor vivenciada na dimensão do sublime, e que atravessa os tempos. Passando pelo naturalista Émile “Zola”, ressaltando-se que o autor de “A Besta Humana” é um dos inventores do ro-

mance experimental, o livro de D’Onofrio finaliza com o verbete sobre o místico e sábio iraniano “Zoroastro”, “aquele que riu ao nascer”, e que insinuou na produção do ocidente obras de singular reflexo como “Assim falou Zaratustra”, de Nietzsche.

Na introdução da “Enciclopédia”, Salvatore se expõe de um jeito que o revela em agudo desenho de si. Estamos diante de um investigador austero, paciente, inconformado e idealista, pronto a repartir com o leitor seu acervo de conhecimentos sedimentados pela vida. Faz louvação ao Livro, como objeto manuseável, pensante e sentinte, neste mundo das vivências fugazes e fúteis que o desprezam. Sublinha que a “cultura é a mais poderosa e eficaz arma política” e que os nossos tempos, mais do que outros, precisam do conhecimento pra solidificar cidadania, liberdade e vida social. Afirma que seu objetivo é divulgar uma tradição que, infelizmente, está-se perdendo em função duma tendência consumista, aplainada e sem cultivo das idéias. Que, na época atual, tecnicista e instantânea, tudo evolui, exceto os atributos da cultura, que nos distinguem como Gente. Reconhece, radicado na humildade, que seu trabalho convida à reflexão. E, citando Machado de Assis, profere autocrítica: “a primeira condição do escritor é não aborrecer”. Com tais pressupostos, o autor se exprime em estilo direto, claro, sem o pedantismo acadêmico que, tantas vezes, protagoniza ações narcisistas, tediosas e herméticas.

Tenho escutado, em várias partes do país, menções elogiosas aos livros de Salvatore D’Onofrio. Este seu mais recente trabalho consolida os anteriores. Expande-se em “Da Odisséia ao Ulisses” (1981, Duas Cidades), título que evoca, deliciante, Homero e James Joyce; resume-se em “Literatura Ocidental” (1990, Ática), que passa em revista a culminância das épocas, escritores e obras-primas. “Pequena Enciclopédia da Cultura Ocidental” é jóia que luz a disciplina inquieta do saber e radiografa intelectualmente seu autor. Manuseá-la, um privilégio. Lê-la, o prazer de desfrute dum livro cujo autor se dedica por inteiro à ciência do humano. E por isto se finca, como poucos, no território dos grandes parabéns.

Ruas e nomes

No que me concerne, reivindico a primazia: meu filho é o maior perguntador do bairro. Inquiriu-me como uma criança pode se chamar Osvaldo. É nome de adulto, pai! Imagina um menino... Osvaldo Aranha! Saí da reta, como se diz, e lhe devolvi outra pergunta: como pode um adulto chamar-se... Plínio, não parece nome de criança? Recordo que na rua em que nasci, a Independência do Brasil, aparecia caiado no muro: Plínio Salgado. Eu, meio inteligente, entendi pela metade. Era reclame de algum comestível, salgado, não descartando a possibilidade de haver um plínio doce no balcão da padaria. Só depois vim saber que era gente, grande mesmo, de Roma, um Plinius pleno, completo e raçudo, de reluzente elmo e armadura escovada, ou, quiçá, algum tribuno arquejado em panos de senador. Mas nosso pai explicou que o tal Salgado, nome de outra rua da cidade, era dotado de atributos que também meu filho não entenderia. E me perguntou: e a rua Independência, meu pai? Não me adiantou vir com a história de que o sol da liberdade, em raios fúlgidos, brilhou no céu da pátria nesse instante... Brasil independente de quê, como, onde, quando?

Evocando o velho Recife, Manuel Bandeira escreveu: “Rua da União... Como eram lindos os nomes das ruas da minha infância. Rua do Sol, rua da Aurora... Tenho medo que hoje se chame do Doutor Fulano de Tal”. Pior, moro numa rua de nome em que o fulano talvez nem seja doutor, tampouco de tal. Que importa! Deve ter sido invento de um desses políticos

de olho nos loteamentos e enchem ruas com nomes de cabos eleitorais. Ah, preferiria que a cidade fosse repartida em bairros temáticos, como o Jardim dos Seixas e suas flores: rua das Hortênsias, dos Lírios, dos Trevos. E minha rua se chamaria Tom Jobim, Dolores Duran... Seria fácil de explicar ao garoto. Era só convidá-lo à poesia: “e eu que era triste, descrente desse mundo, ao encontrar você eu conheci, o que é felicidade, meu amor” ou “hoje, eu quero a rosa mais linda que houver, e a primeira estrela que vier, para enfeitar a noite do meu bem”. O filho apanharia o sentido de aconchego, afeto e esperança, e eu teria estímulo de pelear pra que minha rua fosse chamada verdadeiramente rua, e não... logradouro. Temos, é certo, a rua dos Músicos Riopretenses. Infelizmente, não aparecem rio-pretenses na ortografia.

Nomes de ruas definem o tempero sensível de um lugar. Há anos havia a rua Domingos Jorge Velho. O tal, xucro, foi o que se pode chamar um filho da mãe torturador e assassino de escravos índios e afro-brasileiros. Em tempos outros, trocaram por rua Zumbi, e foi escrito embaixo: “herói da raça negra”. Ora, na Tiradentes escreveram “herói da raça branca”? Taí o preconceito embutido numa emenda pior que o soneto. Se quer saber se adulamos as patentes militares, vejamos: a Igreja Ortodoxa, no miolo da cidade, fica à rua Marechal Deodoro, entre Coronel Spínola e General Glicério. Se reverenciamos o imigrante árabe, temos avenidas como a Murchid Homsí, Bady Bassit e Nadima Damha. Se nos remimos de infâmias e injustiças, ali estão outras avenidas: José Eduardo do Espírito Santo e Benedito Rodrigues Lisboa, ex-vereadores que, com Armando Casseb, foram à rua da amargura tachados de comunistas, e cassados pela ignota Câmara Municipal em 64. O filho não entende dessas coisas e por isso pergunta, faz perguntas. Chegará o tempo de descobrir que a rua é a primeira via do destino. No nome dela, um enigma, peça dum tabuleiro que, em noites e dias, mistura nossas feições, desenha a imagem humana da cidade. Contará aos filhos, que explicarão a seus filhos...

Deambulantes camelôs

a Zeluís Casagrande

No desvão daqueles tempos, os ambulantes eram pouco de feitiço, outro tanto calmaria, como sonhos. Impeliam seus carros e gerin-gonças inventadas a partir da roda, tão pessoais que, em si, já se faziam atrações. De propriedade privada, só eram donos dos sinais com que se anunciavam à distância, por buzinas e matracas, e fraseados em tenor. Os sons que despontavam à quadra-e-meia permitiam o tempo justo a que freguesa buscasse o mango nalguma gaveta, ou a meninada se dispersasse, cada qual implorando o trocado para o sorvete de groselha e guloseima que fosse, a acrescentar mais doçura às correrias da infância. Ademais dos que traziam pão nosso e verdura diária, havia os prestadores de serviços, como a cigana do realejo e sua melodia de notas pungentes, extraídas no compasso de um fole acionado a manivela. Tudo se enfeixava em ares de saborosa agonia, e os augúrios eram pinçados por um lourico ladino e adivinhador que retirava, do montão de papeizinhos, o presságio enraizado no presente, a florescer no futuro. Além do consertador das tralhas de cozinha, providencial e benquisto, despontava, volta-e-meia, o afiador de facas e tesouras, óculos de lentes pesadas que o deixavam com olhos de cabra e senhor de respeito. A engenhoca que empurrava fazia zunir a pedra em chispas, meticulosamente manuseada a troco de quase-nada.

Havia, de soslaio, as bancas paradas em trilhas de larga andança. Eram os adivinhos da precisão imediata: o bibelô, a presilha de cabelos, a cartela de agulhas, o trim e o bilboquê. Predestinados à camisa de um botão, carregavam nos ombros o

peso dum antigo sacrilégio. Caras tristes e voltadas pra consigo, nem atinavam que há eras o Messias em fúria arreventou-lhes seus tabuleiros e os expulsou da porta do templo. Ah, maldição de que só nossa mãe tinha notícias, e que me as revelava pra que eu notasse os efeitos do destino, nas armadilhas da vida!

Porém, afora os astros do cinema, as estrelas de meu tempo eram um tipo estridente de artista do povo, o vendedor eletrizante, camelô. Chegavam sei lá de que estação, abriam rodas e sinos dobravam. Falavam sem-fim nos eitos curvos das idéias, intercalando atenções a um lagarto dormindo na mala, e que saltava em piruetas e ria feito gente. Demonstravam à distinta platéia uma loção balsâmica que aliviava odores de todo tipo, verdadeiro milagre da fitoterapia amazônica, proibida a sete chaves pelas multinacionais. Ofereciam o unguento filtrado nos mosteiros do Himalaia, de poder curativo não explicado pela ciência, e que dissolvia rugas, combatia a icterícia e crises asmáticas, além do alívio imediato à dor estomacal e inflamações da bexiga. Camelôs do meu tempo eram galantes e hipnóticos, áulicos na arte de vender, sugestionar e divertir. Faziam troça aos ingênuos, arrenegavam dos incrédulos, recitavam toda sorte de conhecimentos, que iam dos mistérios da alquimia à aritmética insondável do nozes-fora. Entregavam seus potes à base de um por três e dois por cinco, entre a cascata de provérbios, o manancial de promessas e um eterno tiú amestrado a dormir fora da cena.

Sem teorias fordistas, estratégias de venda e inventivas no intrincado verbo mercantil, os camelôs eram altivos e soberbos. Entregavam por ninharia o prêt-à-porter que nos cingia em cambraias de ilusão. Não temiam a hora do rapa, nem davam canja ao fiscal da prefeitura. Tinham o povo no resguardo. Vagavam como a semente de sonho que nenhum não sabe donde veio, e fez sonhar. Aportavam nas ruas e se ancoravam nas lembranças. Inda os escuto em vozerios, e na glória de quem viu de perto o riso dum lagarto, fazendo-se herdeiro de uma fortuna impagável: as coisas simples da vida.

Sertão na cidade

Houve o tempo que o país decidiu viajar pra uma cidade. A fazendeirada veio vindo, desacorçoada com a nova era dos pretos livres. Ademais, raleava a fartura do algodão, da cana, do ouro e o café com leite. Ser da roça era tosco, descabelado pelos ventos do além-mar. A caboclada quis ver o mundo por cima, arranhando céus, na eletricidade de imigrantes chispando sorridentes com roupas de domingo, bondes-coriscos da belle époque. O romantismo de campos e lavouras peitou a aspereza do estrangeiro que também viera. Moldou carcamanos, galegos e a turcaçada à elegância dos que cresceram na lida com a terra e tiveram no compadrismo o mourão da esperança. Na matula em pó dos que chegaram da roça só restou o nó da perda e saudade, sopro ancestral de pertencimento ao chão. Era o timbre solene de ser tão honesto e delicado, sacramentado em singelos cantares e nostálgicas canções. Urbanizado, nosso Catulo consagrou a paixão de seu tempo, no hino aos que viemos: “Oh, que saudade do luar da minha terra / lá na serra branquejando folhas secas pelo chão. / Esse luar, cá da cidade tão escuro não tem aquela saudade do luar do meu sertão” (1913).

Na cidade, os menestréis cantavam em tenor, como na missa. No padecer sonhado, tão sertão no coração, Sílvio Caldas era um caboclinho querido. Francisco Alves, Chico Viola no afeto, chorava a saudade brejeira, sumo da terra: “Cabocla é o Brasil bem brasileiro / Brasil verde, hospitaleiro / que descubro em você” (Ary e Burle,1933). Em arrabaldes batucavam tímidos

Mano Décio e Paulinho, também linhagens da viola. Como aroeiras fincadas à beira do banhado, Sá Pereira e Ari Pavão clamavam à moça que se foi: “Deixa a cidade, formosa morena / linda pequena e volta ao sertão / beber a água da fonte que canta / e que levanta do meio do chão...” (1925). Talvez à donzela da mesma travessia, Joubert e Formenti imploraram: “Maringá, Maringá, / volta aqui pro meu sertão, / pra de novo o coração / de um caboclo assussegá!” (1931).

Retratando a solidão cabocla, Lamartine e Ary escreveram: “No rancho fundo / bem pra lá do fim do mundo / onde a dor e a saudade / contam coisas da cidade...” (1931). Encarnando o campônio arredio diante da amada seduzida pelo transitório das calçadas, Leonel e Cascata compuseram: “Cabocla, não lhe dou meu coração / você hoje me quer muito / amanhã não quer mais não!” (1936). E René Bittencourt era só enlevo de um amante a sonhar: “Sertaneja, se eu pudesse, se papai do céu me desse o espaço pra voar, / eu corria a natureza, acabava com a tristeza só pra não te ver chorar”. (1939).

Há o mês tradicional de festas. Ano a ano, nos barrancos dos subúrbios também reaparecem as flores de São João. E sua chama alaranjada acende um banzo, uma saudade, desejo irresistível de voar dali: “Quando eu era pequenino de pé no chão / eu cortava papel fino pra fazer balão” (Lamartine, 1933). Com semelhante querência, Braguinha e Ribeiro poetizaram: “E o balão vai subindo, vem caindo a garoa / o céu é tão lindo e a noite é tão boa. / São João, São João, acende a fogueira no meu coração!” (1933). Em asas da imaginação, outro caboclo se recorda: “Foi numa noite de São João, junto à fogueira, / que eu conheci a cabocla mais bela do sertão. / Seus olhos negros me olhavam de tal maneira / que não mais teve sossego o meu pobre coração!” (Leonel e Cascata, 1936). Em Vila Izabel, outro Rosa lamentou num último desejo: “Nosso amor, que eu não esqueço e que teve seu começo numa festa de São João, / morre hoje sem fogueira,

sem retrato e sem bilhete, sem luar e sem violão...” (1937). Nos anos 40, quando mais cruelmente se fez debandada ao asfalto, Capiba se despejaria em romantismo: “Maria Betânia, te lembrás ainda daquele São João? / As minhas palavras caíram bem dentro do teu coração! / Tu me olhavas com emoção / e, sem querer, pus minha mão em tua mão”.

São vozes donde ressoam raízes de uma nação predestinada. Revivem folhas de diários plangentes que se desfazem, como reclames colados nos muros. Melancolicamente urbanos, derretendo em bocas-de-lobo. Cidade a sós, comandada por vozes vorazes e frívolas. Nação baldia, distante e à pequena distância de canções e poesia, ajoelhada ao evangelho de estranhos capitais. Multidões do êxodo, destituídas de ser tão em si. Eia, trem da vida vai Brasil, solavanco itinerante, longe-perto do sertão!

Das flores calmas do ipê

Tantas vezes me pergunto: por que um sujeito escolado dá bola pra moda caipira. Não seria subcanção, subliteratura, expressão rústica duma gente subtudo? O que faz, ingenuamente, um passatempo simplório, legenda inacabada? Não. O que persiste nesses confins do asfalto – explica-me o cronista – é o descomunal despreço e literal ignorância de burgueses acomodados. Neles pairam os comandos ideológicos e mandatários. Arrogantes, não só desacatam, como tripudiam sobre tudo do despossuído povo. Quase sempre, tais elites não o têm com seriedade ou, antes, fazem-lhe a guerra de desfeitas, exploração e caçoadas. Ao mesmo tempo, de costas para os eitos da nação, festejam o que se realiza no estrangeiro, não se importando se o que lá muita vez consagram seja uma espécie de “arte sertaneja” das estranjas.

Somente pra citar alguns artistas de nascença latina – argumenta o cronista, fazendo indagações –, que tal, só de maravilha, “Amarcord” de Fellini, ou um de seus ramais suburbanos em “As Noites de Cabíria”? Que tal Pirandello em seus contos da gente do Sul, no dialeto “errado” do povo? Que tal a ternura do pescador num mundo ágrafo, analfabeto, a ministrar lições enternecidas a Don Pablo Neruda em “O Carteiro e o Poeta” doutro poeta chileno Antonio Skarmeta? Será – novamente me indaga argumentando – que a distância, a sonoridade doutra língua, a ilusão das cochinchinas distantes levem à fantasia de um ser ideal, abstraído no espaço e no tempo, e só por isso admissível no campo fazedor e das criaturas da arte? E,

sendo assim, o sertanejo se impõe como por demais concreto pra frequentar a imaginação positiva? E o camponês calejado, tão desmascarado e rés-do-chão pra corporificar-se na primazia das majestosas artes, auditórios e galerias. Ou seria mesmo desprezo, asco, resquício imperial num país pobre comandado por uma casta insensível e bacana.

Acatando-se que alguns veios das consideradas belas artes sejam apropriação e superação do dizer, sentir e artesanania do povo, que tal as tragédias aldeãs de Lorca, os filmes dos Tavianni, a árida narração de Juan Rulfo, o retilíneo brasileiro de Drummond, de Graciliano, criaturas soturnas de García Márquez e a lavra da palavra em tantas sagaranas de Rosa? Seriam eles artistas tão divulgados, que suas criaturas não pareçam sentidas na limpidez de um caboclo. Que tal a aspereza incomparável de Güiraldes, o vozerio pantaneiro de Manuel de Barros, o solilóquio gauchesco de Borges, as confissões intimistas nos acordes de Manzanero, o tropicalismo percorrendo léguas em “Bye, Bye Brasil”, a crueza colorida na teatralidade de Glauber e Tarsila? Que tal as sinfonias nativistas de Villa-Lobos, o piano de Jobim, e as cânticos de Violeta Parra, Atahualpa Yupanqui, na garganta crioula de Mercedes Sosa? Que tal o sopró singelo de Renato Teixeira e Gilberto Gil, as vozes dolentes de Pena Branca e Xavantinho, Zé Carreiro e Carreirinho, Vieira e Vieirinha e demais diminutivos portentosos? Que tal Roberto Corrêa, Paulo Freire, Pereira da Viola... tantos artistas de ornato ser tão sufocados?

Nesses artistas – argumenta –, quem canta é o sentir solidário, no dialeto de aldeias e lugarejos, com a limpidez desnuda e crua da linguagem. Condenam os erros gramaticais do povo e só os aceitam como “licenças poéticas” (ai, que tolice! – ele suspira). É que poetizam tão fácil que se tornam difíceis para os que esperam o intrincado das elucubrações herméticas, quase sempre narcisistas, esnobes e excludentes. Pra quem encontra dificuldade no simplesmente fácil – cita-me Mário de Andrade

– “é só tirar a cortina que entra luz nesta escurez... todo difícil é fácil, abasta a gente saber!”. E arremata o cronista: os que exprimem a sabença popular têm que ser fruídos com olhares intrínsecos do afeto e apurado senso de penetração social. Tudo considerado como se a voz do povo, em suas linhas tortas, fosse mesmo a voz de Deus. E a existência dominada por estranhos desejos e enigmas. Essa graça de afetos sobrepassa a fortuna de aguçados saberes, crepitantes na alma cabocla. Moda de raízes, textura, gosto e cor do inhame, lembra fortificante mantimento ancestral. Revive o passado, respira no presente, desperta presentimentos do futuro. Nessa voz, um cantar solene. Reacende a centelha esquecida da fé, desentristece, embeleza e enche de esperança. Nessas alturas, o cronista me convida, doce e elegante: deitemos sob os ramos rarefeitos do ipê, pra que flores brancas nos vejam! Igualdade, igualdade é branca.

O Silva e as drogas

Não foram poucas as vezes que o dever de ofício levou-me ao apartamento de José Antônio da Silva. Numa delas, se não me engano em 1984, acompanhou-me o cineasta Reinaldo Volpato. Recebeu-nos com duplo entusiasmo. O local de pinturas era literalmente a área de serviço, um cubículo de pouco mais de dois metros quadrados, úmido e pouco arejado. Além do tanque de roupas e um varal de arame, apenas um banquinho, o cavalete e um caixote onde se esparramavam pincéis, tubos de tinta, diluentes e panos de limpeza. Em tudo, um pretume enodado. Em sua lógica romântica, o desconforto era positivo. Ponderava que “sem sofrê o artista não cria com sentimento”. Vinha com trajas puídos, incrustados de resinas. Um lenço a cobrir-lhe o nariz e a boca, não menos rijo por camadas de tintas sobrepostas, compunha-lhe a estampa pitoresca. Profetizava: “Não vou morrer intoxicado que nem o Portinari!”.

Impressionado com aquela figura em estado de criatura, o proseio anedótico de quem é certo do que faz, e, principalmente, com a beleza de tantas telas, o cineasta indagou: “Silva, cê usa droga?” Sido invadido na privacidade, negou veemente. Asseverou que nem mesmo fuma e costuma beber, de aperitivo, apenas um copo de cachaça “do engenho, porque faz bem à saúde”. Noticiou que não fica doente e “eu mesmo sou meu médico”. E nos levou a conhecer seu laboratório e farmácia particular. Sabia de cor indicações e posologias, embora visse em muitos remédios serventias não enunciadas. Este cronista pediu pra

ficar com algumas bulas, ao que o artista assentiu. Garantiu que possuía estoque dos mesmos medicamentos e até os receitava aos amigos. Passou a enumerá-los. Quando estava pintando e ficava nervoso, muito emocionado de se lembrar do sertão, bebia um gole de um lenitivo preparado na noite anterior: um comprimido de Lexotan, diluído num copo d'água. Explicou que “serve pra relaxar, porque não é brincadeira o que a gente passa nervo com este ramo da arte, Deus me livre!”. Pra combater toda espécie de micróbios, “porque a cidade de São Paulo é um inferno de poluída”, ingeria, uma vez por semana, num só dia e alternadamente, uma caixa dos antibióticos Gantrisin ou Bac-Septin, repartidos em porções de três cápsulas, ao acordar, antes do almoço, da janta e ao deitar-se.

Além de outros medicamentos circunstanciais, e como complemento nutritivo, Silva tomava diariamente um comprimido de Gevral Super e outro de Endo-Geriol, este último indicado nas perturbações do período pré-senil. Com aparente disposição, seguia tal dieta há muitos anos. Indagado se não considerava insensatez o uso de tantas drogas, respondeu: “Os médico e a crítica diz que eu tenho parte com o diabo, e sou um fenômeno. E atualmente já provaram, tintim por tintim, que tou criando uma nova escola na arte. Chama-se arte da pesada!”. Passou em revista os quadros antigos que não vende por dinheiro nenhum, e os da mais recente safra, expostos com orgulho no espaço que toma, de baixo até encima, as paredes do apartamento. Ficou a admirar o auto-retrato “Viva o Silva e morra as Bienais”. E comentou soberbo: “A bienal queria a minha caveira, mas eu fiz a caveira deles. Que azar, foram mexer logo comigo!” Parou frente de uma tela em que inscrevera: “Sou artista da pesada e louco. Os urubus são meus irmãos. Só pinto o Brasil de ontem”. Noutras, liam-se: “O capeta é um grande amigo”; “minha vida é um paraíso”; “tenho medo”; “guem me engana fica enganado”;

“gosto de pintar as mulheres gostão do meu dinheiro”; “viva os rabos de saias”; “quem gosta de mim sou eu mesmo”.

Solene, atropelando sonhos, José Antônio assegurou que retratava os nus femininos “com modelos ao vivo, contratadas por hora, como os grandes clássicos”. Mas “os auto-retratos de mim mesmo eu pinto de cabeça, lembrando do que sou”. E, aos olhos do curioso cineasta, persistiu ufano e saudosista, a remexer os romances do passado. E a elogiar os predicados de sua nova e doce musa Graciete. E a considerar uma droga a pintura atual que não fosse sua. Tudo, tudo, passeando pelos cômodos de si, palco improvisado da glória ungida pela loucura dos deuses. A pejar num cavalo de madeira soltando faíscas dos cascos e das ventas, entre as cortinas dos sete mil cabedais, no apartamento da rua Tenente Azevedo, São Paulo, Brasil. Eis o Silva, alegre figura, desfolhada – quem sabe? – doutro romance de cavalaria (1909-1996).

Criadores de sacis

Não poucas vezes tenho observado certa apologia à lenda do Saci. Um tanto excêntrica e bizarra, existe até uma Associação Nacional dos Criadores de Sacis. Visto tratar-se de uma idéia, no mínimo insólita, Jô Soares convidou a seu programa membros de tal agremiação. Não eram senhores propriamente “do povo”, onde superstições e folclores são espontâneos e interativos. Os entrevistados dissertaram sobre características, tipologia e a presença dessa entidade na Serra de Botucatu. E testemunharam seus relacionamentos pessoais com tais duendes. Foram momentos anedóticos e descontraídos. Ao final, em meio às gargalhadas, o apresentador indagou mais ou menos isto: “Escuta aqui, além de ‘criar sacis’, vocês fazem alguma coisa útil na vida?”.

Cada um pensa o que quer e como pode. Em nome do folclore, promove-se uma criatura impregnada do racismo que permeia a sociedade. O Saci, na mente e coração dos brancos, é descrito como um menino da cor negra, pernetas e com uma das mãos furadas, impertinente e assustador. Embrenhando-se nas matas (como fizeram os escravos fugitivos), tal ente demonizado espanta o gado, deixa abertas as porteiras, assusta aos viajantes, furta roupas do varal, faz o diabo. Era, e continua sendo, no consenso imaginário, a expressão simbolizadora do preconceito ao escravo e alforriado africano e seus descendentes. Na mente assustada do “sinhô”, era o contraponto anti-heróico, o negativo de Zumbi dos Palmares e tantos insurgidos do cativo.

Muitos abonam a figura do Saci utilizando-se de Monteiro Lobato. Há que lembrar que o consagrado escritor se marca por vários rompantes racistas e polêmicos. Pode-se mesmo afirmar que, em muitos aspectos, sua literatura reproduz os símbolos e dramas morais da aristocracia rural, segregadora e escravista. No “Sítio do Picapau Amarelo”, onde um Saci transita pelas rebarbas, Lobato constrói um universo que deixa claro a hierarquia que demarca o lugar da cozinha e o da sala, o lugar dos pretos e o dos brancos. Sua coletânea de contos “Negrinha” (1920), cujo título dispensa comentários, assim começa: “Negrinha era uma pobre órfã de sete anos. Preta? Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados”. Em “Urupês (1918), distila um oblíquo preconceito ao trabalhador da roça: “A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra; este funesto parasita é o caboclo, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização”. Assim, ao mesmo tempo em que disseminava preconceito, sua prosa moralista sedimentou as perspectivas do “apartheid”, numa sociedade de tradição escravocrata. Por mim, prefiro a imagem reparadora do “Pererê” – um menino comum brasileiro –, no talento artístico e compostura ética de Ziraldo.

Quem defende “o Saci é nosso” parece desconhecer suas origens. Adaptado às respectivas culturas, freqüenta o imaginário de nações européias. É o Fradinho da Mão Furada, em Portugal, mão furada como o Saci, e de carapuça vermelha. Ente maléfico, habita florestas e colinas. Transplantado em países hispânicos, é o Yacy-Yaterê, no Paraguai (repare a semelhança sonora do nome em guarani com “Saci Pererê”, do tupi-guarani). Inferniza as crianças e ameaça entregá-las a seu irmão Aó-Aó, um canibal. Os “sacis europeus”, apresentando formas e comportamentos semelhantes aos do Saci, certamente foram propagados pelos invasores portugueses – mormente os jesuítas – em atividades lúdicas, artísticas e supersticiosas dos curumins. No processo

de aculturação nacional, ditado pelo fervor dominante dos conquistadores brancos, esse “bicho-papão” é um menino negro. Como identidade brasileira, agregaram-se-lhe tintas sombrias de inferioridade racial e preconceito.

Na ficção folclórica, entidades sobrenaturais são estranhas e zoomórficas; o Saci é um garoto mesmo, magrelo e negro. Imagine se seria concebível, no fetiche brasileiro, um menino da cor branca vivendo no meio dos bichos, aleijado, vicioso, desumano, assustador e demoníaco! Toda lenda tem um fundo de verdade. É necessária uma abordagem crítica do assunto, com discernimento histórico, humanitário e sociológico. Racismo e discriminação se escondem sob máscaras imprevisíveis. Parece-me que “criar sacis” é fomentar o sentimento retrógrado do barbarismo de que não vamos esquecer: a escravidão. Melhor deixar que “pequenos demônios” nos venham visitar em nossa pesada consciência, agonias de recordações ancestrais, e em noites de pesadelos das infâmias do passado.

Toscano

O espaço utilitário representado é a mais purificada extensão do ser. Assim como os agrupamentos humanos, as concepções espaciais feitas por engenheiros e arquitetos, e mormente por nós, espontaneamente, são apreensões do universo e simbolizam a edificação de um mundo dentro do mundo. Gaston Bachelard, antropólogo de alcance, escreveu que os espaços de infinitude que projetamos refletem nossa imensidão interior. Foi reparando nas linhas de fuga, instauradas por suaves traços em diagonal de telhados, que me aproximei do artista José Gonçalves Toscano. Tais linhas, em duas águas, com uma extremidade apontando o radical da terra, outra, o misterioso firmamento, sintetizam acolhimento e proteção (o telhado em si) e, no sutil traço de desenho rumando ao infinito, a própria humanidade em suas dimensões corpórea e espiritual. Com estes atributos, o artista, alicerçado na imensidão de sua verve, comungava com “clientes” e espaços urbanos. Produziu idealizadas e majestosas formas que aí estão e, independente de o engenheiro ter-se ido, ficaram.

Conheci Toscano inda pequeno. Ao reencontrá-lo, nos idos de 68, não o associei ao menino da loja de tecidos. Na ebulição daquela época, uma canção da tropicália ensinava que bumba-meu-boi e rock-'n'-roll eram gingos da mesma dança. Enquanto a repressão nos tingia de medo, os teatros Oficina e de Arena davam gritos de vanguarda pelo no ar; a Poesia Concreta exortava a sonoridade das letras no espaço e Glauber Rocha era

aclamado nos Cahiers du Cinéma. Toscano, apeado de Natal, Rio Grande do Norte, exprimia o suco fervoroso desse tempo. De um lado, a escuridão que recusava; doutro, a vocação esparramada em luminosa prancheta. Seus desenhos eram música no espaço, um pouco blues, um tanto Beatles, Caetano e Vandrê. E, sal da terra de Câmara Cascudo, outro tanto baião, maracatu, o aboio empoeirado, o martelo-agalopado e Patativa do Assaré.

A arte aplicada à ciência de Toscano parece melodia – que só é tempo –, nas asperezas físicas do chão. Formou-se na USP de São Carlos, onde lecionou. Voltou a Rio Preto. Estabeleceu atelier de engenharia e fez dele requintado estúdio, brasileiro moderno. Com acuidade técnica, social e estética, projetou e construiu impressionantes 800 mil metros quadrados em muitas cidades do país. Era um camarada sonhador, gregário e generoso. Tinha o olhar de quem vê docemente, e se estende no outro. Recusou, em linha direta, o modismo de escolas arquitetônicas. Instintivo, absorveu o estilo clássico e fez dele, transfiguradamente, uma grife. Seu design mesclava a rigidez de complicados cálculos, eficácia, a geometria dos ângulos retos, sóbrios, em primitivo e sensual desenho. E, sobretudo, compreendia etnologicamente o que seja uma casa, instância elementar do convívio, tudo em simetria ética e funcional, e em formas de beleza que o sublinhavam como artista no tempo e cidadão no mundo.

Traduzindo o paradoxo de existir, Fernando Pessoa escreveu que “a alma é grande e a vida pequena.” Recordo meu amigo com delicada saudade. Construtor que erigiu formas em texturas e cores, inda posso auscultá-lo no ritmo de seus engenhos de concreto, vergalhões, imbuías e granitos. Entrevê-lo em silhuetas de edifícios, graciosos como totens emoldurados de céu. Presenti-lo em colunas e telhados que, de tão leves, querem flutuar. Percebê-lo pulsante, criador, acenando gestos de imensidão, cimentando acordes de simplicidade, em requintada partitura musical: sua vida de elegante cavalheiro e refinado artista (José Gonçalves Toscano, Natal, 1943 – Rio Preto, 2000).

Sobrenomes e apelidos

No princípio, quando o mundo então pequeno, cada gente era a si mesma, e bastava tê-las nos olhos. Mas se as quisessem referir, havia que nomeá-las em pequeninas palavras: Eva, Levi, Caim, Zé, Esaú e Lia... Mas por escutarem o imperativo das alturas e, sobretudo por amarem isso, os viventes foram fecundos e se multiplicaram. E em pouco, o planeta se viu cheio de Elias e Josés, Marias e Zacarias, tantos, que necessitavam de fazerem-se específicos: “Severino da Maria, do finado Zacarias, lá da Serra da Costela, limite da Paraíba”. E pra distinguir dos demais, alcunharam-se Felipe da Macedônia, Alexandre, o Grande, Manuel, o Venturoso, Isabel, a Redentora e Fernando, o Caçador de Marajás.

Nesse meio-tempo é que inventaram os apelidos de família ou sobrenomes. Se o ancestral se orgulhava do lugar onde nasceu, fazia herdeiros os de Coimbra, de Pádua, de Lisboa, de Assis, de Toledo, de Holanda... Toscanos, Romanos e Parises. Ou os do Vale, do Monte e Monteiros, da Rocha, do Prado, do Rego e Ribeiros. Predicados dalgum patriarca prolongar-se-iam nos Calvos, Penteados, Morenos, Verdes, Brancos e Negrões, Furtados, Veríssimos, Francos, Buenos, Leais e Severos. No mundo inda pequeno, o fruto das vegetações gerou estirpes de Ramos, de Carvalhos, Oliveiras, Pimentas, Pinheiros, Pereiras, Arrudas, Figueiras, Nogueiras... E bichos: Pintos, Galos, Aranhas, Baratas, Raposos, Aguiares e Bezerras. Se o senhor de antanho achegava-se ao pescado, infundia linhagens de Vieiras, Sardinhas, Peixotos

e Camarões. Na respiração de toda vida nasceram também Machados, Espadas, Barbeiros e Zapateros.

Com abundância de poder e o apetite de ter mais, inventaram de retalhar a terra e negociá-la aos metros quadrados. É que, pra ter tudo, uns poucos apelidos houveram-se no direito de dominar os outros. E tiveram, inda mais como correto, que uns senhores extorquissem corpo e alma a seus escravos, confiscando-lhes té mesmo sobrenomes. Assim, da escuridão, surgiram tantos da Silva, de Jesus, dos Santos, dos Anjos e do Espírito Santo, além dos que, de tão pobres e inexatos filhos, vieram à luz pelo encanto do próprio Nascimento. Entre vencedores e vencidos, brotaram minas de mágoas, marés de ressentimentos. É que se fez natural, como na selva, que um Leão devorasse os Carneiros; um Lobo, aos Coelhos; um Mercadante, aos Ferreiros. No tumulto, deram-se invasões em nome da lei, da cruz e das moedas, embargos e contravenções da ética. Laços de sangue já eram supremas senhas do conseguir. Valia ao fidalgo o pedigree familiar, um sobrenome tão extenso e extenuante que desfalecesse o vassalo.

Na teia dessas linhagens, Pedro II, num povoado Brasil, veio a ser Sua Alteza Real Don Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga. Girando na correnteza, houve um José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Nascido e residente em Maranhão, é senador pelo Amapá. Tudo tão real quanto o apelido Sarney. O retificado sobrenome é romanesco. Era-se progenitor um coronel chamado Ney, tratado como lorde pelos invasores britânicos: “Sir Ney”. Ungindo-se do apelido herdado e seu encanto ornamental, esse José foi arauto civil da ditadura vigente. E, assim, elevara-se ao poder na república. Passaram-se quarenta anos e está sentado à direita de Lula, pra julgar vivos e mortos. Esse último, que acrescera ao sobrenome a corruptela afetuososa de peão, fê-lo pra tilintar no coração da plebe que um

dia foi operário. Nas veredas do tempo, um atende pela ilusão de lorde inglês; o outro, pelo apelido de senzalas e cortiços. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades...” Eia, vasto mundo e o sincretismo de estranhas fusões; eia, o velho planeta das acomodações venais e ordinárias! Eia, estirpe dos apelidos incríveis e ardilosos, que enxameiam nos meandros intestinos de um país!

Tal sesmaria tem seu hino bordado em tom sentimental: “Escrevi teu nome neste meu lencinho, que tanto estimo, branco por inteiro: Isabel de Lourdes Souza Admertides da Fonseca e Silva de Leão Monteiro. Hoje olhando o lenço sei porque que é, que o nosso amor há muito tempo que não deu mais pé, é muito nome pr’uma só muié, e pra esse seu criado que atende por Zé” (Wanderley Doratiotto). Zé, que tem a si na virtude dos olhos, de déu em déu... Zé-ninguém. Dos Anzóis.

Dinorath e o trabalhador

Amanheceu morta num sábado, dia da criação. Deixou na máquina o artigo de domingo. Como abstração em desenho de seu rosto, os conformes de existir renderam-lhe reverência tirando-a do sofrimento no Dia do Trabalho. Foi um absoluto e solitário feriado.

Poucos penetraram com tanta agudeza a alma em subúrbios de uma cidade pra desvelar os percalços da vida. Falando por imagens, seus relatos, ao mesmo tempo em que denunciavam injustiças, gritam solidariedade. Conjugando ficção e memória, auscultava o cotidiano, servia-se de notícias, reciclava os dramas domésticos para alcançar o cerne espiritual dos humildes, espia dos corações angustiados. Eis fragmentos de algumas obras que, como a incansável mulher, enfocam o trabalhador.

O conto “O Jeito” (“Idade da Cobra Lascada”) é lacônica tragédia de um desempregado. Preso por enterrar o filho no quintal, explica seu desatino a uma autoridade: “Eu pensei, sabia que não ia ter jeito. Se conseguisse o registro [de nascimento] ia ter que arrumar o óbito. O menino não foi no médico... Se achasse os papel tinha que ver o caixão. Não tenho nenhum tostão em casa, doutor, estamos passando falta...”.

No romance “Pau Brasil”, o desespero materializa-se num fluxo de consciência. Diante do filho morto, um trabalhador exalta-se em ira e autopunição: “Estou cansado de passar fome, de dever o aluguel, de fingir que comi, de calçar sapato furado. E de não ter leite pro filho, nem caderno, nem roupa. Malditos

poderes, maldito mundo, malditas pessoas como eu que não fazem nada... Tenho sede de ter ordenado, de ser suficiente e pôr comida e teto, remédio e educação dentro de casa! Eu matei meu filho! Não roubei leite, não esfaqueei o dono da farmácia pra ele viver. Maldito seja eu, pai desnaturado!”.

“Enigmalião” romanceia o dia-a-dia numa escola. Em dada passagem, o velho bedel tem um choque de estranhamento. Sutil, a narradora enfatiza as dificuldades para a ascensão dos discriminados: “Seu termostato controlador de mensagens acaba de detectar algo novo e a resposta é uma referência de sinais: a professora era preta”.

Confessional e íntima é “Memórias da Menina do Povo”. Lírica e comovente, são flashes de relações familiares, júbilos e sobressaltos. É a voz da escritora-menina, amante dos estudos: “No dia primeiro, o pai chegou cedo do serviço, chamou o Ramiro. Foram à cidade comprar o dicionário. Era uma boa notícia, ficamos esperando o livro que tinha custado tantos dias sem pão”. Sublimando o saber como evento mágico, exclama: “chegou embrulhado em papel azul”.

A novela juvenil “Totó Piruleta”, avessa dos contos-de-fada, é uma cruel evocação das tiranias. Narrada na percepção dum garoto de vila, mostra como a brutalidade de um amestrador de bichos se projeta na família: “D. Cecília também usava carrana! Uma carrana invisível que seu Quinca empurrava pescoço abaixo. Rasteja! Fiquei assustado. Ela vivia sangrando, só que era sangue invisível”.

Minha amiga tinha o condão dos ensinadores: alumiava o escondido (Dinorath do Valle, 1926-2004).

Os filhos de Antônio

Antônio comeu o pó do cerrado em Buriti Alegre. A enxada, de cujo aço brota o mantimento, está afiada pra lua crescente. Ao roçado dão nome “Fazenda Catonha”, afetividade goiana, espremida em latifúndios. Chegam os filhos Rubes, Delma, Delúbio e Carlão. “Ai de quem maltrate gente minha! Se vê feio comigo.” – ruma o velho e lambe a paia do cigarro. O almoço é de festa: galinha caipira, lagarto recheado, peixe, salada de palmito, cerveja e guaraná. Naquelas horas, longe dali, determinava-se: o aniversariante seria expulso do partido.

Delúbio sorri com boca fechada, escondendo a denteição irregular. É que vieram uns amigos do interior. Com voz anasalada e sonsa, o português esculhambado denota o berço de quem ficou na cartilha do ABC e gritou que o povo unido jamais será vencido. Fez coisa errada pra burro, talvez em nome da “causa revolucionária”. Tomou para si o peso dos pecados e o espinho traiçoeiro do pequi: o companheiro Lula diz que não sabe de nada. O camarada Zé, idem; Genuíno, que evaporou, também; o frisson Marta e Favre, psiu! O samurai Gushi... quem? Palocci em redondilhas, afeito à medicina, decerto imagina que dólar cai do céu.

Sem delações ou chantagens, virou pinga da brava mastigada com torresmo. Tesoureiro do dinheiro escuso, suscitou gargalhadas, bajulações, fez a classe operária ir ao paraíso. Antônio Soares não acredita nas blasfêmias contra o filho, orgulha-se dele, bonito, terno azul, televisão. Ao pai, explica meio acanhado: “Se eu ser expulso, fui”. É a vida.

Vamo batê lata

Se existe um inseto vilipendioso que infesta os quatro cantos do país, esse é o corrupto. Escabroso e obscuro, ausente de escrúpulos, semeia a perversão dos hábitos, a depravação das leis, vampirizando a existência. No intrincado estamento dos achaques, é a lesa-pátria que extrai benefícios pessoais do cargo público. Serve-se dele em vez de servir. E se alimenta da miséria, precariedade dos serviços e atraso da nação. Pra resguardar-se em nebulosa teia, é acobertador de operações nefastas de outros corruptos, alastrando seus ovos, contagiosamente.

Na história brasileira da corrupção, chantagem e nepotismo (duas variantes dela) se firmaram em “Certidão de Batismo”. Embora a esquadra de Cabral tivesse encarregado cronista, a carta de Vaz de Caminha traz intenção indisfarçável no último parágrafo. Usando tráfico de influência junto à autoridade, o missivista conclama o rei a conceder perdão ao genro, um tal de Jorge de Osório, picareta reincidente, degredado na ilha de S. Tomé. Eis o trecho: “E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida. Peça que, por me fazer singular favor, mande vir da ilha de S. Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que receberei com muito agradecimento. Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500”.

Germinados das rebordas, há os corruptos nanicos a surrupiar migalhas nalguma repartição; há os tubarões vorazes, provinciais e mundanos, cometendo improbidades, corrompendo histórias de vida. Na recente marcha republicana, um chefe de governo foi enxotado com mãos enlameadas; o seguinte, principesco e diplomado, recomendou que esquecêramos do que houvera escrito e literalmente deu dinheiro a tribunos em troca do poder. O atual, retirante, ágrafo e severino, deixou claro que devêssemos olvidar do que disse. Atacado por acefalia que desnorteia o próprio cinismo, começou por declarar que nunca fora um militante de esquerda. E, assim, imaginando despegar-se da aura combativa que o trouxera à glória, convida trapaceiros ao desjejum em palácio, bajula-os como pedestais da pátria, premia-os com verbas e cargos alegando pressupostos de governabilidade. Ex-parlamentar atarracado em carrancudas barbas, negaceia sua voz em plenários, uma das quais mencionada pelo artista – uma cantiga em forma de rap, gravada há dez anos: “Luiz Inácio falou, Luiz Inácio avisou: são trezentos picaretas com anel de doutor. Eles ficam ofendidos com a afirmação, que reflete, na verdade, o sentimento da nação. É lobby, é conchavo, é propina e jeton, variações do mesmo tema sem sair do tom. Brasília é uma ilha, eu falo porque sei, uma cidade que fabrica sua própria lei” (de Herbert Vianna, no disco “Vamo Batê Lata”, 1995). Hoje, mobiliza velhos amigos e o arsenal de convivas de segunda ordem para abafar a conspurcação dos mesmos picaretas.

Que faremos além de sentir engulhos; como reagir a vilões escudados por adiposas barrigas e prerrogativas? Ah, argamandéis da esperança, enxames rasando horizontes do charco e que leis não os alcançam porque foram feitas a fim de acobertá-los! Ah, balconistas das tramóias, corretores do embuste, artesãos da fraude, espoliadores que aniquilam a nação! Nós os esconjuramos como espólios duma corrompida carta batismal! E por engendrarem noites assim como esta, tão faltas de poesia. Que nos escutem: vamo batê lata!

O ébrio

Sai em DVD edição restaurada de um filme antológico: “O Ébrio” (1946) de Gilda Abreu. Entre os extras, e também da diretora, o curta-metragem “Canção de Amor”, sobre o marido Vicente Celestino. Em ambos, as novas gerações têm contato com a importância do produtor Adhemar Gonzaga e a Cinédia para cinema brasileiro, e a real dimensão do tenor Vicente Celestino, também ator, compositor e dramaturgo, uma das maiores personalidades da música popular. “O Ébrio”, em estilo e temática, recorre aos maiores (e melhores) emblemas do neo-realismo italiano.

“Bye, Bye Brazil”, de Cacá Diegues, presta homenagem ao filme de Gilda Abreu. Ao mesmo tempo, lhe é fundamental como síntese: o personagem itinerante Zé da Luz (Jofre Soares) percorre os confins dos sertões exibindo uma velha cópia de “O Ébrio”. É filme dentro do filme. E, como num espelho, vê-se o Brasil religioso, festeiro e resignado com os acontecimentos. Seu povo – espectador e personagem – é marionete da vida e comandado pelas cordas do destino. O estado de embriaguez, irmão do sofrimento, é fato decorrente. E, pois, tem o consentimento e indulto coletivo.

“O Ébrio”, na linha melodramática tradicional e circense, conta a história de Dr. Gilberto, um interiorano que enfrenta obstáculos para formar-se médico. Enganado por amigos e parentes, e traído pela mulher, torna-se ébrio e vaga sua agonia pelas ruas do Rio de Janeiro. Nessa fábula, aos olhos de hoje,

passado e presente, campo e metrópole se contrastam. E estimulam reconhecimentos. A platéia se condói do personagem. Sendo anteriormente “um vencedor”, simboliza “o que almejaria ser”. Padece com a derrocada de Dr. Gilberto (é comum a identificação com o sofrimento dos “superiores”). E essa é a chave da interação sentimental com o agônico protagonista e suas desventuras.

“O Ébrio” impõe uma equação relutante entre o emotivo simplório e rural de nossa história e a modernidade posposta de um país que começava a desenraizar-se. No enredo entrecruzam-se três focos: o cinema como imagem, o de uma voz narradora explícita e o dos monólogos musicais do personagem. O clímax desse feixe é a canção-título: “Tornei-me um ébrio e na bebida busco esquecer / aquela ingrata que eu amava e que me abandonou. / Apedrejado pelas ruas vivo a sofrer, / não tenho lar e nem parentes, tudo terminou...”.

A obra de Vicente Celestino, rica e espessa, inclui operetas, teatralizações de autores líricos como Bizet, Verdi e Puccini, canções e filmes de notável empatia. Muitos críticos sequer o citam; por expressar símbolos “do povo” consideram-no prosaico e cafona. Nossa tendência a desmerecer o que é nosso refere a “O Ébrio” com ares de deboche. Isto são sinais de insensibilidade e estreiteza intelectual.

É desse país autêntico que Cacá Diegues se despedia em seu “Brazil”, dando-lhe um simbólico “bye, bye”. Eis a contradição: preferimos o pretensamente chique e estrangeiro ao radicalmente nosso. “O Ébrio” restaurado é um luxuoso empreendimento. Faz-nos repensar um filão de identidade brasileira e que não pode ser ignorado. Taí um precioso mimo de natal.

Supremo tribunal

Começam no Senado as discussões que visam a alterar o sistema de nomeações de juízes do Supremo Tribunal Federal. São escolhidos pelo Presidente da República e homologados pelo Senado. Collor indicou o primo, Marco Aurélio, encetando o “supremo nepotismo”. Nelson Jobim, dado à política, sonha em ser vice de Lula. E Lula, dos onze juízes, nomeou quatro, que lhe são agradecidos.

Isto é direito? Árida pergunta a um cronista leigo em tudo, mormente em assuntos que, além do corriqueiro, atingem a suma dimensão do que seja... Supremo. Se algumas togas cá embaixo se fazem sentir encarnação de Javé, impedindo que simples mortais lhes dirijam a palavra, que se dizer desses Supremos Magistrados?

É de exigir que tais Juízes dos juízes sejam humanistas da mais alta compenetração do Direito, cultos, eruditos, reverenciados por doutores da vasta ciência. Na excelsa função, acima dos tribunais, personificam o derradeiro grau de apelo, a insigne junta guardiã da Carta Magna. Situados na dimensão suprema, estão além, em autoridade, para os extremos conflitos e jurisprudências. Para a augusta missão, recebem os mais altos proventos entre os funcionários da República.

Dia desses acompanhei uma sessão do Supremo. Na pauta, a apelação dum deputado. Espantei-me com o tom rasteiro das conversas, gracejos e futilidades, e a voluntária servidão desses juízes aos interesses políticos que os nomearam. Fiquei pasmo porque ali, ao vivo, banalizava-se o amor pelo Direito. Eta, Brasil torto, que precisa endireitar!

Véio Tatau

Cabeçudo nordestino, gabiru atarracado, no peito um tanto estufado mal cabia o coração. Fui visitá-lo no derradeiro dia da doença rúim. Sumindo no leito, era inda condescendente pra sonhar. Brincou que, ao liberar-se do hospital, subiria num bar-ril de chope e de lá despencaria desmaiado. Iluminava-se-lhe a eterna paixão na cara morena, acaboclada. Mas via-se que, irremediavelmente, se ia murchando com ele o tempo em que a sintonia do rádio era a ribalta de canções, personagens e vozes. Por detrás da cortina da distância, o radiouvinte imaginava cenas, conjeturava situações, gestos e cores, a seu jeito livre de sentir.

Bottas, com alegria e estilo, subiu adolescente ao palco eclético das emissoras. E deu-se especialista do talento em configurar tipos humanos. Encarnou o cronista da alta sociedade, na voz impostada, elegante e o linguajar entremeado de estrangeirismos. Noutra audição, ao som de grandes orquestras, anunciava as fitas do cinema. E, romântico, entrava em cena pelos versos de J. G. de Araújo Jorge: “Infeliz de quem passa pelo mundo / procurando no amor felicidade / a mais doce ilusão vive um segundo / e dura a vida inteira uma saudade.” No jornalismo policial, tomava-se da sonoplastia tensa e locução alarmista com ares de denúncia. Poucos foram mais fluentes na leitura de um reclame ou no texto da notícia e, nos estúdios que se abriam ao mundo, resolvia-se impassível nas surpresas do improviso. Mas, gente simples do povo, fez-se morada nos programas sertanejos.

Herdou de Zacarias Fernandes do Valle, da antiga PRB-8, seu personagem mais querido: o Vêio Tatau.

No imaginário, a “Fazendinha do Vêio Tatau” era transmitida dum lugarejo incerto da roça. No fundo sonoro, vozes de vizinhos que passavam e o barulho incessante dos pássaros, bichos e criações do terreiro: galinhas, porcos e cachorros. O animador era um velhote assanhado de esperteza, às vezes ranzinza, às vezes gagá, ralhando ou pedindo favores às crianças. Amante do pito de paia (Bottas nem era afeito aos cigarros), tossia fundo, pigarreava e, arfante, suspirava no cansaço da velhice. Inventando palavras num dialeto de sertão, anunciava a hora certa (“pra mor de desorientá o povo”), badalando colher num fundo de panela. Como no palco de costumes caipiras, atava-se a outros personagens pelos laços de família, da amizade e compadrio. Eram, no humor ingênuo, “Isidoro Nortista, cumpade de batizamento dos meus fios bãozinho – o Chiquinho Capeta e a Cidinha Satanais –, a cumade Marculina, minha esposa-muié, o veio Amanço, meu avô de crismação, o cumpade Zeca Gome, corcunhado do meu irmão, o cumpade Dudu, e a cumade Gerulina que tamém é corcunhada da cumade Totonha...”. Vez em quando, com a própria voz, tais criaturas vivificavam quadros do programa.

Bottas foi idealizador e apresentador da “Porteira do Oito”, programa regionalista da TV Record. Pioneiro na televisão nacional pela ambientação rural no Centro-sul, ali se revezavam o artista consagrado e iniciantes como Chitãozinho e Xororó. Porém, nascido e criado no rádio, não deu certo na TV. Sua figura jovem frustrava o desejo imaginário do radiouvinte. Viase, no realismo das imagens, o viço de um moço arremedando o velho sedimentado na imaginação. Além de locutor, radioator e repórter, Tatau atuou na mais antiga companhia teatral da cidade, o GTR, comandado por Néelson Castro. Foi ator do faroeste “Trama de Sangue” (1965), acompanhado doutros loucos pelo rádio como o Toledo, o Ziroldo, o Amêndola... Filmado por

Arlindo Massi, era mistura do prazer e da ventura, na incurável paixão da mocidade.

Dele ressoam marcantes passagens. Saudava-me como o “professor que estudava e escrevia sobre nós”. Certa vez, passeando pela redação d’A Notícia, eis que chega repentino o triunfante repórter: “Parem as rotativas – ordenou. Coisas lindas aconteceram!”. Os fatos e as fotos de uma tragédia terrível eram a morbidez impúblicável. Tatau sentou-se à máquina e, comovido, chorou feito criança. Escrevi-lhe o texto como pude. Sombreados de infortúnio campeamos um bar. Em pouco, entrelaçamos no vozeirio de humildes esquecidos, boêmios, e que brincam na memória. Por certo, se elevariam pelos campos de astros e estrelas da vida real, na radiofonia criativa e multifacetária de um Antônio, Totonho, Tatau. Sorria pra espantar a morte. Flutuou agraciando um microfone, no encantado mistério da existência, sorvendo o amarguinho de um último e sonhado chope (Antônio Carlos Bottas, Salvador, 1943 – Rio Preto, 1991).

As invasões bárbaras

“As Invasões Bárbaras”, do canadense Denys Arcand, constituiu-se num dos mais sensíveis filmes que passaram por aqui. No enredo, o professor de história Rémy, abatido pelo câncer, reúne velhos amigos pra fechar as contas de si mesmos, rediscutir sonhos e desalentos projetados na vida. Os diálogos são tragicômicos e devassos, como que a espantar a sombra da morte que avizinha. Em dado momento, no alívio da dor pela injeção de heroína, e ante do tumulto de 11 de setembro de 2001, Rémy dirige-se a uma missionária católica que o visita: “Por que vivemos numa época terrível? Pensando bem, não foi tão terrível. Ao contrário do que se diz, o século 20 não foi tão sangrento”. Passeia pelo quarto e rememora com sarcasmo: “Admita-se que as guerras fizeram 100 milhões de mortos. Acrescentem-se 10 milhões nos gulags da Rússia... Nos campos chineses, digamos, mais 20 milhões... Um total de 130, 135 milhões de mortos”. E contrapõe, com humor-negro e cinismo: “No século 16, espanhóis e portugueses conseguiram, sem câmaras de gás, nem bombas, fazer desaparecer 150 milhões de índios na América Latina. Deu trabalho, irmã, 150 milhões de pessoas, a machadadas. Mesmo com o apoio da sua Igreja, foi um grande feito, não há como negar! A ponto de holandeses, alemães, ingleses e americanos se sentirem inspirados e massacrarem mais 50 milhões. Um total de 200 milhões de mortos! O maior massacre da humanidade foi aqui, ao nosso redor... Ah, irmã, a história da humanidade é uma história de horror!”

Não desejo questionar se exatidão da matança aludida por Remy reflete o escárnio do historiador a seu conhecimento dos fatos históricos. Ironiza a vida e a morte no corpo existencial que falece, e na alma que definha. No lampejo cinzento de sua própria ironia, no entanto, fala de invasões sanguinárias como quem, tomado da angústia, contabiliza crenças destronadas, panfletos carcomidos pela traça ou quinquilharias inúteis. Somatizando na doença a decepção dos homens, remete à sanha devastadora dos “civilizados” diante de corações desarmados e generosos, em virginal pureza.

Consternado (sou bisneto de uma jovem restante da nação Pataxó), fui a reler relatos do achamento do Brasil. A famosa e comovente Carta a El-Rei D. Manuel, de Pero Vaz de Caminha, relata o encontro dos descobridores com os ancestrais viventes da terra, dando-se, após, início às bárbaras invasões. Entre as descrições geográficas e etnológicas, o cronista desenha o contorno dos costumes, crenças e temperamento dos indígenas por aqui nativos. Estima-se que havia no Brasil oito milhões de silvícolas orando e cantando em mais de 120 línguas distintas. Em qualquer trecho que na Carta se percorra, confirma-se a tese da “bondade original” do ser humano, de Jean-Jacques Rousseau, subvertida pelo afã de possuir ou, o que dá no mesmo, não querer compartilhar. Atesta o escrivão e navegador lusitano: “andavam muitos dançando e folgando, uns diante dos outros. E faziam-no bem... Passou-se então para a outra banda do rio. Diogo Dias levou consigo um gaiteiro com sua gaita. E meteu-se a dançar com eles, tomando-os pelas mãos. Eles folgavam e riam, e andavam... sempre com os nossos, como se fossem mais amigos nossos que nós seus. Esta gente é boa e de bela simplicidade”.

Ainda que menos divulgado, outro testemunho de navegante é a “Relação do Piloto Anônimo”, escrito após a volta da expedição a Lisboa. Informa que “aqueles homens andavam pescando nas suas barcas. Um dos nossos foi onde eles estavam, e

apanhou dois que trouxe ao Capitão-mor, para que ele soubesse que gente eram. Os naturais ficaram muito contentes e maravilhados das coisas que lhes haviam sido mostradas.” Repara que “eles entravam no mar até aos peitos, cantando e fazendo muitas festas e folias. No outro dia voltamos à terra em busca de lenhas, e os naturais vieram conosco para ajudar-nos”.

Por fim, busquei uma correspondência menos conhecida, de Joan Farás, físico e cirurgião da esquadra de Cabral. Nela, informações astronômicas esquadriavam aos interessados de Lisboa as sendas marítimas de chegada à Terra de Santa Cruz. Pela primeira vez é descrita constelação do Cruzeiro do Sul. Solta no espaço, a cruz magna e bela do Sul – cordão umbilical do amor, do suplício e da fé – seria o alento sagrado de um país e, por discórdia, o traçado a apontar do infinito outros enredos de infames histórias: as invasões bárbaras que se deram à terra ambicionada. Guiadas pelos luzeiros do céu, naus ambiciosas e lascivas penetraram planícies, florestas e montes. E, na rotina do massacre, sem bombas, nem câmaras de gás, dizimaram inocentes corações.

Anjos caídos

O diacho é negra pulsação no coração dos povos. São lendários os seres angelicais e santificados do cristianismo; o tinho, ao contrário, é mítico, e sobrepassa os tempos e confins do mundo, fincado na raiz das trevas. Demonstra-se em aparência na figura de um jovem sagaz, falastrão, atrevido e bonito. Mas, despido de ardilosas metamorfoses, o demo é meio homem, meio cabra, orelhas pontudas, chifres e asas e a ponta da cauda bifurcada. Denomina-se Mefisto, Satã, Capeta e Demônio. ...E Lúcifer – o que carrega a luz. Vive no mundo inferior, porão dos inferos: os infernos. Anjo rebelde precipitado no abismo, pai da mentira, da fraude e da calúnia, príncipe das tentações malignas, vieram a ser também diabólicos os humanos que com ele pactuam. Estes que nascem da terra, e corporificam o mal, formam a caterva de indivíduos inescrupulosos, usurpadores, venais e charlatães.

Gastaria sete palmos desta crônica sombria a enunciar nomes que o identificam. Contudo, é mal-agouro pronunciá-lo. Assim, o coisa-ruim e os humanos pactuados, os aludimos como o cujo, o mofino, o sujo e arrenegado, o futrico, o caneco e o canheta excomungado, o cão, o temba, o catingudo e tignano, o labrego, porco-sujo, belzebu e condenado, o sarnento, o coisa-à-toa, o mofento e desgraçado. E, tido como a extremidade inferior dos bichos, atende por pé-cascudo, pé-de-cabra, de gancho, de pato, de peia... Foi ele que, emergido das trevas, atentou o

filho de Javé, a todos os profetas e aliados do bem, pra puxá-los ao reino das sarjetas, dos bueiros e abismos.

Entre os comuns mortais, são inumeráveis as encarnações reais ou imaginárias do dito-cujo. Talvez engendrado nos cafundós antigos da alma – a tragédia de Adão –, o personagem Dr. Fausto é um desses cabrões conhecidos há séculos. Em carne e osso, deve ter sido um astrólogo chamado Johanes Faustus, que teria vivido entre os séculos XV e XVI. Pactuado com o sobrenatural e desfrutando da fama de adivinho pela invocação dos espíritos, viveu entregue à enganação e prazeres da mesa, do dinheiro e do prestígio. Freqüentou anteriores livros, mas em Goethe, o drama faustino se desenha numa das maiores inspirações da criação universal, comparada ao Quixote, Pietà e Monalisa. Revelando a zona sombria da consciência, sobrevive nos folhetos de feira, no lenho dos figureiros, nas letras de Thomas Mann, em todos os recantos e, entre tantos, em Eça, Machado e Pessoa. Simboliza a face torpe, a soberba e ambição insaciável de aniquilados viventes. É encarnação da duplicidade de conduta, do pervertido, daquele que, nos códices do passado, vendeu a alma a troco da fama, conhecimento e juventude. Nos tempos atuais, em que a acumulação de riqueza é templo dos soberbos, e se traduz na forma fria de escrituras e dinheiros, a tragédia de Fausto exprime o destino do condenado à noite sem remédios, à angústia insondável do mundano. Simboliza a indústria do insulto a insuflar o maligno sobre os campos e cidades; exprime o que se veste do poder do capital e decreta embargos criminosos, obscenas transações, instiga a lei do mais forte entre os mortais, a discriminação e o medo. Alicerçado nos baixos instintos, Fausto convalida a sina do pobre-diabo esvaído do entendimento, que corrompe a vida, tingindo-a com o negror vil da traição e da mentira.

Eis o maligno, imaginário ou transitando entre nós, excelso ventre da maldição, a encharcar tapetes de cortes, palácios,

câmaras, cartórios, bordéis e repartições públicas. Eis os ignotos ladrões, rapinóias declarados, chantagistas zurros, faustos culpiciados, convictos e impunes, a vagar despreocupados pelas frestas da existência! Ah, quantos conglomerados, quantos bandos, quantos espertalhões acima da suspeita infestam pequenas e grandes sesmarias! Risonhos e apessoados, nomeados ou eleitos, travestidos em políticos, legisladores, escroques e doutores, fazem da alma satânica o portal de suas vidas. Anjos caídos e desconsolados, definham a cada ato da demônia comédia que protagonizam. Definham! – repito. Tudo em razão de uma sentença escrita nos tempos: para além dos demônios e dos pobres herdeiros de Fausto, um deus – o incenso d’alma – sobrepassa pelas sendas do mundo e, nesta terra do sol, comanda o assopro imensurável da justiça, força imortal da ética e da virtude, perenne, redentora e singularmente bela. Chô, corruptos!

Vós fumáveis

Respiramos o horizonte embaçado das guimbas e bitucas. Carteiras de cigarros expõem fumantes com moléstias vasculares, cardíacas, o enfisema, a agonia asmática e o pulmão defumado, o câncer em tenebrosas metástases, membros amputados, necroses e dentes podres, a impotência, o bebê entubado, o natimorto da gestante viciada e até o roedor estatelado por efeitos do arsênico inalado por fumantes. O Ministério da Saúde adverte; seus mandantes nada fazem: a fome tributária urra mais que a etiqueta. Hipócritas da virtude, escondem-se por detrás de um fingido respeito à liberdade e livre-arbítrio. Na outra ponta, a fabricante de cigarros encarta em seus maços singular aviso, dissimulando a vontade em difundir os malefícios de fumar. Ah, cinzenta plenitude dos cinismos! Se essa peste é tão a causa da ruína, por que não a incriminam ou cessam de fabricá-la?

Em eras remotas, o cigarro tinha o dom de afugentar os maus espíritos. Em sagradas pajelanças, guerreiros recebiam lufadas de fumo exortando a força e a coragem. Fumar simbolizava comunhão, o cachimbo da paz, pórtico de enlevo para os céus, nos luares de todos os sertões. Curandeiros presidiam cultos utilizando-se do tabaco, e o fumo e seu incenso irmanavam cânticos e danças em litúrgicas bênçãos. Exaltando seus vigores curativos, Manuel da Nóbrega escreveu que Deus remediou nossas dificuldades “com uma erva cujo fumo muito ajuda à digestão e a outros males corporais, e a purgar a fleuma do estômago”. Os tempos transitaram no infinito, na toada lenta com que fomos

habitar cidades. Num quarto de Lisboa, defronte da tabacaria, Fernando Pessoa celebrou a evasão das atribuições modernas: “Saboreio no cigarro a libertação de todos os pensamentos. Sigo o fumo como uma rota própria, e gozo, num momento sensitivo e competente, a libertação de todas as especulações e a consciência de que a metafísica é uma consequência de estar mal disposto”. Em solidão, deita-se para trás na cadeira e sorve seu cigarro, pensativamente: “... se eu casasse com a filha da minha lavadeira, talvez fosse feliz!”.

Há poucos decênios, o cigarro era o fetiche inofensivo, caramelo de hortelã. Era a atmosfera fumarenta e atopetada do jazz, conjurando a sorte e futucando as emoções. Fumar seria então um hábito elegante. Piteiras de madrepérola se faziam sedutoras e grã-finas, como as noites do cinema. Astros e estrelas degustavam seu aroma incrementando galanteio e charme às fábulas vividas. Cantava-se, beijava-se fumando. Um balé sensual de fumaça enrodilhava a mente e, no devaneio encantador dos enredos, sonhamos... tornamo-nos agora.

Justificando o fim, premeditando os meios, o fetiche do lucro industrial sugou essa doirdice. Incrementou no cigarro mil poções ardilosas, decretando o aprisionamento físico e moral, escravizando criaturas a seu jugo devasso. Na morbidez e estalão do sistema vigente, o tabagismo é bem-aventurado, conveniente tentáculo da dominação. Gera uma corrente de colocações que entrelaçam ofícios dessemelhantes como o de lavradores, farmacêuticos, papa-defuntos, e do escritor das sessenta e seis tragadas desta crônica. Movimenta bilhões na mercantilização do fumo e seu contentamento fugaz. Governos se deleitam, gananciosos vampiros da arrecadação. Ele fumará, e vós, enfeitizados, fumáveis. Na boléia dos anos, o misterioso cigarro, o fascinante cigarro, o romântico cigarro, esse inimigo nº 1 encarna a bagana da ironia, flâmula que tremula em nosso tempo. Submissos, nos comprazemos, azedos de nicotina, rindo da maldição, esgoelando vivas nos estádios.

Adocicados pronomes

Diz-me o cronista que, em criança, ensinaram-lhe português na verve refinada de Camões e padre Antônio Vieira. Disto sucede que, quase tudo o que aprendia na escola, e lhe exigiam em severas sabatinas, era diferente do que se ouvia nas ruas, no falar cantado do populacho informe. A língua do povo, grosseira e rude – sentenciava a mestra em sua cruzada civilizadora –, não passaria de um burburinho tolerável, proibido em corredores de ateneus e na literatura. Pra situar-me na história – explica o narrador –, sonhava seus sonhos de infância em ruas de arrabaldes, casarios baixos de duas águas, tais e quais capelas perfiladas, caídas de esperança. Foi quando se deu conta das tantas pedras no meio do caminho, transformadas em rochas de basalto pela ínfima tarefa de se tentar inverter a ordem dos nomes e pronomes. Compreendeu que tudo era difícil, pois, contradizendo o poeta, mudam-se os tempos, mas nem sempre se mudam as vontades.

Ah, pois, que crueza, que vontade de nada, que perda de papel o desvario desta crônica! Em melancolias, Machado de Assis selaria seu enredo derrotista: “O homem é um caniço pensante. Não; é uma errata pensante, isto sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes”. Eia o livro da vida, relação sumária de nomes e pronomes que morrem com seus donos! Poria aqui o fim a meu texto...

Mas, saiamos do latifúndio de amarguras – convida-me o cronista. A força da lua é por demais crescente e, na manhã,

late um sol agasalhante. Ademais, a bondosa professora de pronunciadas olheiras – que os céus a tenham entre arcanjos! –, era devota da virgem e o único órgão em que tocou foi duma igreja. Pudera, não se iria imiscuir no profano das vilas, na língua lanhada de plebe. Ele é o leste, conforta-me o cronista, e por mais que do povo tripudiem, resiste em altivez. Ele é a nação coloquial e festeira, no linguajar instintivo. E, sentindo-se assim povo-menino, viu-se como um bicho genuíno e nacional, cronista que aprecia um certo português errado. Lembra-me que Gilberto Freyre escrevera que o amaciamento da língua lusa se deu pelo contato do escravo negro com a criança branca. Daí o falar criativo do povo, rude e terno, e que desmancha na boca.

Manuel Bandeira, arremedando o português macio duma escrava, faz São Pedro responder: “Entra, Irene. Você não precisa pedir licença”. Ora, como! – se escandalizaria em regras a gramática – combinar um verbo em segunda pessoa a um pronome em terceira. Por natureza soberana, o padrão culto só aceitaria o infeliz e autoritário “entre”. E, sendo assim, nunca poderia uma preta receber o convidativo e adocicado “entra!”, abrindo-se-lhe o portal do paraíso. Conta-me o cronista: ela me disse assim – a referida professora –, que pronomes pessoais atraem pronomes átonos. Mas Lupicínio Rodrigues escrevera: “Ela disse-me assim, tenha pena de mim, vá embora. / Vais me prejudicar, ele pode chegar, tá na hora!”. E, convenhamos, nada mais certo que o pretense erro. Quem poderia esperar que uma mulher fosse atinar em colocações pronominais, no instante aflito de um flagrante? Raios partam, ou infeliz traidora, ou desditosa gramática!

No consenso proletário e macio de nossa língua, disse um menino trepado na porteira: “toca o berrante, seu moço, que é pra mim ficar ouvindo”. Pela regra, “mim” é a forma oblíqua de “eu”, empregado como complemento e objeto da frase – ensinava a professora. Mas o menino, decerto imbuído pelo estilo de

seu povo, deu forma oblíqua ao sujeito, e tudo ficou tão delicado e nos conformes do afeto. No “erro”, o retrato sociológico da amizade, conciliação e ternura. Em “Duas Cartas”, cateretê de Zé Carreiro e Carreirinho, diz um caboclo lamentoso que o “meu bem desprezô eu”. Que primor estético de solidão e carência, que amargura encalacrada num coração caboclo, que virada de página de um sensabor urbano (me desprezou) para a essência do rural (desprezô eu)! O certo do anzol é ser torto – arrematou o cronista. E teimando-se erudito, fez-me a citação de Gonçalves Dias: “não se repreende num povo o que geralmente agrada a todos”. Compreendi que a crônica que me ditara, adocicando pronomes, era de fato uma parábola. Parábola da concórdia e tolerância.

Negros blues

No disco “Graceland” (1987), de Paul Simon, há uma canção composta basicamente em língua zulu: “Homeless” (Sem-teto). Gravada a capela, o espetacular enredo de vozes africanas remete a um veio ancestral que germinou, de Norte a Sul, em todo nosso continente. Da variedade sonora de solistas e combinações vocais afloram nuances que se mesclam estridentes, graves, compassadas, percutindo um vozeiro polifônico, radical, respiratório, emocionante. Sente-se uma vastidão de murmúrios, um impulso forte, porém melancólico, brotado da terra.

Já quem assiste ao show “Tambores de Minas” (1998), de Milton Nascimento, agora em DVD, percebe a realza física da personagem artística – o cantor –, a variedade de timbres de batuques e violarias, a coreografia nativista encenando ícones ancestrais, ritos de devoções, tudo numa variedade orgânica, cromática, acústica e gestual. Em meio à cinematografia da luz, flui o remelexo de sumo crioulo, de significativo contorno melódico, percutivo e semântico, combinando a tradição do velho mundo à plasmação ágrafa dos tambores, sedimentada na forja africana de ser no tempo e os “tristes trópicos” passando nele. Ali estão os emblemas rituais afro-brasileiros e seus afetos, a lida, a honra, a ética e aflições, a crença e amor aos seres e à terra, sintetizando a existência.

Quem mergulha na densidade sentimental expressa em semitons sincopados de Bessie Smith, Billie Holiday e Omara Portuondo; quem viaja no engenho acústico de Cole Porter,

Gershwin, Rubén Gonzáles e Pixinguinha, na guitarra sensório-emocional de B. B. King e Jimi Hendrix, nas vozes esgarçadas de Louis Armstrong e Elza Soares, sabe a que me refiro. Em certos casos, supera-se o teor agônico de uma geração representada por Charlie Parker e Thelonious Monk e se remoça em finos sopros de Paulo Moura. Erguem-se nos cantares de Nat King Cole, Ray Charles e Albert Collins. E, nestes ares, ressurgem em Alaíde Costa, Luís Melodia e magistral suingue Tim Maia. Manifestam-se no lirismo autodidata de letristas como Lupicínio Rodrigues, João Pacífico e Assis Valente.

O blues, antes de ser música, é estado de espírito e plenária consciência de ser no mundo. Reside na milonga, no candoble, no mambo, na rumba e no merengue, no frevo e no samba, na seresta, na toada de viola e improvisações do jazz, no soul, no rap e rock'n'roll. É a voz da terra, do chão adotivo, da subversão à prepotência branca e busca de liberdade. Vive na sensualidade da dança, na intuição, no emotivo sobrenatural dos transes, nos medos e prazeres de solidão e convívio. Sobrepassa os campos caribenhos da Jamaica, da Costa Rica, Venezuela e canaviais cubanos, e ascende do calipso das Antilhas aos tambores mineiros e baianos, se instala no bumba maranhense, nas emboladas sertanejas demarcando sílabas, nos xaxados, lundus, maracatus, congadas e festas do divino. Encarna o espírito taciturno do ameríndio, e um banzo melancólico, pasmo e encafifado nas lavouras de escravidão, tudo derramado em suor e nostalgia, e tingido de azul-europeu mediterrâneo. Como brisa, o blues espalha e revive ebulições estéticas que se esparramam no entreter febril e musical do mundo novo.

Esse teor existencial içado ao Sul saariano, e cozido em senzalas e guetos, habita os lamentos, orações, gritos de guerra e conquistas. Alembra-nos de que o mundo é um magnífico concerto concebido em sete dias e sete notas musicais. Esses recortes de sonhos, e preces, essa força de vozes em timbres entrelaçados

almeja naturalmente um ponto de perfeição, a plenitude sensível, mediação entre o conhecido e o misterioso, comunica-se com os ermos além deste mundo e que nos explicam.

Em todos os recantos e modulações da nação realiza-se esse mágico acordo entre corpo e alma, entusiasmo e querência. São saberes espontâneos e dolentes de grandes intérpretes etnológicos, artistas “com o povo”, como Naná Vasconcelos, João Mulato, Ângela Maria, Luiz Gonzaga, Jamelão, Tião Carreiro, Monsueto, Pardinho, Sandra de Sá, Nélon Sargento, Johnny Alf, Jorge Ben, Seu Jorge, Donga, Itamar Assumpção e Adauto Santos. E Pena Branca e Xavantinho, e Clementina de Jesus, Trio Esperança, Lourival dos Santos, João Nogueira, Paulinho da Viola, Nilo Amaro e Cantores de Ébano, Nélon Cavaquinho, Jorge Aragão, Altemar Dutra, Bezerra da Silva e Blecaute.

Religam-se num rosário cafuzo, no vergão da identidade e pertencimento, em relampejos dos instintos: Roberto Silva, Chico César, Almir Guineto, Alcione, Jards Macalé, Pereira da Viola, Gilberto Gil, Élton Medeiros, Zé Carreiro, Ismael Silva, Emílio Santiago e Zé Kéti. E Jair Rodrigues, Heitor dos Prazeres, Cascatinha, João do Vale, Ed Motta, Mano Brown, Aaulfo Alves, Jackson do Pandeiro, Golden Boys, D. Ivone Lara e Domingui-nhos. E Djavan, Tony Tornado, Toni Garrido, Agostinho dos Santos, Martinho da Vila, Noite Ilustrada, Lecy Brandão e Candeias. São negros blues e quase-brancos, tais e quais a legião de artistas morenos que, em sambas da bênção, manifestam a cara de um país multicultural em tons brancos e pretos. Abênção, Cartola, Baden Powell e Vinícius de Moraes – o que se declara, para além dos censos, a epiderme mais preta do Brasil.

Em palpos de aranha

Uns dizem que o português é fácil. Bastam boas e constantes leituras, atenção, bom gosto, competência gramatical e, se possível, conhecimentos de etimologia (ciência que estuda a origem e evolução das palavras) e alguma noção de grego e latim. Outros afirmam que é difícil exatamente por pressupor os quesitos que o tornam fácil: leitura, refinamento e informações. Caramba, nossa língua é difícil!

Um amigo, caprichoso em português, ligou encasquetado: tô escrevendo a expressão “se me aprouver” e, de repente, indaguei: que verbo é esse? Passou-me a batata quente. Hum, compadre, agora cê me pegou! A-prou-ver? Já estava a ponto de pedir ajuda aos universitários quando, num estalo, ocorreu-me “aprazer” (causar ou sentir agrado, deleitar-se) e, pimba!, verbo irregular, defectivo, no futuro do subjuntivo: se me aprouver, quer dizer, se me der gosto. Que alívio!

Outro amigo, promotor de justiça, achou-me no celular. Tô fazendo uma petição e fiquei na dúvida. Como se que chama o camarada que tem tara por pés? Nessas horas, pra fazer bonito, tem-se que ser ágil. Pensei logo: “pedófilo”. Mas usa-se pedofilia como perversão sexual que leva um adulto a se sentir atraído por crianças. Fácil, vem do radical latino “paedo”, derivado do grego “paidós”, que significa “criança”. Daí “pediatra”, o médico da petizada, “pedagogo”, o educador dos pequenos e o indivíduo “pedante”, que se comporta infantilmente e ao estilo desta crônica (com o perdão das criancinhas).

Mas, por que não “pedófilo”, como o otário fissurado sexualmente por pés? Tá na cara. Originar-se-ia do latim “pes > pedis” ou, simplesmente, “pé”. Daí o “pedestre”, o “pedicuro” que embeleza os pés, o “pedal” que serve para abafar o som do piano ou tracionar a bicicleta, e mesmo o “peão”, trabalhador rural que, até hoje, é um pé-descalço. Taí, certíssimo, “pedofilia”, a doideira por pés! Mas os dicionários o registram apenas como o desejo e fantasias eróticas com crianças, que se há de fazer?

Tarado por pés? Que tal “podófilo”, por analogia a “podômetro”, aquela geringonça que a juventude-saúde usa para contar os passos na caminhada diária, “podólogo”, profissional dos salões de beleza ou ramo da ortopedia que cuida do exame e tratamento dos pés. Legal, né? Porém a palavra “podófilo”, não constando dos dicionários, que juiz engoliria? Esquece! Abriria brechas aos intermináveis recursos advocatícios e sutilezas forenses, pois o indigitado seria um ortopedista, calista ou tarado? É, português é difícil!

Ontem, uma amiga me pegou de jeito. Expôs que seu cliente se identificou como “surfaçagista”. Eu trabalho no ramo de óculos, doutora! Surfaçagista com cê-cedilha ou dois esses? Ó nós, outra vez, em palpos de aranha! Na lista de ocupações do Ministério do Trabalho constam “surfaçagista” e “surfassagista” como o técnico em lentes de graus. Recomendiei, por intuição, que grafasse com dois esses. Mas que não fosse surfar os dicionários. Perda de tempo. Despedi-me, desejando-lhe, e a seu surfassagista, as boas tardes. Após, cocei a cabeça. Que diacho significa “em palpos de aranha”? Pô, eta lingüinha difícil! É o fim!

Telemarketing e aporrinhações

A comédia “Deus é Brasileiro” de Cacá Diegues inicia com uma cena tão comum quanto insólita. Em pesadelo, o personagem chega a uma estação com lentos e cabisbaixos viajantes, outros em filas e arrodados de anjos. Apavorado, encontra um telefone público. Assim que pega o aparelho, uma voz feminina o saúda: “Bem-vindo ao serviço geral de informações celestiais! Se for cristão, digite 1. Se for espírita, digite 2. Se for muçulmano, digite 3”. Aparentemente tecla o 1 e ela continua: “Cristão. Obrigada! Se for católico, apostólico romano, digite 1. Se for católico ortodoxo, digite 2”. Obedece. “Digite agora o número de sua Certidão de Batismo”. Apreensivo, explica à voz eletrônica que não costuma portar tal documento e espera resposta. Passaria teclando por toda eternidade se o outro lado da linha não o advertisse: “Seu tempo se esgotou. Obrigada.”. E cai a ligação.

Crentes, budistas, quadrangulares, maometanos e sincréticos em geral, não há quem agüente as centrais de atendimento telefônico, audiotextos e mensagens gravadas com enfadonhas musiquetas, fidelizadores de pós-venda e vozes eletrônicas que aporrinham dia e noite. O cidadão liga pro cartão de crédito, à repartição de luz, ao provedor da internet, seguro de vida e mesmo ao cemitério e uma voz macia o recebe: “Aguarde um instante. Seu telefonema é muito importante pra nós. Espere pra falar com um dos nossos atendentes...”. Os que pedem adjutórios aguardam na hora do almoço com sinais de amizade: “Com quem eu falo? Como vai, seu Aristeu, tudo bem? Graças

a Deus, né? Aqui é do Centro Assistencial Caminho Celeste. Estamos com uma campanha...”. Políticos atacam com discursos: “Aqui é o Juvenal da Caixa, candidato a deputado. Como vereador, institui a lei que cria o Dia Municipal dos Xerocopistas e das Empregadas Desempregadas pelo Fundo de Garantia. Agora conto com seu voto para continuar lutando...”.

Cada um busca seu tanto. Até clandestinas centrais telefônicas nos alcançam em trapaças e formam verdadeiros chats do crime à distância. Se você pede uma inocente pizza ou dá o CPF ao setor de achados e perdidos, considere-se enquadrado pela sociedade em rede do telemarketing e atendentes automatizados. A cada ligação, o acréscimo de um dado pessoal. Passam a conhecê-lo por estado civil, escolaridade, profissão e renda. Vêem-no por estilo de vida, padrões de comportamento, graus de preferências e poder de compra. Catalogam-no como um “stand alone” – o que se refestela sozinho – ou vive num “Lar Super Premium”, “Premium”, “Emergente” ou “com Crianças e Adolescentes”. Entram na nossa vida sem constrangimento, protegidos pela impessoalidade sem feições.

Há ofertas de emprego e treinamentos em promoção de vendas e serviços, atendimento ao consumidor, estratégias de negócios, suportes técnicos e telecobrança. Contam com a agilidade da telefonia, capacidade de comunicação e voz agradável, preferencialmente sedutora do futuro operador. Ensinam estratégias de capturação de clientes, identificação e análise de chamadas, recuperação de compradores antigos, caça a doadores e otários em geral. No novo serviço, exercido geralmente em casa, pagam por comissão, capturas e vínculos consolidados ou horas de lábia. Do outro lado da linha, você.

Mas a vítima pode prevenir-se contra os telechatos. São necessárias frieza e capacidade para identificá-los em lapsos de segundo. Quando ligam, você nunca vai ouvir o estridente “Quem?”, mas, delicadamente, “Com quem falo?”. Responda

convicto: “Comigo, pô!”. Isto exigirá dele um instante de recuperação do fôlego. E antes que recomponha a metralhadora de verbetes, desligue o telefone com o explícito recado de que a linha não caiu.

Se a operadora de telemarketing já vier armada de seu nome, há opções eficientes e que lhe darão a ilusão de vencedor. Se disser “Boa tarde. Aqui é a Yasmin, como vai, seu Palhares?”, ataque com cinismo, diga que tem problemas auditivos e peça pra que ela repita o nome várias vezes. Após, compassando sílabas, acrescente: “Laurita, você caiu do céu. Estou carente e precisava de companhia. Qual é seu signo?”. Ela o perceberá esperto e, no máximo, vai responder: “A Toycenter agradece a atenção, obrigada”. Se quiser desfecho rápido, diga que é reeducando em prisão domiciliar por estelionato, tem nome sujo na Serasa e o oficial de justiça está à porta por causa da pensão alimentícia. Aí você emenda com jeito conquistador: “Amanda, me dê seu telefone que eu retorno em seguida”.

Porém, se preferir solução um tanto mórbida, diga com entoação trêmula: “Adalgiza, há quanto tempo! E o Agenorzinho, desintoxicou? Nem te digo, prima, Deus não é brasileiro! Com tanto sanguessuga no poder e eu sem recursos pra tratar o inchume na próstata!”. E, sem dó, inocule-a do próprio veneno: “Que bom que você ligou, seu telefonema é muito importante pra mim!”. Deixe no ar um vazio, no limite da esculhambação. Ela sentirá arrepios, verá estrelas e cairá em nocaute. Depois, desligará com a sensação de que perdera o pulso. Seu nome será riscado de uma base de dados. E esquecido por bom tempo de horríveis telefonadores.

O companheiro

Conheço o Baiano, estive em minha casa. E continua, na sala, num retrato pintado em tinta óleo, de 1981. Olhando fotos de diversas datas, éramos mal de roupas: camisetas de mangas compridas, casacos de flanela... E aquela pose com o braço no ombro do outro, sorrindo para o fotógrafo: “Diga... conhaque!”. Fui um entre milhares, e é normal que não se lembre de mim. Ainda bem. Sinto uma coisa por dentro, um desconforto toda a vez que o critico. Os sentimentos passados, tão vivos, se sobrepõem às diferenças do presente. Acho que ficamos piores, cada um a seu jeito.

A mais bela crônica do antigo Lula – o Baiano – foi feita por Ricardo Kotscho, repórter do “Jornal do Brasil” e ex-assessor de imprensa da campanha à presidência de 1989. Está numa edição da “Revista Goodyear” e a guardo com carinho.

Escreveu que Lula, gentil e brincalhão, era o nordestino emotivo capaz de chorar por qualquer agrado ou desgosto. Diante das multidões que o seguiam pelo Brasil, alternava lágrimas de rir com a emoção de ver uma mulher sem arredar o pé diante do palanque, carregando o filho pequeno no colo, horas debaixo da chuva forte, no comício numa cidade do Norte. Sorte dele as pessoas não saberem se as gotas que escorriam do rosto eram frutos da chuva, do suor ou da emoção. Eleitor brasileiro – dizem – não vota em homem que chora; gosta de machão que soca o ar.

Conta Kotscho que, no rebuliço de assédio da imprensa, arrastou o Baiano e família pra dois dias numa praia. Ao chegarem, Lula fixou um cartaz na cozinha com os “direitos das pessoas que moram nesta casa: 1. comer tudo o que têm direito; 2. beber tudo o que têm direito; 3. passear à vontade. Deveres: 1. lavar a louça que sujar; 2. limpar a casa todo dia; 3. tomar banho no chuveiro lá fora, depois da praia”. Ao final, o adendo que tornava nítido o caráter do autor: “Todos são iguais nos direitos e deveres. Este é um princípio do socialismo!”.

Era o Sapó Barbudo, como o apelidou acidamente Leonel Brizola. Estava em franca ascensão eleitoral e certamente seria o Operário-presidente. Até que Collor lhe desferiu a mais sórdida cafajestice que se possa fazer a um homem. Com um maço de dinheiro, pagou uma ex-namorada pra contar na televisão, entre soluços e lamúrias, que o companheiro renegara a própria filha. Narra Kotscho que seu irmão mais velho, apelidado Frei Chico e também metalúrgico, lhe deu a explicação: “Quando você ofende a família de um sertanejo, ele só tem dois tipos de reação: ou mata o desafeto ou fica magoado”. Morrido por dentro, foi ao debate final da Rede Globo. Recusou-se a usar semelhantes, mas reais acusações contra o adversário. E, já perdido, perdeu.

Lula, o lutador heróico que não desistiu e é história; o que sonhou com que todos passassem à vontade. Antes de tudo, o forte que escreveu com vida o que se lê em Euclides da Cunha no retrato dos sertões. No itinerário dos tempos e enigmas dos destinos, renegou que alguma vez fora um socialista, reinventou-se; conciliou com inimigos inchados de ambição e ódios de classe. Foi trucidado pela moenda do poder. Talvez seja outro. Outro, contraditório, demasiado humano, impossível de esquecer.

A dor de Clarice

“História Universal da Infâmia” é um belo livro de Jorge Luis Borges. O conteúdo dos vários textos que o compõem revela que, em apreço às infindas expressões de beleza, heroísmos e conquistas, falibilidades e desconsolos da humanidade, a historiografia é o lastro de nosso estar no mundo. Faz do degredado filho da terra a criatura que somos, e que não se extingue no pó donde viemos. Por isto, e por infinitas causas, as páginas da história não podem ser arrancadas das entrelinhas da existência. Mesmo que nalgumas delas medrem o sangue, a covardia, desumanidade e infâmia.

Para o desespero e a dor de Marias e Clarices, e mães, e esposas, e descendentes, e amigos, os jornais mostraram nestes dias três supostos retratos do jornalista Vladimir Herzog. O personagem aparece nu, cabisbaixo e abatido. Se fossem mesmo de Herzog, teriam sido tirados em 25 de outubro de 75, momentos antes de ir à sala de torturas nas instalações do Doi-Codi de São Paulo – o terrível órgão repressor da ditadura. Alarmado com a publicação, o atual comandante do exército declarou em nota oficial que “as medidas tomadas pelas Forças Legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade, e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas”. Tantos anos se passaram e a nota do comandante parece interpretar vozes adormecidas em casernas, alevantando-se pra acobertar mãos fe-rozes e corações enlouquecidos que, à época, infestavam delega-

cias e quartéis. Quem como eu sobreviveu àqueles tempos sabe que opositores ao regime não eram convidados “ao diálogo”; tampouco se acredita que o jornalista tenha pegado em qualquer arma, senão que a razão libertária das palavras. Indefeso numa sala em cujas paredes, inda hoje, escorre o escarro da vileza e janelas urram de dor, nada legitima o que lhe fizeram, e a outros. Ante a reação da sociedade à referida nota, e levado a corrigir-se, o mesmo comandante voltou para afirmar que “lamenta a morte de Herzog”, e que não devemos “ficar reavivando fatos de um passado trágico que ocorreram no Brasil”. Correto, é doentio remoer ressentimentos! Mas, para o aprendizado do futuro na historiografia de nós, é erro ocultar o mal que os homens fazem.

Tenho cópia do filme-reportagem “T”, de Luís Alberto Pereira, talvez inédito inda hoje. Enfoca a descoberta, em 4 de setembro de 1990, de mais de mil cadáveres sepultados em valas clandestinas no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Ah, quantas Clarices e filhos de Clarices choram seus desaparecidos sob a crueldade da tortura! O filme entrevista Lula, o líder sindical e partidário que, horrorizado diante de tantas ossadas ignotas, afirma: “Para nós, o compromisso com a verdade é prioritário. É preciso explicar à nação o que aconteceu. É preciso desvendar mistérios de crimes cometidos contra a pessoa, restabelecer um lado da história que o regime autoritário não contou”.

Faz 40 anos que se deflagrou no país a ditadura de 64. E muito do que aconteceu permanece no esconderijo das mentes e registros secretos. Apagando as luzes de seu gabinete, o presidente Fernando Henrique assinou o decreto 4.553 que, a pretexto de regulamentar a Lei dos Arquivos, permite que certos documentos permaneçam eternamente em sigilo. Contestada a ilegalidade, pois um decreto não se sobrepõe à lei, o recém-empossado presidente Lula considerou prudente deixá-lo em vigência, pois é bom “não ficar reavivando fatos de um passado trágico” da nação. Uma omissão grave perambula os nossos dias

e proíbe de escrever a nossa própria história. À sombra da incerteza, inda choram esposas Clarices, ao relance dos porta-retratos. Mesmo acreditando que “uma dor assim pungente, não há de ser inutilmente”, elas sofrem o pesadelo insepulto de uma verdade amputada. Patética, uma esperança inda se equilibra “na cordabamba de sombrinha”. E, nós, bêbados, vagamos nas entrelinhas duma canção que falava de uma tarde – que caía feito um viaduto! –, como se ela não fora escrita nos idos de 70, mas numa escura noite da semana que passou.

A ceia

Tenho poucas saudades da aurora da minha vida – recitou-me o contador de histórias, imitando redondinhos. Além de cronista foi do coração dedicado enfermeiro, restituía a saúde dos que precisavam de cura. Piá de oito anos, andava do sol nascente à boca da noite, descalço ou com sandálias aladas, pelos ermos empoeirados de Betsaida, matagais de urtigas e juás, e convictos castelos. Sua veste uma ordinária fazenda reciclada dos sacos de farinha. E nadava em corgos, mirava com a atiradeira aos passarinhos, entrava sozinho ao solo de recantos sempre novos, aventurando nas surpresas de conhecidos azares. E repisou-me nesse dia de lembranças comovidas: era meu jeito inocente e solitário de lidar com o mundo, na aurora longínqua da vida.

A tarde vinha chegando. A nossa mãe pediu que fosse à compra da comida. Não havia lista, apenas meio quilo de quirela. Era o dinheiro minguado a refazer-se num cozido do jantar. A mercearia era calma luz convidativa de modo a enxergar as caixas do bacalhau que dormia em quantidade, carnes secas e salames defumados, tonéis de azeitonas no molho agro de uma quimera de delícias. No entorno, vasilhames aromáticos de noz-moscada, cravos da índia e pimentas-do-reino, tábuas grossas e azeitadas empilhando queijos e, no balcão, cestos de broas e a rapadura em lascas para alguém degustar um pedacinho. Num canto retirado, pipas de óleo pra venda a granel e, dependuradas em caibros, réstias entrelaçadas de alhos, parecendo tranças róseas de meninas. No solo, em plataforma de cedro, sacos de

juta franjados nas bordas donde se ofereciam batatas, cebolas, lentilhas, farinhas de trigo e mandioca, e farnel de todo tipo. Havia o feijão preto, o guandu e o mulatinho, uns misturados ao pó de pedregulhos, outros com a bandeirinha avisando que eram de primeira. E vinha a seção do arroz. Arroz de um branco estridente chamado agulhinha, outros cariados, quebrados nas pontas, à escolha do freguês. Num hiato dessa fila encenando a hierarquia de preços e posses, um meio saco barrigudo da quirela. Estava ali o ajuntamento de minúsculas formas foscas e dilaceradas, mote da minha fome, jurisdição e presença.

Pedi ao moço que pesasse meio quilo de quirela. E aponte com o dedo. Justifiquei, descabido em desajeito, que era pra dar de comer aos pintinhos. Ele mirou no rosto a inocência que eu não tinha e teimou que deveria levar à balança a quirela de milho. Obstinei na de arroz; ele na do milho. Fazia mal às criações, explicou. Concordei aflito, fazendo descaso à espinhosa missão. Desci de volta à casa. A nossa mãe me viu adivinhando a coisa certa de um desalento humilhado. Sequer demos um pio. Proibira que cantássemos a ladainha da miséria. Peneirou que peneirou a ração do milho, tingindo de farelo o chão batido. Levou ao fogo misturada em banha de vaca, água, sal e broto de abobra. Sentenciou severa assoprando o lenho: tenho o que dar de comer às crianças! Respiramos profundo na liturgia dos olhares, ela, sem algum abatimento; eu, esgueirado entre o medo e a nossa cumplicidade.

Não tínhamos nem sacola, nem dinheiro e duas túnicas. Só nós, a canjica de milho lavrada em verde e o pão que nosso pai trouxera à tardinha. Não conseguira emprego. Éramos sete, sete mil vezes nosso pai à cabeceira, e a nossa mãe e nós sentados em grupos de dois, alumiados pela relutância duma chama a querosene. A mãe recitou um trecho evangelista, se não me engano Lucas-9. A toalha mudou de aparência, ficou muito branca e brilhante. E, esfomeados, engolimos o amém. Ninguém traía,

todos eram solidários, na benquerença dessa noite. Comemos e ficamos satisfeitos e – parece lenda! – recolhemos doze cestos dos pedaços que sobraram. Era a união sublime, legenda doutro amanhã, macerado de esperança. E, num talho da aurora seguiria outra vez o cronista, piá absorto e descalço, escrevinhando retalhos de sonhos na cabeça, desempenando calçadas, encoberto à sombra de nuvens. Ou vestindo sandálias aladas pelos ermos sem fim de ser criança. Criança em mágicas veredas, convictas veredas, castelos reluzentes, fulgurantes, flutuantes catedrais.

Hinos de guerra

O amigo era senhor de umas histórias que davam o que pensar. Em 8 de setembro, o príncipe amanheceu de ressaca e, revirando os olhos, cutucou alguém: Que diabos de grito dei ontem que a turba está tão agitada? Até as margens do Ipiranga o ouviram – replicou o serviçal. Independência ou morte! Hã! – admirou-se D. Pedro. Instigava-me com perguntas: por que os hinos latino-americanos falam tanto em “libertad”, “luchas” e “muertes”? Elementar. Livramo-nos de opressivas coroas europeias, saqueadores estrangeiros, sangrentas agressões entre nós outros. Tudo branco e mestiço na rixa entre vizinhos e disputa de poder. No grito daquele dia, o sol da liberdade, em raios fúlgidos, brilhou no céu de nossa terra. Vozes argentinas abrem seu hino conclamando: “Ouvi, mortais, o grito sagrado: liberdade, liberdade, liberdade!”. Dos altiplanos da Bolívia ecoa o grito impetuoso: “Aqui alçou a justiça seu trono, que a servil opressão desconhece, e em seu timbre glorioso legou: liberdade, liberdade, liberdade!”. Não menos imbuídos da ventura, peruanos lembram o herói do Cone Sul: “Onde quer que esteja, San Martín inflamou: liberdade, liberdade pronunciou”.

Hinos são imponentes, ufanos, honrosos cânticos de exaltação. Evocam gestas, façanhas, louvores à terra-mãe, enfunados de exagero. Paraguaio, na mais sentimental das cantatas, imagina que a Europa e o todo mundo saúdam sua pátria, e a aclamam grandiosa. Em nossas plagas, os campos são risonhos, os bosques têm mais vida e nossa vida mais amores. Chilenos vis-

lumbram seus vales como um jardim das delícias: “Puro Chile, é teu céu azulado, puras brisas te cruzam também, e teu campo de flores bordado, é a cópia feliz do Éden!”. No brilho da mesma taça se embriagam os uruguaios: “Do Olimpo a abóbada augusta resplandece, e um ser divinal, com estrelas escreve nos céus, doce pátria, teu nome imortal!”.

O que avulta em nossos hinos é a incitação a que tombemos em batalhas. Uma voz inflama os verdejais cubanos: “Não temais a morte gloriosa, que morrer pela pátria é viver!”. Brasileiros cantam, aos ouvidos da nação idealizada: “Verás que um filho teu não foge à luta, nem teme quem te adora a própria morte”. Intercalam-se no ardor patriótico advertências aos incautos do planeta. Mexicanos ameaçam os que se atrevam macular seus distintivos: “Guerra, guerra sem trégua ao que intente, da pátria manchar os brasões!” Não menos intimidadoras, vozes ressoam dos Andes chilenos: “Se pretende o canhão estrangeiro, nossos povos, ousado invadir, desnudemos bravios a espada e saibamos vencer ou morrer”. Intrépidos, paraguaios alevantam punhos marciais: “Contra o mundo, se o mundo se opõe, se intentar sua prenda insultar, batalhando vingar saberemos, ou abraçado com ela expirar”. Ressentidos e avivando o orgulho Inca, peruanos juram eterna vindita à velha Espanha: “Nossos braços até hoje desarmados, estão sempre limpando o canhão, que algum dia as praias de Ibéria, sentirão de seu estrondo o terror”. Corajoso, aguerrido, “o valente argentino às armas corre, ardendo com brio e valor, o clarim da guerra, qual estrondo, nos campos que um dia ecoou”.

Espadachins, artilheiros, fuzileiros, Amadisés cavalgando em lavouras de soja e amendoim. Exaltamos o passado belicoso em cantos solenes, sovados em almas feudais e corações escravocratas, colonialistas, espoliadores, legitimando o instinto de fera que persegue o mais fraco e o devora. E o cantamos, triunfais, perfilados em praças desportivas, galpões, ginásios e quartéis.

Relembro meu amigo em suas anedotas: “O que hei de gritar? Com que estava a sonhar?” – indaga Pedro, meio zozzo. “Em nada que valha a pena ou mude os caminhos da história... Durma. Durma, meu príncipe.” Cobriu-o como quem cobre um chumaço de ilusão.

Crônica dos sapatos

Quando fizera doze anos, comprou uns sapatos bem legais. A mãe recomendou que pedisse dois números maiores, pois estava em fase de crescimento. O que sobrasse no bico preencheria com jornal amassado. Na loja, sentiu-se superior, tinha a seus pés montões de maravilhas. Mas a pressa insistente da vendedora fez-lhe abreviar os sonhos e apontou logo o par que lhe era perfeito. Amarelado, brilhante, sem cadarço, comprido como um dia sem almoço. A gorda explicou que aqueles estavam na moda, modelo esporte e por isto valiam uma nota, justamente o que revelara ter no bolso, parte do lucro mensal com as cestas de verduras e entregas de marmitas.

Nunca tivera sapatos de verdade, só sandálias com solados de pneus, ou alpargatas de lona que, envelhecidas, desfiavam por baixo feito um sapo de sisal. Ia descalço à escola, pois, naqueles tempos, calçados de couro era luxo além do imaginável. Agora não, vestido nos pés, sentia-se rapazito importante e quis mostrar a novidade aos amigos.

Era noite, os meninos riam à surdina ao pé dum poste, onde as aleluias brincavam de ciranda e faziam pique na lâmpada. Combinavam ir às mulheres da vida pra buraquear. Chamaram-no. As casas raleavam num local apelidado Curva da Galinha, perto duma moenda em que um mulo girante, cabisbaixo e pensativo extraía da cana uma garapa tão doce que desmentia as penúrias da vida. Nunca aceitara esses convites, mas, dessa vez armou-se de coragem, com os sapatos de sola escorregadia

triscando de novos e deslizando em paralelepípedos como os Periquitos em Revista.

Chegaram silentes, arredios nos becos, pelos fundos. Vez por outra, um esbarrava nalguma coisa incrementando sensações de aventura e perigo. Encostavam-se às janelas para escutar confissões de amor, gemidos, risos íntimos e brindes em copos de cerveja. De repente, um murmúrio rasgante: “O inspetor de menores!”. Meu amigo, mais desnorteado, engoliu o pavor da debandada por datas baldias, troncos dormidos, cacos de vidros e arbustos espinhentos, o campo de várzea, a estrada de terra batida, o atoleiro do riacho e quarteirões infindos. Ao ver-se distante e a sós consigo, sentiu-se o pior dos pecadores, pois infringira não sei quantas sentenças ouvidas em catecismo.

Chegou com rabo entre as pernas, apumando a compostura e dizendo a si que nada de anormal lhe acontecera. Viera da rua suado do salva-pegas, do rico-trico ou da guerra com mamonas. Demorou junto ao filtro, beliscando o crochê da toalhinha. Na sala, a parentalha sorria com o “Balança mas Não Cai”, no rádio de pilha. Sentou-se na cama, acendeu a lamparina e... cadê o sapato do pé esquerdo? Virou e revirou a memória, mas era só um toró de visões que futucavam lembranças e feriam o coração.

De manhã, a mãe foi compreensiva, adivinhando o segredo indizível. Nada perguntou, impondo com o silêncio interrogações cujas respostas só a alma dele escondia. O garoto, meu amigo, jamais voltou àqueles caminhos em procura do sapato que se fora. Ficou nele, num ermo em solidão, o último rastilho de infância. Compreendeu, com a insolência da verdade, que jamais poderia ser ingênuo em buscá-lo: bandido otário volta à cena do crime.

Millôr Fernandes

Humildemente ousou referi-lo. A incansável e aguçada inteligência criativa superam em muito a maioria dos literatos, jornalistas e pensadores que têm merecido atenção da crítica. “Liberdade Liberdade” (com Flávio Rangel) é marco de clarividência sociopolítica e engajamento artístico; suas peças originais e inúmeras traduções de clássicos e contemporâneos são incomparáveis contribuições à dramaturgia; a produção gráfico-visual, prosa literária e poemas breves em livros e colunas em jornais e revistas revelam uma das mais instigantes e provocativas personalidades brasileiras do decênio de 1940 aos dias atuais. Popular, anedótico e universal, Millôr é fora de série.

Confessa com amarga sinceridade: “não é que com a idade você aprenda muitas coisas; mas você aprende a ocultar melhor o que ignora”. Até 1962, assinava “Vão Gogo”, em analogia prosódica com o grande expressionista. Depois assumiu “Millôr”, com “l” duplo e chapeuzinho no “ô”, aceitando uma armadilha da caligrafia cartorária. Foi registrado como “Milton”. Na escola, o “t” rabiscado virou “l” e o corte mal-posicionado da letra, o circunflexo. Eis a ironia, a consignação da paródia de si mesmo como espirituosa apropriação do erro: Milton virou Millôr.

Escreve por aforismos, o mesmo artifício utilizado por Hipócrates para ensinar medicina. São breves, pensativas e agudas sentenças. Numa “lembrança genética” ao curandeiro grego, proclama com malandrice e sensualidade que a “anatomia é uma coisa que os homens também têm, mas que, nas mulheres, fica

muito melhor”. Seu método implica o virtuosismo da arte de escrever, proficiência para os jogos de sentidos, uma gaiola de signos que, aprisionados no contexto, rompem com o esperado e surpreendem.

Millôr mexe com o estabelecido e capta o leitor no contrapé dos conceitos. Nessa linha, observa com desconcertante lógica que “de todas as taras sexuais, não existe nenhuma mais estranha que a abstinência”. Irônico, recomenda: “jamais diga uma mentira que não possa provar”. Lírico, contempla o humano com olhos realistas: “viver é desenhar sem borracha”. Pespica sempre, joga em nossa cara que “não ter vaidades é a maior de todas”. E exclama pessimista: “como são admiráveis as pessoas que não conhecemos bem!”.

Outra jóia de sua produção são os haicais e parábolas rimadas. Indaga: “Há colcha mais dura que a lousa da sepultura?” Observa: “Aniversário é uma festa pra te lembrar do que resta”. E nos confronta em dionisíaco conselho: “Goze. Quem sabe essa é a última dose?”. Impiedoso com os efeitos narcotizantes da mídia, exclama com cinismo: “Maravilha sem par: a televisão só falta não falar”.

Millôr é recusa ao “espírito de rebanho”, o anticlichê flagrado no pulo do gato, o xeque-mate aos padrões morais. É o Nietzsche mais do que nunca antidogmático e que se anuncia como “um escritor sem estilo”. Aos 83 anos e irreplicável, não cabe no compartimento comum dos grandes realizadores. Conforma-se na solidão dos extraordinários. Ano após ano, corporifica o maravilhoso atrevimento do intelecto e o vislumbre paradoxal de seu fim: “É meu conforto: da vida só me tiram morto”. No mínimo, é o máximo.

J. Pinto Fernandes e a quadrilha

Parece razão social de loja de secos e molhados. Mas não. J. Pinto Fernandes é o elemento-surpresa, o inaudito, o que não tinha entrado na história. Vive num poema quase prosaico sobre as surpresas da vida: “Quadrilha”. Lá está, em “Alguma Poesia”, primeiro livro de Drummond. Nos versos, o objeto de um amor, sucessivamente, é sujeito de outra paixão. Evoca a contradança popularizada em festas juninas, na qual os bailarinos circulam de mão em mão: “João amava Teresa que amava Raimundo / que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili / que não amava ninguém. / João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento, / Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia, / Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes / que não tinha entrado na história”. Ele é o intruso que esposou Lili, a que não amava ninguém. E talvez foram felizes.

Indagarias: onde quer chegar o cronista que tanto se impacienta com os políticos? Pois te digo que, apesar do mote, não ia tocar em tema tão pesaroso. Mas já que me incitaste, narro-te, em preâmbulo, uma passagem que vivenciei há anos. Data: 23 de junho. Fui a João Pessoa para a banca de uma tese. Encontrei no aeroporto um deputado local. Puxando prosa, disse-me que estava de saída pra Campina Grande, pois político que não participa da quadrilha sequer se elege vereador. Estranhei-lhe a franqueza, até me dar conta de que ia ao maior evento popular do Nordeste, a festa de S. João e sua famosa quadrilha.

Mas deixemos por hora aos governantes suas batatas. Façamos-nos instrutivos. O herói dos heróis da revolução cubana foi um argentino, Che Guevara, fuzilado em terras bolivianas por ordem da CIA. A agência de inteligência gringa, a Argentina e Bolívia são o J. Pinto Fernandes, os que não tinham entrado na história da ilha de Fidel. A canção portenha mais gravada no mundo é “La Cumparcita”, do pianista uruguaio Matos Rodríguez. Ele, o inusitado vizinho, é o J. Pinto Fernandes metido no tango argentino. O fado, triste e fatalista, provém do lundu africano, nasceu no Brasil e banhou-se em nostalgia da terra-mãe dos imigrados portugueses. Somos, brasileiros brancos e negros, frente ao emotivo fado, o surpreendente J. Pinto Fernandes, o que não tinha entrado na história lusitana.

Bailemos enfim no terreiro malcheiroso da política. A população acreditou em Lula e votou em seu passado. Caminho da roça! – exclamamos de esperança. Quem tomou posse não foi o operário eleito, mas J. Pinto Fernandes, o que não tinha entrado na história. Renegou o que fora, vociferando frases simplórias e acertando os rumos. Mas, em 2004, pouco antes da tradicional quadrilha no Arraiá do Torto, surgiu do nada Waldomiro Diniz, subchefe de assuntos parlamentares. Íntimo dos lordes palacianos, foi flagrado negociando propina com empresário de loterias e jogos de azar. Arre!, nem o estro de Drummond poderia supor que tal personagem desencadearia a dança duma quadrilha horripilante, como um parafuso girando e sem fim.

São tantos os J. Pinto Fernandes reencarnados sem “Alguma Poesia”. Um diretor dos Correios, indicado pela “base aliada”, foi filmado embolsando gorjeta, merreca de 3 mil reais. Tornou-se o Pinto Fernandes que excitou as tenebrosas fábulas do mensalão. Nesse enredo, que o procurador da República identificou como “quadrilha”, ninguém presumiria que o tenor Roberto Jefferson, o J. Pinto Fernandes escudeiro de Collor, e a quem Lula lhe confiaria cheques em branco, se tornaria o trombeteiro-mor do

planalto central do país. Em pouco, apresentou-se-nos o maestro da quadrilha, Marcos Valério, outro J. Pinto Fernandes oculto à sombra da história. Citou como comparsa Delúbio Soares, o Pinto Fernandes que tramava no escuro. Declarou no Fantástico que os pacotes de dinheiros que dava aos políticos em troca de apoio ao governo eram inocentes cédulas não-contabilizadas de campanha eleitoral. Eufemismo de caixa 2, moeda da sonegação e negócios corruptos, do tráfico de drogas, propinas e velhacarias inocentadas pela legião de desavergonhados J. Pinto Fernandes, que não tinham entrado na história.

Veio Silvio Pereira, o J. Pinto em carro de luxo, dizendo-se presenteado por fornecedor da Petrobrás. Logo, o J. Pinto Fernandes, irmão genuíno doutro político, que não cabe em nenhuma história que supusesse alguém carregando dólares no bojo da cueca. Muitos funcionários republicanos tiveram a máscara arrancada e se revelaram repetidos clones de J. Pinto Fernandes. O recente, ex-ministro da fazenda, seria o Pinto Fernandes mais extraordinário, se o próprio presidente não viesse a público confessar que desconhecia a ebulição nojenta sob suas barbas.

A oposição, na contradança de angélicos querubins e serafins tucanos e pefelistas, encena o J. Pinto Fernandes da moralidade nacional. Que vergonha! Bem fez Lili, que não amava ninguém e elegeu como companheiro o J. Pinto Fernandes original da poesia. Se casasse com algum de seus arremedos, estaria hoje como nós, perdida, pagando pesados tributos, chorando na rampa e dançando na monotonia da sanfona e da zabumba.

Outra crônica do dia

Assisti de perto à construção da Galeria Bassitt. Até hoje guarda um charme especial, formas onduladas revestidas em pastilhas, abertas ao Palácio da Justiça. Não é desses caixotes verticais que espalham monotonia ao centro da cidade. O edifício fala. Sob a imponente escada em espiral que levava à Independência, vi casais deporem suas alianças em gesto de “ouro para o bem do Brasil”. E saírem com anéis de latão e uma sensação de patriotismo no peito. Ecoando pelos vãos interiores e convidativa varanda da Rádio, acordes de piano da Jóia Musical, o teque-teque da Escola Renascentista, o riso grisalho do Telmo na Livraria Planalto e o burburinho do Salão Azul, onde o Mozart, o Cido, Sparapani e o Pestana davam toques de elegância aos penteados masculinos.

Na calçada, sob as grelhas de aço, ventiladores constrangiam as moças que abafavam as saias plissadas, imitando Marilyn Monroe. Cresci ouvindo a voz daqueles pilares. Senti a melancolia das seis da tarde quando o prédio fazia o silêncio para a oração da Ave Maria. Após, Antônio Carlos Bottas anunciava as fitas do cinema. Sob o prefixo de “Se Meu Apartamento Falasse”, proclamava: “Infeliz de quem passa pelo mundo, procurando no amor felicidade. A mais doce ilusão dura um segundo, e dura a vida inteira uma saudade”. E em seguida: no Cine Rio Preto, às 19h40 e 21h30, em technicolor e cinemascope, Gregory Peck, David Niven e Antony Quinn em... “Os Canhões de Navarone”.

Inda ecoa pelas paredes a emoção do futebol na afeição de Hitler Fett, apreciações de Alexandre Macedo e Mário Luiz – o comentarista que sabe o que diz –, entrevistas de J. Hawilla e plantão do rádio-escuta José Luiz Rey.

Música. Tinha “A Hora do Motorista” com Araújo Anetto e as inteligentes participações de João Albano. Roberto Toledo e sua misteriosa “Lady X” delineavam um almanaque dos costumes folheado a quatro mãos. Amaury Jr. e César Muanis pronunciavam o tom high-life numa cidade acanhada, e o mesmo Bottas travestia-se em Véio Tatau, recitava poesias caboclas e lia cartas dos que saíram do campo saudosos da parentalha na roça.

No almoço, Petrônio di Ávila presenteava-nos com a “Crônica do Dia”, quase sempre da Dinorath do Valle. Era quando o cotidiano transbordava em lirismo, e recantos, e pessoas comuns desenhavam-se sublimes. “A Hora Fantástica” era um toque humanitário aos desesperos da vida. Impossível apagar da memória a elegância sábia de Adib Muanis, a combatividade de Rubens Celso, a meiguice de Eládio Baida, Paulo Serra Martins, Clenira Sarkis, Garcia Neto e a sentimental Cecília Mota, que chorava em reportagens.

Houve um tempo em que Rio Preto e sua Rádio eram um só pertencimento. Tal como a visionara Maurício Goulart, seu fundador. Nas voltas da vida, orientei uma pesquisa de mestrado, o livro minucioso e sensível de Vera Lúcia Guimarães Rezende. Vi o redemoinho das idéias se encaixando em geometria, como as pastilhas que adornam a pele da Galeria Bassitt. Delas ressoa uma ternura: Roberto Souza, o “Dono da Noite”. Sua fala em afetos resumia a era de ouro na dicção dum lugar que não fazia caso em barganhar juras de amor por alianças de latão.

Um dia, a Independência se calou. Deixou o lusco-fusco das lembranças. E a cidade nunca mais seria a mesma.

O xerife

Outros cronistas enquadraram o Xerife. A costura desses textos produziria uma colcha de retalhos e – quem sabe? – a imagem em calidoscópio da criatura, o personagem semelhante ao personagem que ele fazia de si. Batia sola pelas ruas da cidade, sozinho, calado, esguio. Tinha o rosto afilado e um tanto amarelo, óculos de aros donde traspassava o olhar difuso, e dentes compridos entrevedendo-se um esculpido em metal. Eram também douradas as abotoaduras e a corrente transversa do relógio de bolso. Vestia ternos cinzentos com gravata-borboleta em cetim e negras botinas triscando de engraxadas. Arrematava-lhe a estampa o chapéu escuro de feltro, alto, largo e, sob o paletó aberto, no cinturão, o coldre com um Smith 38, cano longo e niquelado. Fantasiava-se e encarnava a fantasia.

Chegou da capital nos idos de 50. Representava uma firma de caminhões de bombeiros. Ficou. Foi garçom num clube de elite e poucos tinham idéia sobre por que o despediram. Virou repórter policial com faro de investigador. Aí, sim, tinha uma casa. Aparentava Gary Cooper mais magro, em “Matar ou Morrer”, James Coburn mais velho, em “Quando Explode a Vingança”, Lee Marvin, no duelo com o irmão-gêmeo, em “Cat Ballou” e Lee Van Cleef, mais alto e tão severo, emergido dos gibis, livros de bolso e fitas de faroeste. Jamais lhe ouvi a voz, senão pela estação de rádio, e ela, rouca e pouca, abrandava-lhe a figura pelo teor pedestre das manchetes: “meliante fugiu com bregueço na hora do rapa e se estrumbicou”, “afeminado foi em cana fazendo

ponto na 15”, “bateu carteira e fugiu na magrela”, “aliviaram beijo mole do charreteiro”. E concluía em tom formal: “o delegado toma as providências de praxe”.

Em que ermos se alongavam os pensamentos do Xerife? Crianças o imaginavam o polícia da polícia. Confidenciou que tinha uma filha e lhe desconhecia o paradeiro; a poucos contava a vantagem de ser primo distante da Irene Ravache. Foi casado? Tinha amante em ponta de vila ou prolongava a solidão num moquifo, riscando a memória com caneta? Dizem, exalava cheiro forte como se não gostasse de banho ou não tivesse onde lavar-se. Jantava coxinhas com rabo-de-galo ou prato-feito em botecos e, muitas noites, ficou no jornal matutando idéias em frente da Olivetti e por lá adormeceu. Sabia que o segredo da notícia não é “onde e quando”, mas “por quê?”. Poucas vezes deu tiro pela janela para acalmar o bulício na redação, por nervosismo ou maldade. No mais, era enigmático e conclusivo a seu jeito.

Não ia a festas por não ter colhões, mas minha amiga disse que, nos dias de ano, chegava com garrafão de vinho e vermute. E, entre copos, dava palpite na vida dos outros, tropeçando em sílabas. Depois se ia, não se sabe onde, e voltava ano que vem. No plantão, recriminava meganhas, ajudava a arrancar confissões e ditava os termos de depoimentos. Aconselhava mulheres que apanhavam dos maridos e, se fosse o caso, os visitava para um tête-à-tête. Deixou de fazê-lo em 85, a sós, em sonhos, e a botina em pandarecos. Poucos o viram no terno cinza, espichado, sem flores e com o mosquito pousado no dedo. Nem lhe deram a salva de balas. Por quê?

Maravilhosa cartilha Sodré

Era uma brochura grampeada na dobra. Na capa fosca e esverdeada, uma menina de tranças sorria pra gente e convidava à ventura das primeiras letras. Com 64 páginas, tinha tamanho pouco maior que as cadernetas que marcavam o fiado no empório, ou os almanaques que nos entretinham em viagens de trem. A autora, nossa heroína, era Benedicta Stahl Sodré, identificada com letras miúdas na capa. Ela e Dona Celina, a primeira professora, parece que adivinhavam a sílaba à frente nas veredas de sentenças complicadas e escuridões da vida. Nossa cartilha alcançou quase 300 edições e multidão de exemplares vendidos, bem baratinhos.

Recordo a primeira lição. Era da pata e, lógico, tinha uma pata branca flutuando no lago. “A pata nada. Pata-pá, nada-ná”, repetíamos em voz alta, olhando a figura e letras de professora. Reconhecemos o “p”, o “n” e a primeira vogal, aquela da abelha. Depois vieram o “g” de gato, o “m” dum macaco contente e o “z” de Zazá zanzando em fim de ano. O método de ensino – dizem os pedagogos – era o fônico, que associava as letras e seus desenhos ao som dos vocábulos. Com alegria de aprender, desafiávamos em batalhas gritantes a turma da sala ao lado, bradando em coro: “Vovô viu a uva! Vovô viu a uva!”. E eles, que aprendiam na Caminho Suave, respondiam ruidosos, tropeçando em consoantes: “O rato roeu a roupa do rei de Roma!”. A Suave não era grampeada nem parecia caderneta. Achávamos bonita, maiorzona, com um casal de crianças na estrada apontando com

o dedo o futuro. Mas soava meio estranha, talvez porque não a tivéssemos. A criançada da turma de lá, com a qual competíamos também em caligrafia e aritmética, não escondia serena inveja da nossa cartilha, a velha e simplezinha Sodré.

Naquela época, ser analfabeto era comum na cidade. Muita criança de ponta de vila, como nós, nem ia à escola. Mas os que a freqüentavam, às vezes de pé no chão, saíamos lendo, escrevendo e entendendo o que líamos. O boletim não era uma folha fria de computador, mas questão de honra, atestado de que nos havíamos no mundo, com notas azuis e assustadores vermelhos escritos à mão. O material escolar cabia no pequeno bernal dos garotos ou em bolsas de couro, geralmente das meninas. E, sem que percebêssemos, já estávamos numa assustadora selva de Ubirajara, ou nos encantávamos com o despertar adolescente de Clarissa, fervendo em nós a puberdade, apaixonados por ela.

Hoje, alfabetização não passa de um percentual estatístico. Não havia o contingente escandaloso dos analfabetos funcionais, que crescem, garatujam nomes em títulos de eleitor, são capazes de soletrar o escrito num cartaz, mas não retêm a mensagem. Li dia desses o comunicado de um garoto bem maior que nós, naquela época: “mae tou na caza do Biau jogando game e vc nao preocupe ok?”. E ela, talvez, nem se preocupou.

Discute-se o decepcionante resultado escolar dos pequenos brasileiros. Pesquisa recente informa que menos de 5% dos alunos de 4ª série tiveram desempenho adequado, sabem de fato ler e escrever. Os demais revelam aproveitamento abaixo do que necessitariam para a cidadania e emancipação futura. A nova alfabetização recebe nome pomposo e retórico: construtivista. Nega ênfase à relação sonora entre letras, os desenhos e as palavras, faz da velha cartilha um exemplo tosco de antanho. Prefere que o aprendizado se faça da união entre o cotidiano da criança e as palavras a ele relacionadas. Os livros, luxuosos e caríssimos, a ostentar brilhos superficiais, fazem a festa de editores e

livreiros no início de cada ano. Enfeixam boniteza arrogante e transformam filhos e pais em submissos reféns. Algumas escolas, diante de material tão sedutor – e inócuo, parece, segundo os resultados –, usam tais apetrechos pedagógicos como alavancas ornamentais a justificar o alto preço das mensalidades. Quanto ao principal, ensinar a que as crianças aprendam, parece que em alguns casos as escolas se acomodam, culpam implicitamente as crianças, o berço que tiveram ou, talvez, a sociedade com a educação geral em declínio.

Assistimos à degradação da escola pública, determinada pela apatia venal dos dirigentes políticos. Educadores desesperam-se entre salas inconvenientes e salários ultrajantes. À parte, como se fora noutro mundo, por uma criança de 5ª série, em colégio privado, cobra-se por ano letivo mais de 7.500 reais, em treze prestações. Isto porque fomentado por religiosos e entidades sem fins lucrativos. O livro de português custa 57, o de matemática, 64, os de história e geografia, 117, o de ciências, 59, mais caros que um Prêmio Nobel. São tantos e volumosos os arsenais didáticos, que necessitam de mochilas com rodas pra que sejam transportados. Tudo como se matérias escolares tivessem valor pelo que pesam, proporcionais em papel-moeda. Chego a pensar que, ao dar-se conta dessa ostentação perdulária no contexto do país, uma criança adquira, inocentemente, as primeiras letras do alfabeto inclemente da segregação social. É assim mesmo – aprendem no sub-reptício – somos a casta privilegiada. A vida é nota zero em solidariedade, e salve-se quem puder! Saudade da velha cartilha enfiada no piquá.

Ratos equatorianos

Desmancha-prazeres empunhavam um gigantesco rato, simbolizando os congressistas que tomaram posse em Quito. Mostravam os deputados como o bicho escroto e prolífico que remexe na escuridão a cupidez e gulosice, o abjeto e furão roedor que dissemina miséria e peste bubônica.

Lá, uma república entre as imaginárias linhas do equador, os Andes dum lado e a Amazônia do outro, entre o clericalismo e as divindades da floresta, lá o déficit habitacional é grave, a assistência médica um escândalo, a vida dos aposentados uma tristeza, a escolaridade popular um acinte. Lá, enquanto os pedestais da pátria desfrutam gratificações obscenas, a legião proletária se enreda como massa de manobra dos políticos. Lá, o Procurador da República diz que o palácio presidencial sedia uma quadrilha.

Lá, deputados custam ao erário mais de 100 mil por mês; recebem 13°, 14° e 15° salários. Os suplentes, nas férias congressuais, ganham 46 mil e o presidente da Câmara se redime encostado à tábua da lei. Lá, rapinóias do povo são absolvidos, condecorados e nomeados a poderosos cargos governamentais. Lá, longe da civilização, é o pobre Equador cortado em dois hemisférios. No meio, o abismo.

Adoniran e uma aflição resignada

Ouvíamos pela Record o “Balança mas não Cai” – esquetes num edifício de residentes hilários, remediados. E também as “Histórias das Malocas”, escritas por Osvaldo Moles, com episódios tragicômicos, num fabuloso Morro do Piolho. Desenhavam duas faces dum Brasil que se urbanizava. Comovia-nos a voz áspera do ator Adoniran Barbosa. A força insinuante do rádio nos remetia a ermos sombrios, povoados de seres carimbados de infortúnio. A dureza da vida confluía num resignado personagem: Charutinho. Era o reverso do malandro, a suspirar bordões com que arrematava suas desventuras: “É, como diz o ‘deitado’, pobre pra comer de graça, tá sempre com dor de dente!”. Anti-herói ítalo-caipira despejado na metrópole, inventando jocoso linguajar, encarnava a aceitação da vida em cortiços e favelas. Tal criatura, transferida à canção, é a voz em sonhos na singular poesia do artista.

O samba de Adoniran, alegre e brejeiro, alimenta-se dum tom melancólico, dramático, a espelhar o povo submisso, paciente aos humores do destino. Em notas de dissabores, enfoca o esquecido, o híbrido e transcultural, em sua dicção plebéia, com alegrias mescladas de infelicidades. Saído do interior – nasceu em Valinhos –, foi pessoa modesta, parecida com seus personagens. Tornou-se o cronista sentimental de uma São Paulo oculta e da qual não se escutam os lamentos. Viveu a metrópole com o estranhamento de quem se sente estrangeiro na cidade. Converteu-se em múltiplas criaturas de si. Em “Torresmo à Mi-

lanesa”, é o operário em construção que conclama: “vamos almoçar, sentados na calçada, conversar sobre isso e aquilo, coisas que nós não entende nada”.

Tudo fazia adivinhando situações que consolidam emocionalmente o coração de seu povo. Rimando “automóver” com “revórver”, como que rindo das circunstâncias, via em cada parte um amargor, e o decalcava em canções. Era o que teve a casa inundada pelo temporal, a atropelada no trânsito, o que assina em cruz, o que adota a criança órfã do amigo, o despejado por ordem da justiça, o desvalido debaixo da ponte, o que vê aflito a demolição de seu barraco, tudo com o sentimento do anônimo na metrópole, governada por leis sociais que trituram, devoram e esquecem.

Essa resignação tão sensivelmente fruída por Adoniran propicia à sua obra uma aura mística, como se seus personagens revivessem a bíblica e bem-aventurada sina dos humildes. Engrenam-se na mesma sentença o riso e a aflição, a comédia e a tragédia. Em “Pafúncia”, é o amante conformado que exclama: “O teu coração sem amor se esfriou, se desligou. Até parece, Pafúncia, aqueles elevador que está escrito: não funúncia. E a gente sobe a pé”.

Um dos grandes sucessos do artista é “Saudosa Maloca”. Fez-se marco da resignação, sorvida como ato de fé. Uma voz coletiva confessa: “Peguemos tudas nossas coisas e fumos pro meio da rua precia a demolição. Que tristeza que nós sentia, cada tauba que caía, doía no coração. Matogrosso quis gritá, mas encima eu falei: ‘Os home tá co’a razão, nós arranja outro lugar’. Só se conformemo quando o Joca falô: ‘Deus dá o frio conforme o cobertor’...”. Em “Agüenta a mão, João”, um padecente vê na infelicidade do outro o consolo da própria desgraça: “Não reclama contra o temporal, que derrubou teu barracão. Não reclama, güenta a mão, João, com o Cibide aconteceu coisa pior. Não

reclama, pois a chuva só levou a tua cama. Não reclama, güenta a mão, João, que amanhã tu levanta um barracão muito melhor”.

Em “Despejo na Favela”, a resignação justifica-se como aceitação à “ordem superior”. Mas deixa uma interrogante súplica em relação aos demais infelizes: “Pra mim não tem problema, em qualquer canto eu me arrumo, de qualquer jeito eu me ajeto. Depois, o que eu tenho é tão pouco, minha mudança é tão pequena que cabe no bolso de trás. Mas essa gente aí, hein? Como é que faz?”.

A desdita pode estar à espreita em toda esquina. “Iracema” é doloroso monólogo sussurrado à noiva que morreu. Faz-se o retrato sem retoques do imigrante paulistano ao qual é necessário advertir: “cuidado ao atravessar essas ruas”. E o personagem recita, em clima de oração: “Iracema, faltava vinte dias pro nosso casamento... você travessô a S. João, vem um carro, te pega e te pincha no chão. Te levaram pra assistência, o chofer não teve culpa, Iracema, paciência”. O clímax desse drama é um detalhe que desenha magnífica imagem da pobreza em solidão: “De lembranças guardo somente suas meia em seu sapato. Iracema, eu perdi o seu retrato”.

Em Adoniran e sua conformação com o infortúnio, parece que tudo se avaliza pela fé no sobrenatural. Realçam-se os efeitos da tragédia como se fossem um projeto escrito além da vida, numa tábuia dos padecimentos a serem cumpridos. Suas criaturas religam-se, como que instintivamente buscando a forma de dizer “religião”. E, assim, esquecidas na metrópole, reconfortam-se, fazem um pacto de união entre si e com Deus. Resignação. Talvez seja esta a chave que explique, no grande artista, essa convergência tão profunda e autenticamente brasileira do riso na dor (João Rubinato, o Adoniran Barbosa, 1910-1982).

Orgia dos sarcófagos

Em 1988, Frejat e Cazuza cantavam com desalento: “as ilusões estão todas perdidas... meus inimigos estão no poder”. Referiam-se aos chamados “filhotes da ditadura”, refestelados no mando, democratas de ocasião. Os governantes de hoje não eram exatamente inimigos. Motivados pela euforia transformadora que agitava a Europa e Estados Unidos, empunhavam bandeiras contra a tirania e regimes de exceção. Reagiam a atos que impunham “liberdade vigiada”, cessavam o direito de votar, suspendiam garantias individuais e implantavam terrível censura.

A partir de Sarney, intensificadas por FHC e Lula, as diretrizes do país são manejadas por casuísmos e medidas provisórias. Sua razão formal seriam atitudes que atendessem a situações emergenciais, por exemplo, uma catástrofe. Como “provisórias”, só excepcionalmente adquiririam permanência. Hoje, o arbítrio do executivo reinaugura inusitada forma de tirania. Institui a “executivização” da República, como poder acima dos outros poderes. Se outrora enfrentaram a repressão militar, implantam hoje a ditadura neoliberal da “ideologia antiinflacionária”, miando as resistências morais da nação.

Quem se apossa do legislativo, usurpa a essência do Direito. Quem governa por medidas provisórias é déspota. A derrama tributária beira 40% de toda a riqueza nacional. É das mais injustas e cruéis do mundo, drenando a renda da população. Na Argentina, pagam-se 21%, no Chile, 18%, no México, 19%, no feudo norte-americano, 26%. Sobre quase tudo o que se consome,

mais de um terço vai para as goelas insaciáveis da receita. Esta age sob a vigilância ameaçadora da Polícia Federal. Confisca-se anualmente do trabalhador, cujo partido está no poder, quatro meses e meio de sua força de trabalho.

Tecnobanqueiros propagam conceitos como “crescimento declinante” do país, em abuso à inteligência. Políticos discutem aberrações como alteração pontual da Carta Magna para conter fraudes nas próximas eleições. Aliados partidários ensaiam reformas tributárias, mas não abrem mão do achaque impiedoso à sociedade. O Copom, que instaura solenemente a maior taxa de juros do planeta, compõe-se de varões do mercado financeiro. A Constituição é um libelo da pop-art, feita da panacéia de retalhos, emendas e colagens.

A sociedade é tripudiada por juros aviltantes e o coturno opressor dos impostos, taxas e contribuições desviados dos fins sociais que os justificariam, e sob a égide de medidas entreguistas e provisórias. A exceção fez-se regra; a desfaçatez, oficializada. Nessa orgia dos sarcófagos, banqueiros, magnatas do império e agiotas saúdam os nativos daqui: Caramuru! Que país é este? – gritava o cancionista, imitando a voz sofrida da nação.

Padroeira do Brasil

Doze de outubro, no dia também das crianças, louvamos N. S. Aparecida, o ente mais subversivo do macho-racismo nacional: além de mulher, preta. Como Afrodite, a Vênus, emergiu das águas. É deusa do amor e doçura, mãe dos afetos, origem dos instintos e senhora dos presságios, a tradução morena da Compadecida, no auto de Ariano Suassuna.

Como podem chamá-la “Padroeira”? Descende de “pater”: raiz impertinente. Dela originam “pai”, “patriarca”, “patrão”, “compadre”, “padrasto”, “patrocínio”, signos encharcados de soberba masculina. Como pode a maravilhosa defensora dos aflitos, fonte das aparições e enlevos, gestora dos encantos e chafariz da alegria ser tratada como um homem? Padroeira! Eis o dilema conceitual, a loucura da virilidade arrogante e despótica, o vício enalacrado nas artérias do Brasil.

Nos tempos que se foram e dias que passam, considera-se normal tal desatino, oh santa e misericordiosa madroeira! Sede paciente com o patriarcalismo que pesa nas costas da nação. Concedei juízo e honesta austeridade aos que, em nossa terra, são eleitos pra governar os destinos. E estendendo nos braços o azul celeste de seu manto, rogai por nós!

Manual do blefador

Roberto Gomes, filósofo e editor curitibano, publicou “Crítica da Razão Tupiniquim”, superando dez edições. O título parodia a célebre “Crítica da Razão Pura” de Immanuel Kant. Num dos capítulos, traça mordaz reflexão sobre os conceitos de “sério” e “a sério”, bastante aplicáveis a certos núcleos de elite, mormente encastelados nas academias. Enfoca também o rompante exibicionista de “cultura ornamental”, ponto de glória de fastidiosos ensaístas, críticos e falatrões em geral. Observador dessa “altivez intelecta”, e ante a crescente demanda, este cronista formula esboços de um singelo Manual. Aos desinteressados, tenham-no como os trailers de cinema, os quais, quase sempre, recomendam filmes a que não devemos assistir.

Para que faça jus ao epíteto “blefador”, seja convicto e “sério”. A autoconfiança é fundamental a quem se atreve enveredar por inumeráveis assuntos fingindo dominá-los. Nunca é demais lembrar que você deverá adquirir opúsculos do tipo “O Pensamento Vivo de Nietzsche”, Jung, Chaplin, Borges e, óbvio, Da Vinci, tão nas bocas hoje-em-dia. Dicionários enciclopédicos (sem falar na Internet) são obrigatórios. E, eventualmente, coletâneas bem-humoradas como “As Melhores do Mau Humor”, de Ruy Castro. Você faria boa figura proferindo frases como “Não confio em produto local. Sempre que viajo levo meu uísque e minha mulher”. Mas, cuidado: a entonação pode insinuar arrogância e machismo. Ou será famoso como faroleiro vulgar. Livre dessa “armadilha de iniciantes”, e se quiser mostrar-se “espiritual”, enxerte suaves colocações interrogativas como “E se

este mundo for o inferno de outro planeta?”. Atenção: mencione autores, no caso, Fernando Sabino e Aldoux Huxley. Além de impressionar pela grande memória, propicia credibilidade. Em nenhuma hipótese apareça com sacadas do tipo “hay que endurcerse, pero sin perder la ternura jamás”. Além de banalizada pelo uso, encheria a bola dos interlocutores. E, pior, achando-se também inteligentes, se sentiriam à sua altura.

Blefador experiente não perde tempo em ambientes inadequados à ostentação intelectual. Tampouco dispensa a assistência de um comparsa. Entre si, são leais e éticos. Assim, você poderia enfiar numa discussão sobre política: “O poder não corrompe o homem. Mas os tolos, quando alcançam posição, corrompem o poder”. O outro indagaria, apertando os olhos como que rebuscando o que já sabe: “Quem mesmo escreveu isto?”. E você, baixando a voz pra não parecer esnobe: Bernard Shaw!

Saiu há tempos uma coleção que inclui títulos como “Bluff Your Way in Theatre”, “in Advertising”, “in Literature”, “in Journalism”. Estudiosos comprometidos com o blefe ensinam os “primeiros passos” da cultura ornamental. Em “in Music”, Peter Gammond recomenda que, numa conversa sobre Johann Sebastian Bach, qualquer insinuação de desprezo ao artista acarretará péssima reputação. É fundamental que fique claro que você é um viciado em Bach. Porém, se por alguma circunstância, o aspirante a blefador se sentir inseguro, o comentário certo é o misterioso “Ah... Bach!”. Contudo, se porventura a discussão diluir por territórios movediços como o jazz e, se algum desconfiado solicitar que aponte seu artista favorito, diga: Eddie Condon, em vinil. Todos ficarão boquiabertos e ninguém saberá o que dizer. É quando o blefador tem que mostrar o inato atrevimento. Acrescente: “Charlie Parker é o Beethoven do jazz!”. E, nessa hora, acautele-se da inveja! Última dica: os livros mencionados saíram pela Ediouro. Repare: foram referidos em inglês. Língua estrangeira é o canal.

Cronista escreve à mãe

Você dizia que educação vem do berço. Nascermos numa estrada em que se proibia chamar alguém de “louco”. Todos são loucos, ou ninguém – você sentenciava. O mundo era grande e nós, muito pequenos. Mantínhamos com zelo a tábua rasa dos velhos mandamentos e o luzeiro dos antepassados. Naquela época, tanta gente mal sabia pôr o nome nos cadernos. Não jurávamos com a mão sobre livros, nem em nome de Deus, mas diante de nós. No Brasil em que fomos crescendo, pouca importância se dava às letras de forma. Votos de compromisso tinham como custódia a palavra empenhada. Ela valia mais que quaisquer escrituras. Era nosso jeito de sentir que íamos de cabeça erguida, sem o peso da honra manchada. Fôramos, brasileiros, pessoas direitas, num país ancho de belas promessas.

Palavras de honra preservavam a honra das palavras. Agora, mãe, a palavra de ordem é a mentira. Loucos, cidadãos mentem ao fisco, ao juiz, mentem entre si os pedestais da pátria. Mentem nas comissões parlamentares, nos altos tribunais, nos testemunhos e oitivas, nas delações premiadas, contratos de locação, no futebol, nas feiras-livres, vitrines, sambas-enredo e campanhas eleitorais. Vultosos negociantes, árbitros, ministros, publicitários, bispos, doleiros e estadistas obtêm da justiça indultos para falar à verdade e o direito insolente de mentir.

Foi você que nos lia uma oração que sabíamos de cor: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os

poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. Nunca tais palavras foram tão exatas à realidade de hoje. Que loucura! Perdoa-me por exclamar: “Que loucos varridos, que loucos!”. O próprio desmentido é uma mentira, simulacro de sinceridade.

Há gente que mente que é mentira ou mente que a mentira é verdade. Nesta vida, um picadeiro de pinóquios. Um desfiamento do conceito de vergonha se alastrou pelo país. Uma mentira, mãe, é superada pelo veneno de outras mentiras, falsidades, burlas, patranhas, lorotas à torto e direito, sofismas, enganos, imposturas, balelas no atacado e no varejo, lambanças, dissimulações e cascatas deslavadas. Fomos reduzidos a berços sem madeira, a fanfarra sem a graciosa baliza, a pacientes acidentais de todos os eventos, máscaras de um teatro em que nenhum personagem é cidadão.

O presidente, mãe, vestiu-se de fino trato, desfez-se das promessas que o levaram às alturas. A nossa casa foi reformada pra dizer aos outros que somos melhores do que fôramos. Seu escritor favorito desistiu da ficção, vendeu-se como cronista agônico de um jornal às sextas-feiras. Mãe, dói. Mas, francamente, que bom que você morreu.



Papel Reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.